



PLANO DE MANEJO DA APA DO PLANALTO CENTRAL

Resumo Executivo

Março de 2015



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE -
ICMBIO

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL –
DER/DF



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Presidência da República

Dilma Vana Rousseff

Ministério do Meio Ambiente

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Roberto Ricardo Vizentin

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)

Sérgio Brant Rocha

Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação (CGCAP)

Lilian Letícia Mitiko Hangae

Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo (COMAN)

Alexandre Lantelme Kirovsky

Coordenação Regional 11 – Lagoa Santa (CR-11) - MG

Mário Douglas Fortini de Oliveira

Área de Proteção Ambiental do Planalto Central

Grahal Benatti

Equipe de Supervisão e Acompanhamento da Elaboração do Plano de Manejo para a Área de Proteção Ambiental do Planalto Central

Grahal Benatti – APA do Planalto Central

Verusca Maria Pessoa Cavalcante – APA do Planalto Central

Enrique Mieza Balbuena – Reserva Biológica da Contagem

Christiane Horowitz - Parque Nacional de Brasília

Pedro Braga Netto - IBRAM/Representante do Conselho Consultivo

Marcos de Lara Maia – Emater- DF/Representante do Conselho Consultivo



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Equipe técnica de elaboração - Geo Lógica Consultoria Ambiental

Coordenação Geral

Dr. Carlos Christian Della Giustina - Geólogo

Revisão Técnica e adaptação dos textos dos artigos científicos

Prof. Dr. Antônio José Andrade Rocha - Biólogo

Soraia Nemetala Gomes – Geógrafa

Meio Biótico

Dra. Valéria Fernanda Saracura – Zootecnista – coordenação dos consultores do meio biótico

Fauna

Sergei Studart Quintas Filho - Biólogo (Levantamentos primários de avifauna, mastofauna e representatividade de fauna)

Roberto Cavalcanti Sampaio - Biólogo (Levantamentos primários de avifauna)

André Alves Matos de Lima – Biólogo (Levantamento primários da mastofauna e herpetofauna, Fauna Exótica e representatividade de fauna)

Felipe Rosa Rabello Ramos –Biólogo, MSc (Levantamento primários da mastofauna, herpetofauna e representatividade de fauna)

Getúlio de Assis Gurgel – biólogo Esp.(Levantamento primários da mastofauna, herpetofauna e representatividade de fauna)

Tiago Fernando Carpi – Biólogo (Representatividade de fauna)

Flora

MSc. Felipe Ponce de Leon Soriano Lago - Eng. Florestal (Representatividade de Flora);

Rodrigo Luiz Gomes Pieruccetti - Eng. Florestal (Representatividade de Flora e Flora Exótica e Invasora);

Marcos Gabriel Durães Fróes - Eng. Florestal (Representatividade de Flora)

Eduardo R. Felizola - Eng. Florestal, MSc (Análise de Fragmentação, Fitofisionomias, Vegetação, Uso e Ocupação do Solo)

Rogério H. Vereza de Azevedo - Eng. Florestal (Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal)

Takumã Machado Scarponi Cruz (Flora Exótica e Invasora)



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Gabriel Vargas Mendonça - Eng. Florestal (Levantamentos primários de flora arbórea)

Renato Nassau Lôbo - Eng. Florestal (Levantamentos primários de flora arbórea)

Verena Felipe Mello - Eng. Florestal (Levantamentos primários de flora arbórea)

Aryanne Gonçalves Amaral - Eng. Florestal (Levantamentos primários de flora herbáceo-arbustiva)

Chesterton Ulysses Orlando Eugênio - Eng. Florestal (Levantamentos primários de flora herbáceo-arbustiva)

Roberta Gomes Chacon - Eng. Florestal (Levantamentos primários de flora herbáceo-arbustiva)

MSc. Raidan Paiva Amorim - Eng. Florestal (Fogo)

Alexandro Pires - Eng. Florestal (Fogo)

Geoprocessamento

MSc. Bernardo Costa Ferreira - Geógrafo

Felipe Vilarinho e Silva - Geógrafo

Limnologia

MSc. Cristina Elizabeth Arantes - Bióloga

Meio Físico

Dr. Leonardo de Almeida - Geólogo

MSc. Marcelo Pedrosa Pinelli – Geólogo

Antônio Valério – Geólogo (Erosão)

Júnia de Oliveira Porto - Eng. Ambiental (Erosão)

MSc. Bernardo Costa Ferreira – Geógrafo (Erosão)

Saneamento Ambiental

MSc. Jeferson da Costa - Eng. Civil

Saúde Ambiental

Dr. Felipe Rosa Ramos - Biólogo



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Socioeconomia

Dr. José Luiz de Andrade Franco - Historiador

Dr. José Augusto Leitão Drummond - Sociólogo

MSc. Aldemir Inácio Azevedo - Sociólogo

Estagiários

Camila de Sousa Bittar – Gestão Ambiental

Ian Souza Bandeira Chaves - Eng. Ambiental

Silas Semprini Contaifer - Gestão Ambiental

YohannaTsuzuki - Eng. Civil



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

ICMBIO, 2015.

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central - Brasília: MMA, ICMBIO, APA do Planalto Central, 2015.

Resumo Executivo



Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

APA do Planalto Central

Coordenação Regional/Vinculação: CR 11 – Lagoa Santa/MG

DF 003 via EPIA km 8,5

Parque Nacional de Brasília

CEP: 70635-800

Brasília/DF – Brasil

Tel.: (61) 3462-1026



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
1 CARACTERIZAÇÃO DA APA	3
1.1 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL	6
1.2 MEIO FÍSICO	6
1.3 MEIO BIÓTICO	10
1.3.1 Flora.....	10
1.3.2 Fauna.....	15
1.4 MEIO ANTRÓPICO	17
1.4.1 Aspectos Culturais, históricos e patrimônio cultural.....	17
1.4.2 Manifestações Culturais: tradições, festas e religiosidade	21
1.4.3 Estrutura das Atividades Produtivas e os Setores da Economia do Distrito Federal, Padre Bernardo e Planaltina	24
1.4.4 A dinâmica populacional dos territórios da APA do Planalto Central	30
1.5 DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA	38
2 PLANEJAMENTO	41
2.1 ZONEAMENTO	41
2.2 ZONEAMENTO	44
2.2.1 ZPVS – Zona de Preservação da Vida Silvestre	47
2.2.2 ZCVS – Zona de Conservação da Vida Silvestre	47
2.2.3 ZPM – Zona de Proteção de Mananciais	48
2.2.4 ZPPR – Zona de Proteção do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem	50
2.2.5 ZPACT – Zona de Proteção da Arie Capetinga-Taquara	53
2.2.6 ZUS – Zona de Uso Sustentável.....	56
2.2.7 ZU - Zona Urbana.....	57
2.2.8 Normas gerais da APA do Planalto Central	57
2.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA APA DO PLANALTO CENTRAL.....	60
2.4 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA APA	61
2.5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA APA DO PLANALTO CENTRAL:.....	75
2.6 ESTABELECIMENTO DE METAS E INDICADORES DE RESULTADOS	81
2.7 PROGRAMAS DE MANEJO – APA DO PLANALTO CENTRAL	84
2.7.1 Programa de Gestão e Administração	85
2.7.2 Programa de Relacionamento com a Sociedade.....	87
2.7.3 Programa de Conservação	91
3 REFERÊNCIAS	98
4 ANEXOS	100
4.1 MAPA DO ZONEAMENTO AMBIENTAL – APA DO PLANALTO CENTRAL	101



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantificação do uso do solo e cobertura vegetal na área da APA do Planalto Central.	28
Tabela 2 - Distrito Federal, Planaltina e Padre Bernardo - número de domicílios particulares permanentes, 1970-2010.....	34
Tabela 3 – Áreas e percentuais das zonas de manejo da APA do Planalto Central.	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - APA do Planalto Central, sobre imagem ALOS do ano de 2009.	4
Figura 2 - Regiões Administrativas do Distrito Federal e municípios de Goiás interferentes com a APA do Planalto Central. As RA da Fercal - RA XXXI, criada pela Lei nº 4.745 de 20 de janeiro de 2012, e a RA de Águas Claras – RA XX, criada pela Lei n.º 3.153, de 06 de maio de 2003, apesar de também se sobreporem à APA do Planalto Central não estão ilustradas no mapa por ainda não terem suas poligonais definidas.	5
Figura 3 - Veredas encontradas na APA do Planalto Central (Foto: Christian Della Giustina, 2012).	8
Figura 4 – Campo de Murundu, encontrado na APA do Planalto Central (Foto: Christian Della Giustina, 2012).	9
Figura 5 - Espacialização das formações campestres, savânicas e florestais, na APA do Planalto Central.	11
Figura 6 - Distribuição em percentual das diferentes fitofisionomias existentes na APA do Planalto Central com relação à cobertura de total remanescente de vegetação de Cerrado.....	12
Figura 7 - Avanço do desmatamento em área ocupada por matas secas, situadas na bacia do rio Maranhão, dentro do Distrito Federal, entre os anos 2009 e 2010.....	13
Figura 8 - Reserva da Biosfera do Cerrado - Fase I. Em destaque, a Zona Núcleo, a Zona de Transição e a Zona Tampão. Fonte: modificada de www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_cerrado.asp	15
Figura 9 - Capela Imaculado Coração de Maria, no núcleo rural Vale Verde (Planaltina) Foto: Aldemir Inácio de Azevedo (07/12/2010).	24
Figura 10 - Valor adicionado ao PIB pelos setores da economia em 2008 (%): Distrito Federal, Padre Bernardo e Planaltina. Fonte: Adaptação a partir de dados do Ipea. ...	26
Figura 11 - Plantação de soja na região do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal. Foto: Aldemir Inácio de Azevedo – 23/12/2010.	29
Figura 12 - Pequena plantação de milho no Núcleo Rural Jardim Morumbi - RA Planaltina, DF. Foto: Aldemir Inácio de Azevedo – 09/12/2010.....	30



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Figura 13 - Planaltina e Padre Bernardo - população total, por décadas, 1970 – 2010. Fonte: IBGE - Censos Demográficos.	31
Figura 14 - Evolução demográfica do Distrito Federal: 1970 – 2010. Fonte: IBGE – Censos Demográficos.....	32
Figura 15 - Distrito Federal, Planaltina e Padre Bernardo - população por situação do domicílio, 1970 – 2010 (%). Fonte: IBGE – Censos Demográficos.	33
Figura 16 - Pirâmide etária da população da área da APA do Planalto Central em 2010. Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.....	35
Figura 17 - Distribuição da PEA por situação do domicílio.....	36
Figura 18 - Distribuição da PEA por sexo.	36
Figura 19 - Distribuição da população da APA do Planalto Central entre Ativa e Inativa (economicamente) – 2010.	36
Figura 20 - Composição da população da APA por cor ou raça.....	37
Figura 21 – Mapa do Zoneamento da APA do Planalto Central.....	45
Figura 22 – Gráfico de percentuais de área do zoneamento da APA do Planalto Central.....	46
Figura 23 - Mapa estratégico	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – APM interferentes com a ZPM.	49
Quadro 2 - Análise estratégica das forças restritivas à gestão da APA, com sua relação causa e efeito, bem como apontamento de ações estratégicas para neutralizá-las.	64
Quadro 3 – Descrição das forças propulsoras à gestão da APA e aspectos que as permeiam, bem como ações potencializadoras destas forças.	71
Quadro 4 - Objetivos estratégicos do planejamento e seu rebatimento em cada uma das forças restritivas e das forças propulsoras.	77
Quadro 5 - Matriz de indicadores e metas	83
Quadro 6 - Integração entre os objetivos estratégicos e os Programas de Manejo relacionados.	96



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

LISTA DE SIGLAS

ADASA - Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

APA - Área de Proteção Ambiental

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

ASAH - Áreas socioambientais homogêneas

BPMA - Batalhão de Polícia Militar Ambiental

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

DF - Distrito Federal

DEMA - Delegacia Especial de Proteção ao Meio Ambiente e à Ordem Urbanística

DER/DF - Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal

EP - Ecologia de paisagens

ESEC - Estação Ecológica

ESEC-AE - Estação Ecológica de Águas Emendadas

FAL - Fazenda Água Limpa

FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MMA - Ministério do Meio Ambiente

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital

PARNA - Parque Nacional

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial

PM - Plano de Manejo



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

REBIO - Reserva Biológica

SANEAGO - Saneamento de Goiás

SEAGRI - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

SEMARH - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UNB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZCVS - Zona de Conservação da Vida Silvestre

ZPACT - Zona de Proteção da Arie Capetinga-Taquara

ZPM - Zona de Proteção de Manancial

ZPPR - Zona de Proteção do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem

ZPVS - Zona de Preservação da Vida Silvestre

ZU - Zona Urbana

ZUS - Zona de Uso Sustentável



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

APRESENTAÇÃO

Este documento contém as informações mais relevantes sobre o Plano de Manejo da APA do Planalto Central, com o objetivo de divulgar ao público em geral, o conhecimento sobre a unidade de conservação e as suas estratégias de planejamento.

O Resumo Executivo apresenta, de forma sintética, a caracterização da UC quanto aos seus aspectos físicos, bióticos, socioeconômicos, de infraestrutura, de situação fundiária, de uso e ocupação do solo e a declaração de significância. As estratégias e recomendações, dentre as quais o seu zoneamento se insere, estão também explicitadas neste documento.

A construção do plano de manejo baseou-se em estudos técnico-científicos realizados por dezenas de pesquisadores, que embasaram o diagnóstico ambiental da APA. Além disso, o processo de planejamento envolveu, além dos técnicos da empresa Consultora e do ICMBio, a participação de diferentes segmentos da sociedade civil, tais como ONG, associações de moradores, de produtores rurais, da construção civil, sindicatos, dentre outros, além de outras instituições públicas que, de alguma forma, interagem com a gestão e com o território da APA.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Nome da Unidade de Conservação: APA do Planalto Central	
Unidade Gestora Responsável: APA do Planalto Central/ Coordenação Regional/Vinculação: CR 11 – Lagoa Santa - MG	
Endereço da sede:	DF 003 via Epia km 8,5, Parque Nacional de Brasília CEP: 70635-800, Brasília/DF – Brasil
Telefone:	(61) 3462-1026
Superfície (ha)	504.160
Perímetro da UC (km)	1.163
Unidades da Federação e percentuais de abrangência	Distrito Federal (75%) e Goiás (25%)
Municípios goianos e percentuais de abrangência	Planaltina (76%) e Padre Bernardo (24%)
Coordenadas Geográficas (latitude e longitude)	16° 03' 09" a 15° 10' 48" latitude sul. 47° 18' 33" a 48° 17' 13" longitude oeste.
Data de criação e número do Decreto	Decreto S/N de 10 de janeiro de 2002
Marcos geográficos referenciais dos limites	A APA do Planalto Central tem como limites principais ao norte, o rio do Sal e o rio Maranhão, a leste o rio Preto e a oeste o rio Descoberto, ambos coincidentes com o limite do Distrito Federal. Ao sul o limite da APA também coincide com o Distrito Federal. O Decreto de criação exclui a APA da Bacia do Rio São Bartolomeu, o Parna de Brasília, a APA do Descoberto e parte das áreas da Flona de Brasília. O Decreto de criação ainda inclui e exclui diversas áreas localizadas na porção centro- sudoeste da APA, utilizando como referência o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF de 1997 (Lei Complementar nº 17/1997).
Biomos e ecossistemas	Cerrado e as fitofisionomias nele existentes.
Atividades ocorrentes:	
Autorização	Sim
Conselho	Sim
Fiscalização	Sim.
Pesquisa	Sim
Atividades Conflitantes principais	Ocupação irregular do solo, desmatamentos e mineração clandestinos, uso irregular da água, lançamentos de poluentes nos cursos d'água.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

1 CARACTERIZAÇÃO DA APA

A APA do Planalto Central foi criada por Decreto, em 10 de janeiro de 2002, com o objetivo de proteger mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, garantir o uso racional dos recursos naturais e proteger o patrimônio ambiental e cultural da região (Figura 1). Tendo em vista a localização da APA, que circunda a capital federal, existe um amplo sistema viário, que permite acesso a praticamente todas as áreas de sua poligonal. A porção da APA no Distrito Federal é cortada pelas BR 020, BR 040, BR 060 e BR 070, além de uma ampla malha viária distrital. No estado de Goiás, os acessos são mais precários, em sua maioria, formados por estradas não pavimentadas. O acesso à sede municipal de Planaltina na APA é a única estrada, em Goiás, asfaltada.

Em se tratando de uma capital federal, a infraestrutura oferecida pela cidade atende a todas as demandas, em termos de serviços, à gestão da APA. Brasília conta com um Aeroporto Internacional e uma ferrovia de cargas.

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

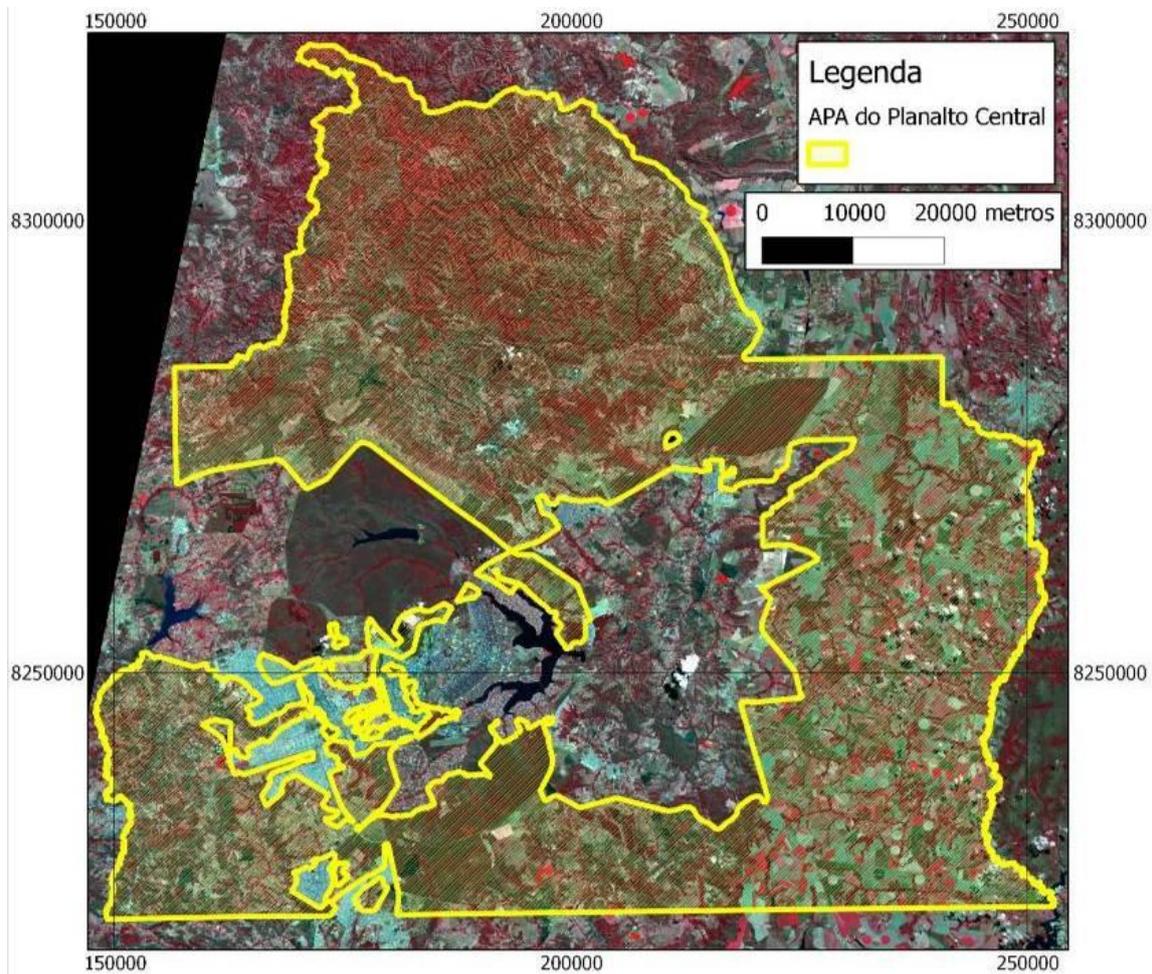


Figura 1 - APA do Planalto Central, sobre imagem ALOS do ano de 2009.

A APA do Planalto Central está inserida em um território de relevante interesse nacional e regional, já que, além de abrigar a Capital Federal, estão localizadas as nascentes de vários cursos d'água formadores de três grandes bacias hidrográficas do país – São Francisco, Araguaia-Tocantins e Paraná.

A APA abrange uma área de 504.160 ha, dos quais 375.480 ha estão no Distrito Federal e 128.680 ha no estado de Goiás. Esses valores correspondem a 65,72% da área do DF e 0,37% do território de GO, compreendendo partes dos municípios de Padre Bernardo e de Planaltina e de 18 regiões administrativas (Figura 2).

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

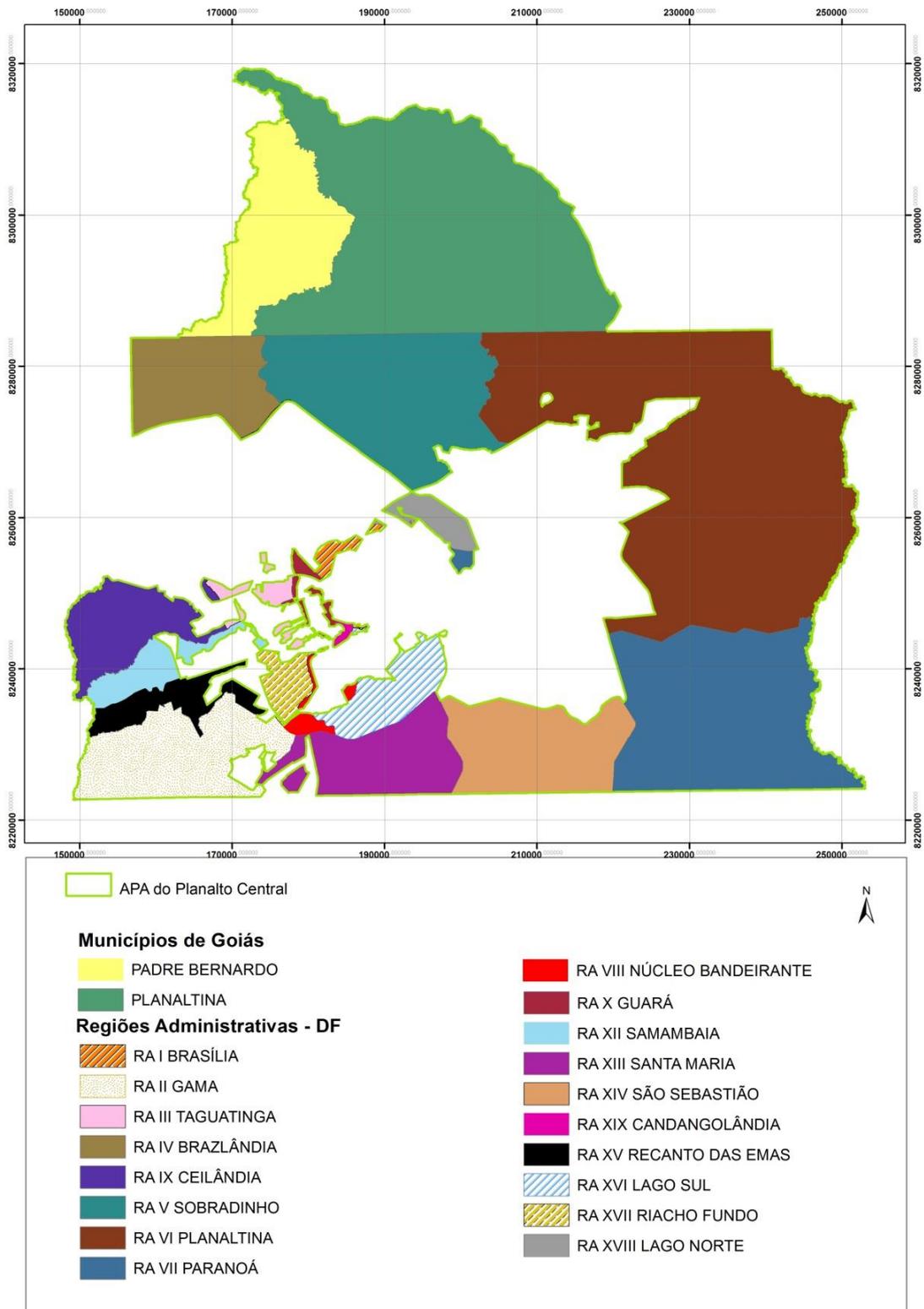


Figura 2 - Regiões Administrativas do Distrito Federal e municípios de Goiás interferentes com a APA do Planalto Central. As RA da Fercal - RA XXXI, criada pela Lei nº 4.745 de 20 de janeiro de 2012, e a RA de Águas Claras – RA XX, criada pela Lei n.º 3.153, de 06 de maio de 2003, apesar de também se sobreporem à APA do Planalto Central não estão ilustradas no mapa por ainda não terem suas poligonais definidas.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

1.1 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

A APA do Planalto Central contempla diversos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos do DF e diferentes fitofisionomias do bioma Cerrado, abrangendo as bacias hidrográficas do lago Paranoá, Maranhão, Samambaia, Descoberto, São Bartolomeu, Rio Preto e Alagado/Ponte Alta. Nela se encontram remanescentes importantes da área **core** do Cerrado no Brasil, incluindo, além dos aspectos da vegetação mais comuns de cerrado *Stricto sensu*, áreas significativas de matas secas, veredas, campos, fundamentais para a conservação do ecossistema em tela.

Os levantamentos constantes no diagnóstico do Plano de Manejo estimaram que 52,6% da área da APA do Planalto Central, em 2009, encontravam-se cobertas pelos diferentes tipos fitofisionômicos de vegetação de Cerrado. Esses remanescentes estão representados por diversas fitofisionomias, tais como cerrado Sentido Restrito, Campos Rupestres, Matas Secas, Cerradão, Veredas e Parques de Cerrado. Destacam-se as Veredas e os Parques de Cerrado que constituem áreas úmidas formadoras de nascentes das três grandes bacias hidrográficas brasileiras (Araguaia/Tocantins, Paraná e São Francisco).

A compilação de dados de levantamentos realizados nas unidades de conservação inseridas na APA resultou em uma lista de 132 espécies da herpetofauna, 114 espécies da mastofauna e 366 espécies da avifauna.

Além dos seus objetivos de criação, a APA do Planalto Central, sobretudo por meio do seu zoneamento, tem o papel de viabilizar corredores ecológicos entre as áreas núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado, Fase I, tais como o Parque Nacional de Brasília, a Estação Ecológica de Águas Emendadas e a APA das Bacias do Gama e Cabeça de Veado.

1.2 MEIO FÍSICO

O ambiente físico da APA do Planalto Central é modelado pela interação dos diferentes componentes, tais como o clima, as rochas, o relevo e o solo sobre o território. O clima da região é característico da região dos cerrados do Planalto Central brasileiro, que são marcados por duas estações bem definidas, a seca, que se estende de abril a setembro e o período das águas, que vai de outubro a março.

Não menos importante do que o clima, as rochas que compõem as unidades geológicas da APA também tem papel fundamental na configuração da paisagem. As



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

rochas encontradas na região da APA foram formadas em tempos geológicos remotos e datam de mais de 500 milhões de anos, quando a região era um ambiente litorâneo. Essas rochas, que são de diferentes tipos, resultam na configuração de diversas formas de relevo de acordo com a sua constituição química. Rochas mais resistentes à ação da chuva tendem a sustentar terrenos mais elevados conhecidos como chapadas, enquanto as menos resistentes, que são erodidas mais rapidamente, em geral, estão localizadas nos vales dos rios encontrados na região.

As chapadas são importantes áreas de recarga artificial de aquíferos¹, tendo em vista sua altimetria ser mais elevada do que a dos vales e aos espessos solos encontrados nessa região. Essas condições de baixa declividade e elevação altimétrica favorecem a infiltração da água da chuva, o que permite a perenidade e a qualidade das nascentes e cursos d'água da região.

As diferentes interações entre esses componentes do meio físico resultam, da mesma forma, em diferentes tipos de solos. A conservação do solo tem importância especial, visto que é ele que sustenta a vegetação que por sua vez, abriga a fauna silvestre que ainda existe na APA. A APA do Planalto Central protege diferentes tipos de solos, alguns deles são caracterizados como frágeis. Esses solos são importantes também para a conservação da qualidade e da quantidade de água dos mananciais. Os solos hidromórficos, por exemplo, que ocorrem em geral próximos às nascentes e aos riachos, popularmente conhecidos como “brejos”, são locais onde há afloramento do lençol freático. Essas áreas quando ocupadas ocasionam sérios danos às nascentes e aos cursos d'água. Além disso, essas áreas estão sujeitas à inundação no período chuvoso, reforçando a inadequação desses solos para qualquer atividade humana.

¹ Aquíferos são meios geológicos capazes de armazenar e transmitir água. No caso do Distrito Federal ocorrem os aquíferos porosos formados pelos solos, os aquíferos fraturados formados em rochas cristalinas e os aquíferos cársticos, formados em rochas carbonáticas.

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Além da importância para os recursos hídricos, justamente sobre esses solos, ocorrem também tipos de vegetação frágeis e raros. Os campos de murundu e as veredas são exemplos desses ecossistemas.



Figura 3 - Veredas encontradas na APA do Planalto Central (Foto: Christian Della Giustina, 2012).



Figura 4 – Campo de Murundu, encontrado na APA do Planalto Central (Foto: Christian Della Giustina, 2012).

Outro tipo de solo, também importante para a conservação da natureza, seja pela sua fragilidade, seja pela associação com ecossistemas raros e frágeis são os cambissolos. Esses solos ocorrem em locais de mais alta declividade, como as encostas localizadas na Chapada da Contagem, e portanto, são mais susceptíveis aos efeitos da erosão pela chuva. Os cambissolos abrangem 40% do total da área da APA. O efeito erosivo da chuva torna-se muito mais agressivo, sob a ótica da fragilidade, quando não há vegetação nativa. Assim, esses solos, por serem formados principalmente por grãos de areia e cascalho, são facilmente erodidos, formando ravinas e voçorocas.

Sobre os cambissolos, são encontrados tipos de ecossistemas conhecidos como campos e cerrados rupestres. O termo rupestre refere-se à existência de afloramentos rochosos entre as árvores e arbustos naturais, proporcionando uma formação vegetacional rara.

Entretanto, o tipo de solo mais abrangente da APA são os latossolos, que ocorrem em geral nas áreas de chapada e que dispõem da importância hidrogeológica citada anteriormente. Os latossolos representam 45% do total da área da APA. Além disso, os latossolos estão associados ao cerrado típico, que apesar de ser a fitofisionomia



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

mais comum no bioma, está entre as mais ameaçadas. Tendo em vista o fato de que os latossolos ocorrem em áreas planas, eles são os mais aptos às atividades agrícolas e à ocupação urbana. Assim, grande parte dessa vegetação já foi devastada, por atividades rurais e urbanas. Os principais remanescentes desse ecossistema estão em unidades de conservação de proteção integral ou em áreas militares existentes na APA.

1.3 MEIO BIÓTICO

1.3.1 Flora

A partir do resultado dos estudos técnicos realizados na APA do Planalto Central baseados em análises de imagens de satélite do ano de 2009, estimou-se que os remanescentes de vegetação nativa correspondiam a 265.138 hectares, o que representa 52,6% da área total. Outro resultado importante foi a constatação de que a APA ainda contém remanescente de todos os tipos fitofisionômicos descritos para o bioma Cerrado. Observando a Figura 5, percebe-se que as Formações Florestais estão associadas aos cursos d'água (mata ciliar e de galeria), aos solos associados aos afloramentos de calcários e nas encostas situadas na bacia do rio Maranhão (mata seca) e nas proximidades da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília (Cerradão). A Formação Savânica é a que possui menor representatividade, em termos de área ocupada dentro da APA, e em geral os maiores fragmentos existentes encontram-se situados em unidades de conservação de Proteção Integral, na área Alfa da Marinha, na área da Aeronáutica, próxima ao Aeroporto Internacional de Brasília, e em manchas esparsas, na bacia do rio Preto, situada a leste do DF. As Formações Campestres predominam em áreas com relevo mais acidentado, na presença de solos rasos (cambissolos) e são encontradas com maior frequência nas áreas dissecadas das bacias dos rios São Bartolomeu, Descoberto e Maranhão.

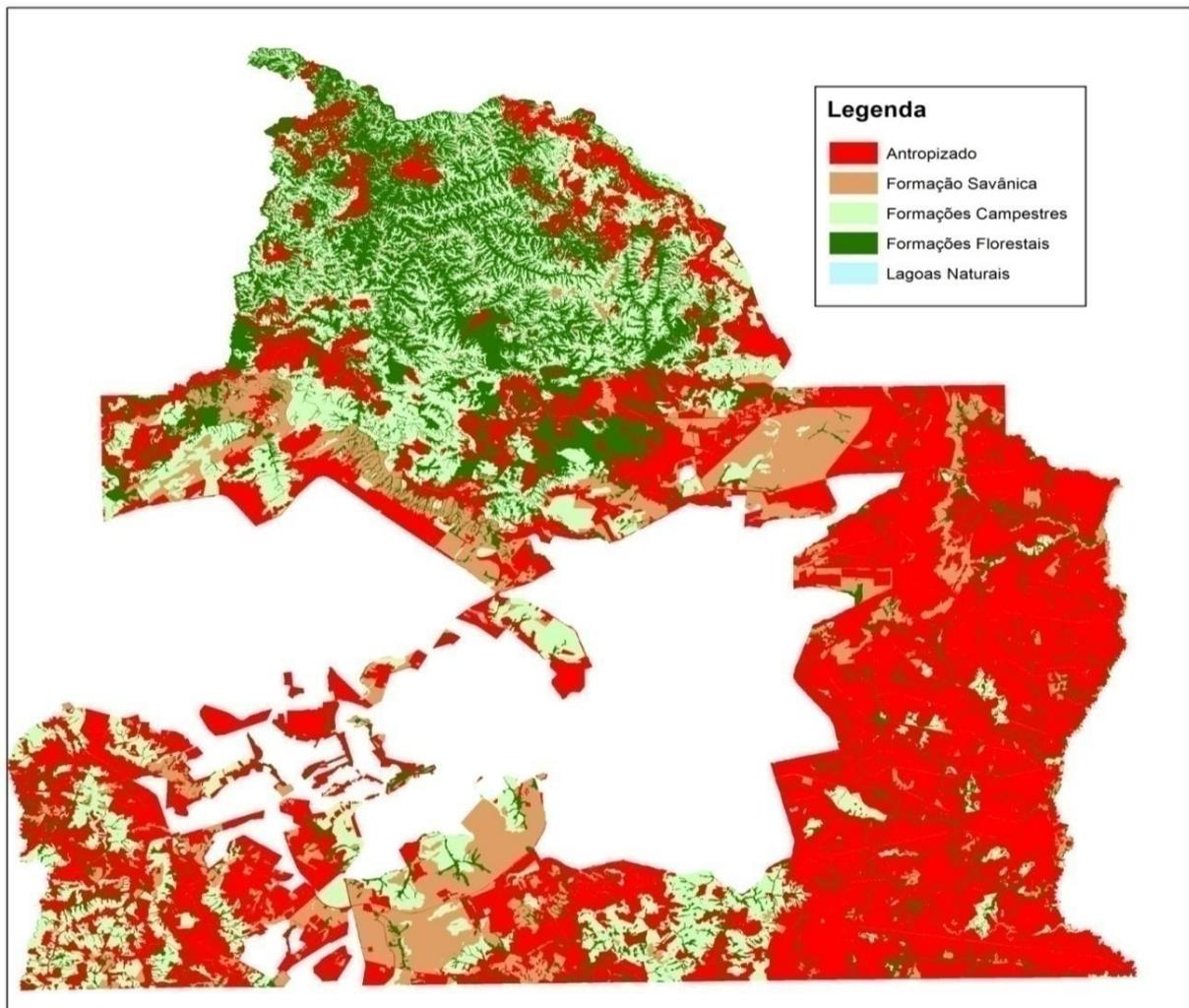


Figura 5 - Espacialização das formações campestres, savânicas e florestais, na APA do Planalto Central.

Ainda pela análise da Figura 5, observa-se que as áreas planas que coincidem, em geral, com a cor vermelha do mapa são justamente as áreas que originalmente eram ocupadas pelas Formações Savânicas. Como essas áreas são as mais adequadas para a ocupação urbana e para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, essas formações foram, relativamente, as mais comprometidas. Conforme já relatado, no item 1.3.1, áreas extensas e pouco fragmentadas, notadamente de cerrado Sentido Restrito, são encontradas apenas nas unidades de conservação de Proteção Integral e em áreas militares.

As Formações Campestres correspondem a 41,60% de toda a cobertura vegetal remanescente, enquanto as Formações Savânicas correspondem a 21,12% e as Formações Florestais representam 37,27% da cobertura vegetal remanescente. A análise desses dados, considerando os argumentos do parágrafo anterior, permite

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

supor que: i. os percentuais das Formações Savânicas originalmente, certamente eram maiores; ii. as formações campestres são mais representativas porque, em geral, encontram-se em altas declividades onde a mecanização é mais difícil e há restrições legais para a construção de áreas urbanas. iii. O valor relativamente alto das Formações Florestais é influenciado, em grande medida, pela ocorrência das matas secas na região da APA de Cafuringa e no estado de Goiás.

A Figura 6 mostra a distribuição, em percentual, da área ocupada pelas diferentes fitofisionomias, com relação à área total da APA do Planalto Central.

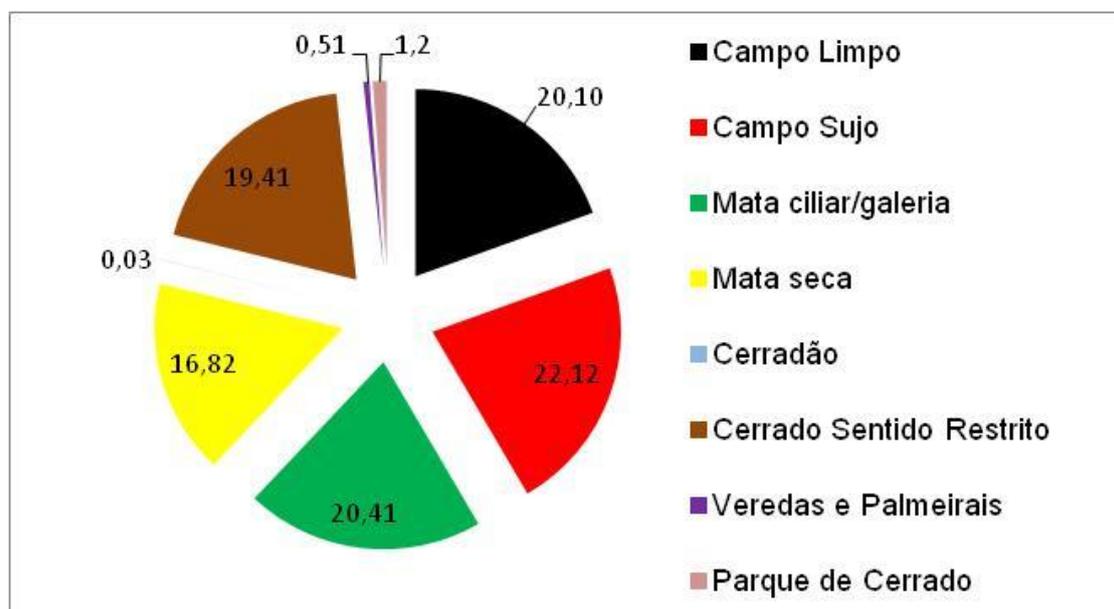


Figura 6 - Distribuição em percentual das diferentes fitofisionomias existentes na APA do Planalto Central com relação à cobertura de total remanescente de vegetação de Cerrado.

O Campo Sujo apresentou a maior cobertura remanescente ocupando 22,12% do território da APA. As matas de galeria e matas ciliares, em segundo lugar, representam 20,41% da área de vegetação nativa da APA do Planalto Central e o Cerrado Sentido Restrito 19,41%. Tendo em vista, que em geral o Cerrado Sentido Restrito representa naturalmente 70% do território do Bioma Cerrado (FELFILI, 2001) e considerando que foram identificados apenas 19,41% da cobertura remanescente ou 10,2% da área total da APA, pode-se inferir que esta fitofisionomia foi a mais afetada dentre as demais pela alteração da paisagem original. O que é compatível com a realidade, visto que esta fitofisionomia ocorre sobre relevo plano e latossolos, configuração fisiográfica adequada às ocupações rurais e urbanas. O Campo Limpo aparece, por fim, com 20,10%.

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

O Parque de Cerrado, a Vereda e o Palmeiral, juntos, representam 1,71% da área de vegetação nativa da APA do Planalto Central. São fitofisionomias sensíveis do ponto de vista ambiental e estão, em sua maioria, dentro das UC do DF. O Cerradão é a fitofisionomia que ocupa a menor porção do território da APA do Planalto Central com 0,03%.

A Formação Florestal Mata Seca representa 16,82% da área de vegetação nativa da APA do Planalto Central e está concentrada na APA de Cafuringa, região noroeste do DF, e na porção norte que está dentro do estado de Goiás. Destaca-se que este tipo de fitofisionomia encontra-se extremamente pressionada pelas atividades de pecuária extensiva praticadas nesta região, o que tem ocasionado a sistemática supressão da cobertura vegetal, como mostra o exemplo da Figura 7. Isto sinaliza para a necessidade de implementação de medidas imediatas de proteção das Matas Secas, seja pela definição de zonas de vida silvestre no âmbito do zoneamento da APA do Planalto Central ou pela criação de unidades de conservação de Proteção Integral, além das ações fiscalizatórias de atividades ilegais.



Imagem ALOS de 08-08-2009



Imagem *Google Earth* de 31-05-2010

Figura 7 - Avanço do desmatamento em área ocupada por matas secas, situadas na bacia do rio Maranhão, dentro do Distrito Federal, entre os anos 2009 e 2010.

As interferências antrópicas percebidas nas matas de galeria e ciliar foram estimadas em 17% das áreas de preservação permanente. Ao longo dos cursos d'água e das nascentes, as matas encontram-se alteradas por diferentes tipos de uso ou mesmo degradadas, com predomínio das interferências associadas às atividades agropecuárias.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Já o Cerradão, que perfaz uma área de apenas 76,9 hectares, ocorre nas proximidades da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília, mais especificamente, na Reserva Biológica do Cerradão. Em função do tamanho da área ocupada, esta fitofisionomia pode ser considerada rara, todavia, a sua inserção em uma unidade de conservação de Proteção Integral (Rebio do Cerradão) lhe garante um maior grau legal de proteção.

Com relação à ocorrência de espécies da flora, uma revisão realizada para o diagnóstico do Plano de Manejo, foram encontradas 403 registros de espécies nativas². Dentre as espécies estudadas apenas *Myracrodruon urundeuva* Allemão (Anacardiaceae)³ está ameaçada de extinção (MMA, 2008). Porém, considerando o território do DF e a sobreposição de grande parte desse território pelo polígono da APA do Planalto Central são observadas espécies ameaçadas, tais como: *Schinopsis brasiliensis* Engl. (Anacardiaceae)⁴; *Attalea brasiliensis* Glassman (Arecaceae)⁵; *Ossaea warmingiana* Cogn. (Melastomataceae); *Lychnophora ericoides* Mart. (Asteraceae)⁶; *Phragmipedium vittatum* (Vell.) Rolfe (Orquidaceae)⁷; *Gymnopogon doellii* Boechat e Valls (Poaceae); *Polygala franchetii* Chodat (Polygalaceae) (MMA, 2008). Apesar de não ter sido identificadas espécies endêmicas e raras nos levantamentos realizados, há registros para o Distrito Federal que permitem supor que elas também ocorrem na APA. Para as endêmicas podem ser citadas: *Mimosa clausenii* var. *soderstromii* Barneby (Leguminosae)⁸; *Cyrtopodium minutum* L.C.Menezes (Orchidaceae) e *Hibiscus wilsonii* Firxley (Malvaceae). Como raras

² Esse número inclui os registros no Parque Nacional de Brasília, que está em grande parte fora da APA do Planalto Central.

³ Nome vulgar: Aroeira do Sertão

⁴ Nome vulgar: Baraúna.

⁵ Nome vulgar: Catolé.

⁶ Nome vulgar: Arnica da Serra.

⁷ Nome Vulgar: Flor de Pelicano.

⁸ Nome vulgar: Mimosa.

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

citam-se as espécies: *Justicia clivalis* Wassh (Acanthaceae), *Aspilia pseudoyedaea* H.Rob. (Asteraceae) e *Barjonia grazielae* Fontella & Marquete (Apocynaceae).

1.3.2 Fauna

A APA do Planalto Central está inserida em uma das regiões oficialmente declaradas como prioritárias para conservação da biodiversidade no bioma Cerrado, segundo o Ministério do Meio Ambiente. Além disso, a APA do Planalto Central abrange áreas que compõem a Reserva da Biosfera do Cerrado Fase I, como mostra a Figura 8.

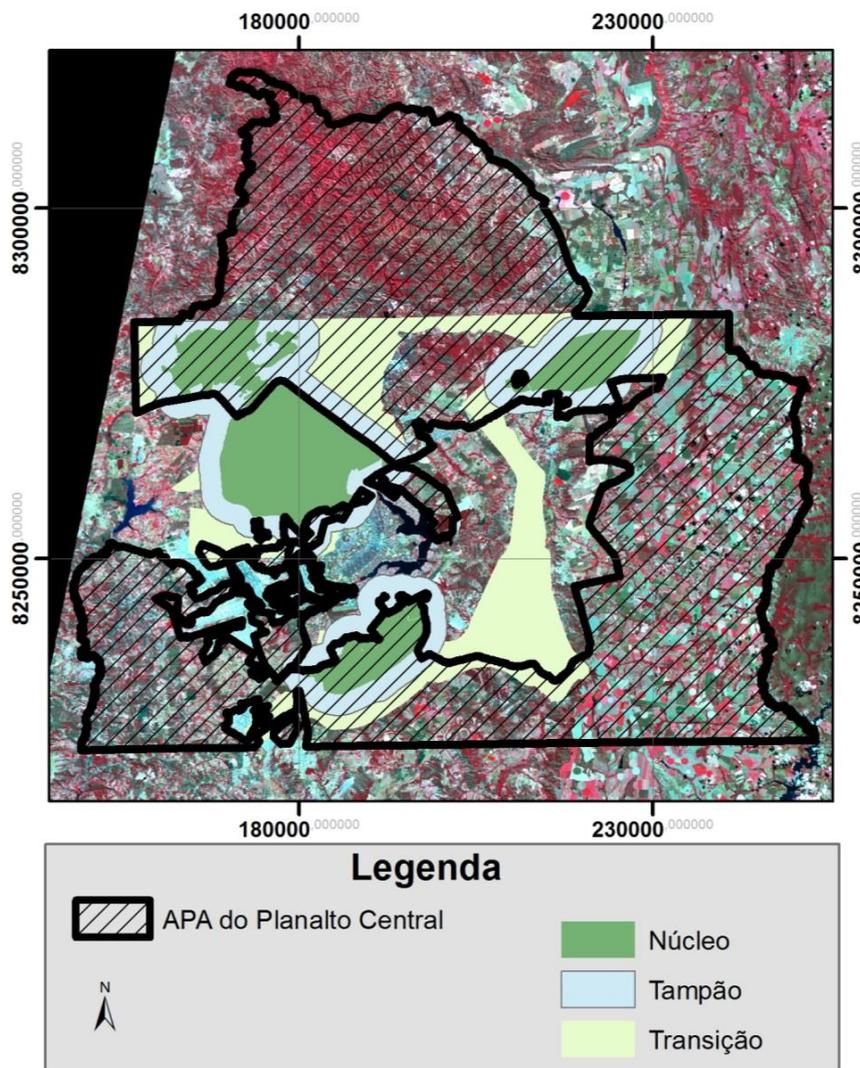


Figura 8 - Reserva da Biosfera do Cerrado - Fase I. Em destaque, a Zona Núcleo, a Zona de Transição e a Zona Tampão. Fonte: modificada de www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_cerrado.asp.

Essas políticas públicas de caráter conservacionistas se justificam pela grande diversidade de ambientes naturais encontrados na APA. As diferentes fitofisionomias



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

encontradas são refúgios para a fauna silvestre em meio às paisagens antropizadas na forma de cidades e de grandes lavouras, comuns nas diferentes regiões do bioma Cerrado. Algumas espécies raras, endêmicas ou ameaçadas foram recentemente registradas na APA vale destacar o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), tamanduá bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e o morceguinho-do-cerrado (*Lonchophylla dekeseri*) para os mamíferos; o soldadinho (*Antilophia galeata*) e o pula-pula-de-sombrancelha (*Basileuterus leucophrys*) para as aves e, finalmente para os répteis a perereca *Hypsiboas lundii* e o sapo de verruga (*Odontophrynus salvatori*). Vale destacar o recente registro de uma onça pintada (*Panthera onca*) na Estação Ecológica de Águas Emendadas, uma das mais importantes unidades de conservação de proteção integral inseridas na APA do Planalto Central.

Além dessas espécies, nos levantamentos realizados para a elaboração do diagnóstico da fauna no Plano de Manejo, identificaram-se registros significativos de outros grupos zoológicos. Com relação à entomofauna, somente nos estudos científicos realizados na Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília, outra UC de Proteção Integral inserida na APA, foram identificadas 666 espécies, destacando-se a identificação de 507 espécies de borboletas. Estima-se que na APA existam 1152 registros de diferentes espécies relacionadas a essa classe faunística.

Apesar dos estudos sobre os peixes da região serem incipientes, os poucos levantamentos realizados demonstram também a riqueza dos ambientes aquáticos encontrados na APA. Considerando o total de espécies indicado nos levantamentos de dados secundários, foram identificadas 234 espécies, distribuídas em 90 gêneros e 23 famílias. Segundo RIBEIRO (2005), a Ictiofauna do DF é bastante diversificada, apesar da altitude, do tamanho da área e das pequenas drenagens, com grande probabilidade de endemismos.

Tendo como base os estudos já realizados, a bacia do Paraná apresenta a maior riqueza dentre as demais bacias do DF, com 119 espécies distribuídas em 57 gêneros, 19 famílias e cinco Ordens.

No rio Maranhão, bacia do Araguaia/Tocantins, os peixes estão representados por 110 espécies, das quais 107 são nativas, e são distribuídas em 53 gêneros, 18 famílias e cinco Ordens.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Já o rio Preto, na bacia do São Francisco, 97 espécies foram identificadas. No entanto, a riqueza observada foi de 71 espécies das quais 68 são nativas, distribuídas em 33 gêneros, 13 famílias e cinco Ordens (RIBEIRO, 2005).

1.4 MEIO ANTRÓPICO

1.4.1 Aspectos Culturais, históricos e patrimônio cultural

Atribui-se ao Marquês de Pombal e, posteriormente, aos Inconfidentes mineiros a autoria da ideia de transferir a capital brasileira para o interior do território da colônia e depois da nação independente. O padre Luiz Vieira da Silva, um dos principais líderes da Inconfidência Mineira, argumentava que era preciso afastar a capital tanto das confusões de um porto marítimo quanto dos tumultos dos mineradores (BERTRAN, 1994).

Depois de várias outras propostas que não se traduziram em fatos concretos, a transferência da capital foi inscrita na primeira Constituição Federal republicana, em 1891, “por motivos de segurança e conquista efetiva de mais de 70% do território nacional, então deserto” (DISTRITO FEDERAL, 1986, p. 17). Esta determinação foi repetida nas Constituições de 1934, 1937 e 1946. Logo em 1892, no entanto, foi instituída a Comissão Exploradora do Planalto Central, liderada por Luiz Cruls. Esta foi a primeira expedição científica enviada ao Planalto Central com a missão específica de identificar e estudar o terreno onde seria implantada a futura capital. O relatório produzido por essa comissão é, até hoje, rica fonte de dados sobre a região (DISTRITO FEDERAL, 1986).

Em 1922, a pedra fundamental da nova capital foi lançada. Isso ocorreu na cidade de Planaltina, no Morro do Centenário, como um ato simbólico que fez parte das comemorações do centenário da independência do Brasil. Villas Bôas e Villas Bôas (1994) afirmam que, até a Primeira Guerra Mundial, falava-se na transferência da capital como uma matéria de segurança nacional e que companhias imobiliárias vendiam irregularmente terras, desde o início dos anos 1920, exatamente no local onde Brasília foi construída. Assim, a especulação de terras se iniciou pelo menos 30 anos antes da decisão de construir a capital.

O projeto de transferência da capital foi retomado em 1946, no governo de Eurico Gaspar Dutra, quando se criou a “Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital”, presidida pelo Marechal José Pessoa Cavalcanti Albuquerque. Em 1953, no



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

segundo Governo Vargas, contratou-se o levantamento aerofotogramétrico de toda a área delimitada pela expedição de Cruls, cuja interpretação (feita em 1954) ficou a cargo da empresa norte-americana Donald J. Belcher. Belcher sugeriu cinco sítios para a nova capital. Um deles foi escolhido pela referida Comissão e as suas terras foram desapropriadas pelo governo federal (DISTRITO FEDERAL, 1986).

O projeto foi assumido por Juscelino Kubitschek logo no início do seu mandato, em 1956, e tornou-se o principal objetivo de seu governo, por ele denominado “meta-síntese” do seu famoso Plano de Metas. Logo depois de tomar posse, Kubitschek lançou o “Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil”, vencido por Lúcio Costa. Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Foi tombada pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1987 e como patrimônio federal em 1990 (GANEM *et al.* 2008).

Em 1956 foi sancionada a Lei Federal nº 2.874, que criou o território do DF, com uma área de 5.789 km², demarcado no interior de Goiás. A mesma lei criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP e determinou que todas as terras desapropriadas passassem para o controle deste órgão. No novo território criado existiam duas pequenas cidades, Planaltina e Brazlândia, atualmente Regiões Administrativas do DF.

Neste sentido, Brasília surgiu “como um grande empreendimento governamental, onde a ação estatal foi tida como soberana”, sendo o Estado o proprietário das terras rurais e urbanas. Esse modelo, que garantiu o monopólio do solo nas mãos do Estado, foi eficaz no que diz respeito à concretização da “cidade como empreendimento imobiliário”. Contudo, não demorou a se esboçar um descompasso entre a oferta de áreas urbanas e o crescimento demográfico desordenado. A morosidade na resolução das questões jurídicas referente às terras e o fato de o Estado ser o único parcelador do solo (a ele cabia a decisão de ofertar ou não novas áreas habitacionais) foram graves obstáculos a um desenvolvimento mais harmônico do novo território (SILVEIRA, 1999).

No caso de Planaltina (GO), a ocupação da região que deu origem à cidade esteve ligado ao "ciclo do ouro" no âmbito do bandeirantismo, tendo origem na primeira metade do século XVIII. Desde então, essa região passou a ser frequentada como ponto de passagem da chamada Estrada Real utilizada para o escoamento de ouro e arrecadação de dízimos territoriais à Coroa. Os documentos existentes não indicam a



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

data exata da fundação de Planaltina, embora acredita-se que tenha ocorrido em 1790 (IBGE, 2011).

A primeira ocupação definitiva no território do município data do início do século XIX. Proveniente de Flores, a legendária vila do Baixo-Paraná, chegou às terras de Planaltina a família dos Gomes Rabello, que ali estabeleceu residência. Esses pioneiros construíram as suas residências nas proximidades de uma lagoa (Bonita ou Mestre D'Armas), de onde lhes veio a alcunha de "Lagoeiros". Simultaneamente, ou pouco depois disso, fixou-se ali um ótimo ferreiro – perito no conserto de armas – o qual era julgado mestre em sua profissão e que deu o nome à lagoa de Mestre D'Armas. A localidade também passou a ser chamada por este mesmo nome (IBGE, 2011).

Não consta uma data exata da fundação do povoado de Planaltina, pois o seu surgimento ocorreu de forma muito espontânea. Entretanto, existem referências segundo as quais já existia em 1812 um cemitério em Mestre D'Armas. O atual território municipal pertenceu ao município de Santa Luzia até 1886, quando passou a pertencer ao de Formosa. Em 1891 a localidade foi elevada à categoria de vila e no ano seguinte passou a constituir um município autônomo. Em 1910 teve a sua denominação mudada para Altamir e finalmente, em 1917, para Planaltina.

A partir de 1917, Planaltina passou por uma intensa transformação nas suas atividades produtivas. O surgimento de indústrias e charqueadas, empresas de curtume, fábricas de calçado, usina hidrelétrica e a estrada de rodagem ligando Planaltina a Ipameri (GO) proporcionou um forte dinamismo à economia local.

Sucessivas anexações e desanexações de territórios ocorreram, provocadas por manifestações da população local. Isso levou o povoado a pertencer, de acordo com as preferências do poder dominante, ora à Vila de Santa Luzia, ora à Vila de Formosa. Desse modo, o território onde atualmente se situa o município de Planaltina já foi chamado por diversos nomes (Mestre D'Armas, Altamir, São Gabriel e Planaltina), pertenceu a vários municípios e galgou diversos níveis político-administrativos (povoado, vila, distrito e município).

No século XVIII, Planaltina passou por grande êxito econômico. Nesse período brasileiro da pós-mineração, os elementos estruturadores da economia foram a agricultura e a pecuária. Originalmente, a configuração rural de Planaltina era



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

constituída de pequenas propriedades, onde se criava o gado bovino e se praticava a agricultura de subsistência.

No século XIX, as fazendas de gado, nos arredores do núcleo habitacional, faziam da exportação do charque e do beneficiamento do couro suas principais fontes de renda.

Com a criação do DF, a história do município de Planaltina passou a ser intimamente ligada à de Brasília. Muitos problemas sociais surgiram em consequência do crescimento populacional e da falta de critérios na ocupação do município. Em pouco mais de quatro décadas, a população cresceu descontroladamente, assistiu-se a uma expansão do perímetro urbano, que cresceu cerca de seis vezes.

No caso de Padre Bernardo, a ocupação do atual território municipal teve início no século XX com o estabelecimento das primeiras fazendas de criação de gado às margens do rio Maranhão e dos seus afluentes mais importantes, onde se localizam pastagens de boa qualidade. Com o decorrer dos anos, surgiram outros fatores responsáveis pelo crescimento econômico e demográfico do povoado que deu origem a Padre Bernardo. Ao crescimento natural dos rebanhos associava-se, de modo paralelo e consequente, a ocorrência de picadas, que levaram ao surgimento das pousadas para os vaqueiros, a caminho de Niquelândia, e para as famílias que desciam do Nordeste para a região Centro-Sul.

A função religiosa foi, sem dúvida, a mais importante na instalação e no crescimento do povoado que foi chamado posteriormente de Padre Bernardo, pois a partir de 1933,romeiros provenientes da região do Vão dos Angicos, no Município de Luziânia, se dirigiam, todos os anos, no mês de julho, para rezarem numa tosca capela, erguida por fazendeiros locais. Com o surgimento de algumas casas em volta da capela, os fazendeiros começaram a lotear partes do vale, com o objetivo de formar uma cidade.

Em 1951, foi fundado o arraial com o nome de Barro Alto do Vão dos Angicos e, para a formação do Patrimônio, alguns donos de terra doaram doze alqueires ao Santo Padroeiro. Ainda na condição de povoado, a localidade passou a denominar-se "Padre Bernardo", em homenagem ao vigário que percorria as fazendas locais, celebrando batizados e casamentos, enfatizando cada vez mais a função da cura.

A partir de 1957, a expansão do núcleo urbano se deu em função de um grande loteamento realizado por um proprietário (José Monteiro de Lima) que dividiu a sua fazenda em sítios e lotes, doando às famílias sem recursos e vendendo aos que desejassem se fixar na região. Graças à fertilidade de suas terras, o distrito foi



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

tomando grande impulso e em 1963, foi proclamado município, tendo sido desmembrado de Luziânia. Um maior dinamismo ocorrido no município se deveu ao avanço das fronteiras agrícolas para o Centro-Oeste e, mais precisamente, à construção de Brasília, dado ao seu favorável posicionamento geográfico em relação do Distrito Federal. Outro fator importante à dinâmica social de Padre Bernardo foi que o traçado original da rodovia Belém-Brasília, se iniciava em Padre Bernardo, o que até atualmente sustenta o elevado fluxo de veículos de carga na cidade.

Nos anos recentes, em decorrência da expansão verificada, agravaram-se os problemas relacionados com a prestação dos serviços sociais, notadamente a educação e a saúde, e com a infraestrutura de apoio aos setores produtivos. Desta forma, Padre Bernardo estabeleceu uma relação de dependência econômica da Capital Federal .

1.4.2 Manifestações Culturais: tradições, festas e religiosidade

As manifestações culturais dos territórios da APA do Planalto Central, basicamente, têm origem em duas fontes: o estado de Goiás e a bagagem trazida pelos imigrantes que se fixaram no DF, principalmente da região Nordeste. Ao identificar as expressões culturais encontradas, no DF, vale destacar que, na área onde este território foi constituído, fazia parte da história do Brasil e de Goiás, pois estava inserido nos denominados ciclos da mineração e da pecuária, dos quais são exemplos inequívocos as cidades remanescentes de Brazlândia, Planaltina e Luziânia. Pode-se dizer que o DF herdou expressões existentes antes da sua fundação, principalmente, os elementos culturais do estado de Goiás, que se somaram aos traços que os imigrantes recentes trouxeram das suas regiões de origem.

As manifestações mais importantes misturam costumes, tradições, festas e religiosidade. Uma das mais importantes é a Festa do Divino, muito comum na região Centro-Oeste. Mistura religiosidade com cultura popular. A comemoração veio de Portugal para o Brasil, no século XVI, e logo foi incluída no calendário religioso da colônia. “É a festa de um imperador (criança ou adulto), sua corte de auxiliares e os homenageados que dão suporte econômico ao evento. Em nome do imperador, duas folias saem para anunciar a festa” (PINTO, 2010). O auge da festa é na celebração católica de Pentecostes, que acontece 50 dias após a Páscoa. Porém, os festejos em homenagem ao Divino podem se iniciar vários dias antes, dividindo-se em diversos momentos. O festejo é vivido por meio de cores, simbologias, cantos, vestuários,



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

visitas às casas e muita comida. Vive-se a alegria de dar, receber e retribuir. A festa acontece em torno de cavalgada e cantorias, acompanhadas por viola e sanfona e por rezas em tom de folia. O principal símbolo é a bandeira do Divino Espírito Santo. Geralmente, as cavalgadas iniciam em algum ponto da cidade ou da zona rural, onde se reúnem os tropeiros, e acabam na porta de uma igreja, onde se encontram os grupos rurais e urbanos que ali fazem a tradicional roda das bandeiras. Muitos fiéis aguardam a ocasião para fazer votos, promessas e pedidos e para manifestar a devoção ao Divino Espírito Santo. Os rituais têm um caráter eminentemente participativo, buscando envolver toda a população. Porém, há uma nítida divisão sexual, na qual as mulheres fazem as comidas, nas casas, e os homens vão para a rua como foliões. No DF, a festa é vivida com mais intensidade, em Planaltina. “A Festa do Divino, naquela cidade, como em muitas do Brasil, é um festival de abundância, oportunidade em que o povo expõe e consome os produtos do seu trabalho. É preciso que haja fogos, muita comida, procissão, leilões de prendas etc.” (PINTO, 2010). Porém, segundo Mércia Pinto, a partir da segunda metade de década de 1960, a tradição ficou “esquecida”, por motivos políticos, e só foi retomada no fim da década de 1980. Isso fez a Festa do Divino de Planaltina perder alguns elementos, ainda hoje, encontrados em outras localidades.

“A Festa do Divino de Planaltina envolve elementos religiosos e seculares que se combinam. Reúne trabalhadores rurais dispersos em espaço urbano oposto ao de seu cotidiano. [...] Caracteristicamente, porém, pretende reconciliar a cidade com o seu contraditório sistema de valores. É também a síntese de momentos relevantes da história goiana, tendo como centro a revivência de uma época considerada de ouro, mas confirma que a ocupação urbana do DF e a nova história planaltinense começam com a construção de Brasília, criando o estigma do atraso nas outras cidades. Revela o que a população tenta esquecer, e aquela seria a ocasião para juntar-se e criar uma imagem poderosa de solidariedade entre os habitantes”. (PINTO, 2010)

É uma festa muito expressiva também em Padre Bernardo, pois a origem da cidade está ligada à prática dessa tradição. Desde a década de 1930, romeiros originários de regiões vizinhas, principalmente do Vão dos Angicos, iniciaram a tradição de realizar festas em louvor ao Divino Espírito Santo, na área em que se desenvolveria o povoamento e mais tarde se tornaria sede municipal. Atualmente, a festa acontece em nove dias, na capela que foi construída para praticar a devoção ao Divino.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

A Catira também é encontrada em Planaltina (DF) e nos dois municípios goianos que integram a APA do Planalto Central. É uma espécie de sapateado brasileiro, executado com bate-pé ao som de palmas e violas. Antes, era uma dança mais restrita aos homens, mas atualmente é praticada também só por mulheres ou acompanhadas pelos homens. Também conhecida como Cateretê, a Catira está sempre presente em manifestações culturais como a Folia de Reis e a Festa do Divino.

O Bumba Meu Boi do Seu Teodoro faz parte do amplo conjunto de manifestações culturais nacionais que convergiram para Brasília e hoje fazem parte da cultura local. Reconhecido pelo povo brasiliense, foi consagrado como legítimo referencial da cultura do Distrito Federal por meio do seu registro.

É um folguedo popular brasileiro oriundo do Maranhão, apresentado durante o período das festas juninas, o Bumba Meu Boi tornou-se parte da cultura brasiliense por meio de Seu Teodoro. Desde sua chegada a Brasília, em 1963, Seu Teodoro juntava os amigos, vizinhos e alunos da UnB – onde trabalhava como servente de obra –, em volta do “Boi” para “festar” e recordar as suas origens, dando início a esta tradição na cidade.

Uma das mais expressivas manifestações populares do DF, a Via Sacra ao Vivo de Planaltina remonta a romarias que se iniciaram em 1943, a partir da construção de uma capela no cume mais alto das terras de uma fazenda da região. Foi erguida em devoção a Nossa Senhora de Fátima. Os devotos seguiam em procissão, rumavam para ela, dando um caráter religioso à peregrinação. Em razão disso, o cume ficou conhecido como Morro da Capelinha. Mas, foi em 1973 que teve início a encenação da Paixão de Cristo, em frente à igreja, encenação essa transferida, no ano seguinte, para o Morro da Capelinha. O reconhecimento público da Via Sacra aconteceu em 1986, quando os festejos da Semana Santa de Planaltina foram incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal. A Via Sacra ao Vivo de Planaltina continua sendo e é, hoje, o evento popular que mais atrai a atenção do público e da imprensa, em todo o Distrito Federal e Entorno. A experiência de mais de 30 anos encenando a Paixão de Cristo junta o caráter religioso, comunitário e cultural do evento. Pela vitalidade dessa manifestação popular, o GDF a registrou como Patrimônio Cultural.

Outra manifestação muito comum, especialmente nas comunidades rurais, são as festas juninas. É a época em que são feitas comidas típicas e as danças de quadrilhas

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

são organizadas em apresentações e competições. Geralmente, proporcionam um clima alegre nessas localidades.

Além disso, merecem menção, as festas religiosas de menor visibilidade, aquelas que festejam os santos padroeiros. São as comunidades católicas pequenas, porém numerosas, que, anualmente, organizam festas em homenagem a um ou mais santos. Elas acontecem ao redor de pequenas capelas, como em Planaltina, na Capela Imaculado Coração de Maria (Figura 9).



Figura 9 - Capela Imaculado Coração de Maria, no núcleo rural Vale Verde (Planaltina) Foto: Aldemir Inácio de Azevedo (07/12/2010).

1.4.3 Estrutura das Atividades Produtivas e os Setores da Economia do Distrito Federal, Padre Bernardo e Planaltina

A configuração econômica de um local pode ser analisada a partir de alguns indicadores tais como a ocupação de pessoal e a geração de emprego pelos setores da economia e por cada atividade individual, a participação de cada setor econômico na formação do PIB, o número de estabelecimentos empresariais, entre outros.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

O total de empregos formais, no DF por exemplo, era de 593.424 em 2010⁹. Desse total três setores ofereciam mais postos de trabalho, a saber: serviços (370.861), comércio (145.601) e construção civil (56.953). Essas cifras representam 62,5%, 24,54% e 9,6% do total de empregos, respectivamente. O número de estabelecimentos de cada setor segue quase a mesma escala de proporcionalidade - 56,94% para os serviços, 37,02% para o comércio e 3,81% da construção civil. Porém, analisando o número médio de empregos por estabelecimento, chega-se aos seguintes resultados, que invertem a participação percentual dos três principais setores. Cada estabelecimento da construção civil emprega, em média, 15,57 pessoas com carteira assinada. O setor de serviços gera 6,79 empregos formais por estabelecimento. Já no comércio, a cifra pertinente é de 4,1. O Serviço Industrial de Utilidade Pública (empresas de captação, tratamento e distribuição de água; empresas de coleta e destinação do lixo) ocupa o quarto lugar no número de empregos (1,25%) e o sexto lugar no número de estabelecimentos (0,10%). Porém, é o setor que apresenta a maior média de empregos por estabelecimento: 75,46.

Para os municípios de Padre Bernardo e Planaltina, os dados correspondentes são fornecidos de forma agregada para todos os setores, devido ao pequeno número de empregos formais existentes.¹⁰ Desse modo, em janeiro de 2010 havia, em Padre Bernardo, 664 estabelecimentos empresariais, que ofereciam 1.142 postos de trabalho formal. De janeiro de 2000 a outubro de 2010, a variação nos empregos formais foi de 372, o que corresponde a um crescimento de 63,48% sobre o total de empregos formais existentes, no início da série. Em Planaltina, existiam 2.881 empregos formais, em janeiro de 2010, distribuídos por 1.026 estabelecimentos. No período de janeiro de 2000 a outubro de 2010, o número de empregos formais cresceu em 67,7%, o que corresponde a 826 novos postos de trabalho.

⁹ Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/CAGED), 2010

¹⁰ Para os municípios com menos de 2.500 empregos formais, os dados são disponibilizados de forma agregada, abrangendo todos os setores.

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Outro indicador importante da estrutura econômica é o valor adicionado ao PIB, por cada setor da economia. Convencionalmente, as atividades econômicas são agrupadas em três setores: indústria, serviços e agropecuária. Entretanto, no interior de cada setor há diversos ramos, cujo desempenho varia de um lugar para outro. Na Figura 10, são apresentados os percentuais de participação de cada setor no PIB, dos três territórios, válidos para 2008. No DF, destaca-se o setor de serviços, com 82,29% do PIB. Em Padre Bernardo, os serviços também formam o setor que mais contribui para o PIB (60,97%). Há uma participação maior da indústria e, sobretudo, da agropecuária. Já em Planaltina, a agropecuária tem uma participação menor do que em Padre Bernardo e maior do que em Brasília (5,48%). O setor de serviços também ocupa posição intermediária entre o DF e Padre Bernardo. Por outro lado, entre os territórios analisados que fazem parte da APA do Planalto Central, em Planaltina, a indústria tem o maior percentual de contribuição para o PIB.

Em 2008, o PIB de Planaltina foi de 341.634 mil reais e o PIB per capita foi de 4.315 reais. Padre Bernardo teve um PIB de 147.805 mil reais, levando a um PIB per capita de 5.388 reais. Esses valores contrastam muito com a riqueza gerada no DF. Na capital federal, o PIB foi de 117.571.151 mil reais, cuja divisão per capita dá 45.977 reais. Isso significa 965% a mais do que em Planaltina e 753% a mais do que em Padre Bernardo. Essa riqueza produzida em Brasília, porém concentrada, impulsiona o crescimento da população regional, a expansão da malha urbana e o movimento pendular diário de trabalhadores das cidades do entorno.

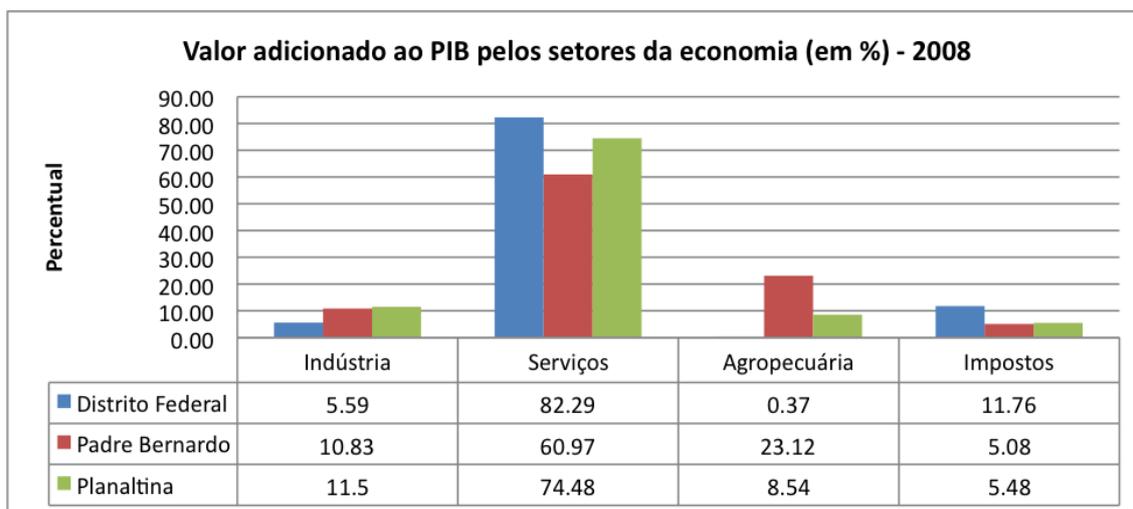


Figura 10 - Valor adicionado ao PIB pelos setores da economia em 2008 (%): Distrito Federal, Padre Bernardo e Planaltina. Fonte: Adaptação a partir de dados do Ipea.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Além da participação na composição do PIB, é importante observar os dados referentes à contribuição dos setores e atividades econômicos para a geração de empregos e ao número de estabelecimentos empresariais. Nem sempre existe uma relação diretamente proporcional entre esses indicadores. No setor agropecuário, o número de empresas oscilou entre 2006 e 2008, com saldo positivo. A geração de empregos também oscilou, porém o número de pessoas ocupadas diminuiu acentuadamente, de 3.653 para 1.892. Individualmente, isso significou uma queda de 48%. No conjunto da economia distrital, a participação relativa do pessoal ocupado neste setor caiu de 0,27% para 0,17%. A participação relativa do número de empresas agropecuárias também caiu. No setor industrial, os números de empresas e de pessoal ocupado estão concentrados na indústria de transformação e na construção civil. Ambos os subsetores cresceram substancialmente nos dois indicadores, quando observados isoladamente. O número de empresas na indústria de transformação cresceu 13,5% e o de pessoal ocupado cresceu 17,5%. Já na construção civil, o primeiro indicador cresceu 38% nos três anos analisados e o segundo indicador aumentou em 25,1%. Entretanto, apesar do crescimento interno, a participação dos estabelecimentos da indústria de transformação no total das empresas do DF caiu. No setor de serviços, o comércio e o conserto de veículos automotores e motocicletas é, de longe, a atividade mais expressiva. Entre 2006 e 2008 foi registrada uma expansão de 15,6% no número de empreendimentos e de 20,5% no pessoal ocupado. Isso significa que, em média, os estabelecimentos dessa atividade passaram a ocupar maior quantidade de mão de obra. A participação relativa no total dos estabelecimentos teve pequeno recuo, mas o pessoal ocupado ampliou a sua parcela. A seguir, vêm por tamanho de participação no setor e com o mesmo comportamento geral do subsetor anterior, as atividades administrativas, alojamento e alimentação, atividades profissionais científicas e técnicas, saúde humana e serviços sociais e informação e comunicação.

Em Padre Bernardo e Planaltina, entre 2006 e 2008, o número de empresas do setor agropecuário cresceu de forma absoluta e relativa ao conjunto dos estabelecimentos. Em ambos os municípios, a atividade mais expressiva do setor industrial é a de transformação, com crescimento absoluto e relativo. Em Padre Bernardo, este subsetor divide a liderança com a indústria extrativa, pois o desempenho de ambos é semelhante. Por sua vez, a indústria extrativa reduziu no número de empresas e a sua participação no total. Em Planaltina, a construção civil aparece em segundo lugar e



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

registrou crescimento absoluto e relativo. No setor de serviços, da mesma forma que ocorre no DF, nos dois municípios a atividade mais forte do ponto de vista do número de estabelecimentos é o comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas. Em Padre Bernardo, essa atividade diminuiu de forma absoluta e relativa. Já em Planaltina, cresceu o número, mas diminuiu a participação no total das empresas e organizações. O comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas é seguido pela atividade de alojamento e alimentação, no município de Padre Bernardo, e por educação, em Planaltina.

Destaca-se que esses dados se referem à área integral de cada um dos três territórios abrangidos pela APA do Planalto Central. Para enriquecer a reflexão e ampliar a compreensão sobre esses territórios, pode-se fazer uma interface com os dados de uso do solo na área exclusiva da APA (Tabela 1). Tais dados foram produzidos por meio da obtenção, processamento e interpretação de imagens de satélite do ano de 2009. O estudo dividiu a área em duas categorias: áreas naturais e áreas com interferências antrópicas. No âmbito das duas grandes categorias, observa-se um equilíbrio, sendo 52,6% da área ocupada por formações naturais e 47,4% ocupada por processos antrópicos. Na segunda classe, destacam-se, com enorme vantagem sobre os outros tipos de usos, as áreas destinadas à agricultura intensiva com 106.260 hectares, o que representa aproximadamente 20% de toda a área da APA. Em seguida, aparecem a pecuária extensiva, as chácaras de uso diversificado e a pecuária em área natural.

Tabela 1 - Quantificação do uso do solo e cobertura vegetal na área da APA do Planalto Central.

Uso e Ocupação do Solo				
Classes	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Agricultura intensiva	95420,0	18,93		
Agricultura intensiva - Pivô de irrigação	10841,5	2,15		
Agrovila	225,4	0,04		
Área degradada	896,1	0,18		
Área em processo de parcelamento	1116,3	0,22		
Área Urbana	12091,1	2,40		
Estradas não pavimentadas	4294,4	0,85		
Estradas pavimentadas	2550,6	0,51		
Ferrovia e Metrô	86,0	0,02		

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Uso e Ocupação do Solo				
Granjas	419,2	0,08		
Hortifruticultura	7352,7	1,46		
Lagoas de Estabilização	87,9	0,02		
Mineração	579,0	0,11		
Pecuária	60914,4	12,08		
Reflorestamento	2806,5	0,56		
Represas, Lagos e Lagoas	846,4	0,17		
Solo exposto	467,7	0,09		
Uso Rural diversificado	38026,0	7,54		
<i>Total com interferência antrópica</i>			239.021,1	47,4

Vale mencionar os padrões contrastantes da produção agrícola em diferentes regiões da APA. A Figura 11 e a Figura 12 ilustram esses padrões, mostrando o cultivo de grandes áreas com soja, na região do Programa de Assentamento Dirigido do DF (PAD-DF), e as pequenas plantações familiares dos núcleos rurais. São padrões distintos em todo o processo produtivo, desde a forma de acesso à terra, a mão-de-obra utilizada, as técnicas de produção, o processo do trabalho, o destino da produção e a relação com o mercado.



Figura 11 - Plantação de soja na região do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal. Foto: Aldemir Inácio de Azevedo – 23/12/2010.



Figura 12 - Pequena plantação de milho no Núcleo Rural Jardim Morumbi - RA Planaltina, DF. Foto: Aldemir Inácio de Azevedo – 09/12/2010.

1.4.4 A dinâmica populacional dos territórios da APA do Planalto Central

Um dos principais resultados das dinâmicas socioespaciais desencadeadas nos territórios da APA são as elevadas taxas de crescimento demográfico. Como consequência desse crescimento e da tendência de urbanização verificada nas últimas décadas, ocorre o crescimento e a concentração populacional nos espaços urbanos. Na Figura 13, observa-se a evolução populacional de Planaltina e Padre Bernardo. Nos censos demográficos de 1970 e 1980, os dois municípios apresentaram contingentes populacionais semelhantes. A partir de 1980 e até o ano 2000, Planaltina apresentou um crescimento acentuado. Na década de 1980, começa um distanciamento da linha de crescimento de Padre Bernardo, que aumenta na década de 1990 e se mantém a partir de 2000. Assim, entre 1980 e 1991, a população de Planaltina cresceu 148,5% e de 1991 a 2000 cresceu 83,4%, o que se traduz num crescimento anual de 13,5% e 9,3%, respectivamente, em cada década. Mas, na década de 1970, os dois municípios tiveram incremento populacional de quase 100% cada um. Porém, no caso de Padre Bernardo, nas décadas seguintes, as taxas de crescimento demográfico foram menores. Nessas quatro décadas, a população de Planaltina cresceu 808,5% e a de Padre Bernardo aumentou em 230,4%. Nos dois casos, há influência da expansão urbana do DF, associada aos fatores internos, que em Planaltina são mais evidentes, como por exemplo, a migração de pessoas para o

entorno do DF em busca de oportunidades de melhores empregos e maior renda em Brasília, porém, residindo em cidades com menor custo de vida.

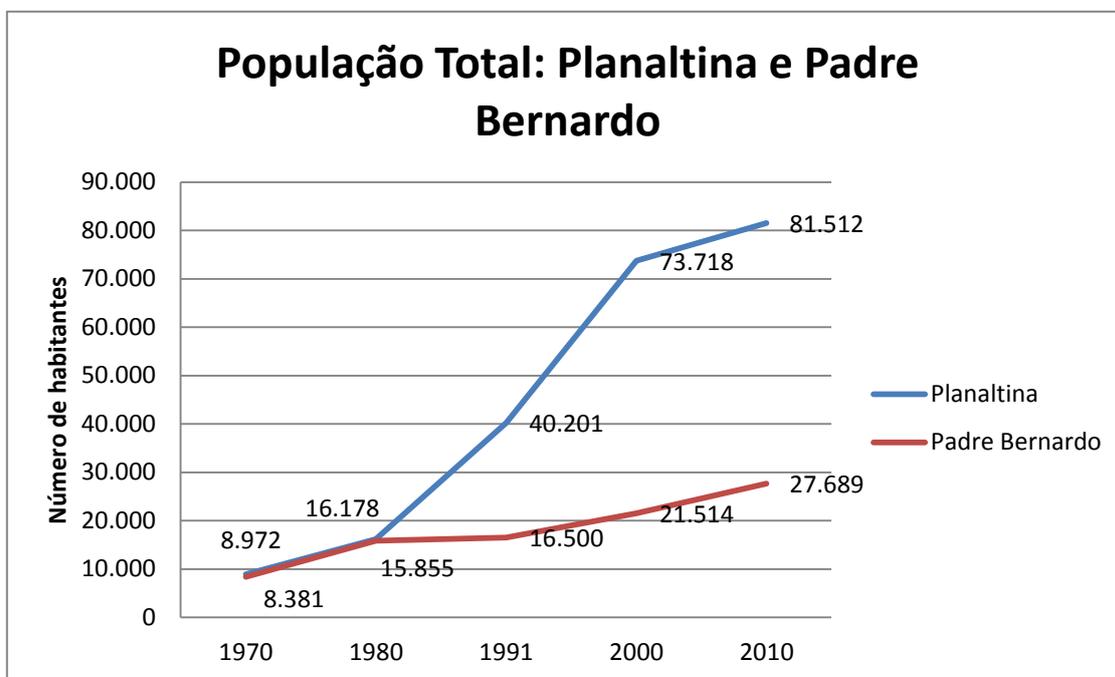


Figura 13 - Planaltina e Padre Bernardo - população total, por décadas, 1970 – 2010. Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

Os dados apresentados na Figura 14 relativos ao DF indicam um crescimento populacional crescente desde a sua criação até 2010. Alguns números ilustram essa explosão demográfica. Em 1957, 12.283 pessoas moravam em Planaltina, Brazlândia e fazendas próximas. Foram os primeiros habitantes do DF. Com o início das obras de construção de Brasília, começou um processo migratório alimentado por contingentes populacionais que se diferenciavam quanto à origem regional e à função desempenhada na nova cidade. Até 1970, a contribuição das migrações superou a do crescimento vegetativo na composição da taxa de crescimento total. Esse fato esteve calcado nos incentivos governamentais para atrair mão de obra para a construção de Brasília. Para as décadas de 1960 e 1970, estima-se que a população que migrou para o DF foi de aproximadamente 358.014 e 488.546 pessoas, respectivamente. Na década seguinte, a média anual de migrantes foi de 8.966 novas pessoas, a cada ano (CODEPLAN, 2008).

Considerando-se os dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan para 1960, registrando que a população do DF naquele ano era de 140.164 habitantes, conclui-se que, nas cinco décadas de vida da capital federal, o crescimento



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

da sua população chegou a 1.728%. O DF, que havia sido planejado para chegar ao início do século XXI com 500 mil habitantes, já havia superado esse total, em 1970, chegando aos 537.492 moradores. Este fato foi motivo de preocupação dos governantes locais, chamando a atenção para os desafios do cumprimento do planejamento da nova capital.

Por isso mesmo, em agosto de 1974, foi realizado no Senado Federal o 1º Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, coordenado pela Comissão do Distrito Federal do Senado Federal. Neste evento, foram debatidas diversas tendências que já escapavam ao controle das previsões iniciais. Acadêmicos, políticos e gestores públicos se debruçaram sobre o fenômeno demográfico¹¹, a organização do espaço urbano, os problemas dos transportes urbanos, o papel regional da capital federal como polo de desenvolvimento, as correntes migratórias e as relações entre o Plano Piloto e as cidades satélites e da periferia (BRASIL - Senado Federal, 1974).

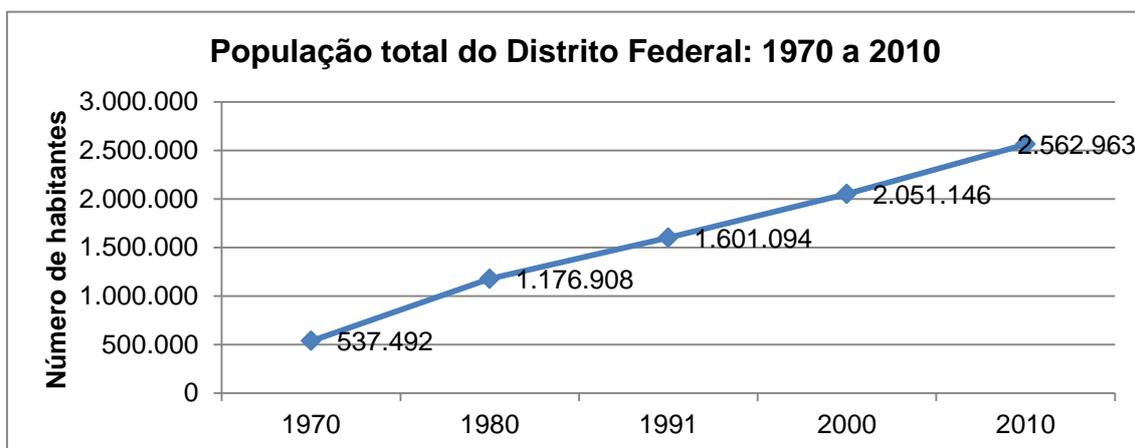


Figura 14 - Evolução demográfica do Distrito Federal: 1970 – 2010. Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Outro indicador relevante para análises demográficas é a distribuição da população entre os meios rural e o urbano. Os dados da Figura 15 mostram a situação nos dois

¹¹ De acordo com estimativa do Governo do Distrito Federal, em dezembro de 1973 a população do DF somava 753.247 habitantes, um acréscimo de 215.755 habitantes (40,14%) em relação à população registrada pelo Censo Demográfico de 1970.

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

municípios e no DF. No DF, os percentuais permaneceram sem alteração substancial no período analisado - em 1970, 96% da população eram urbanos e somente 4% eram rurais e, em 2010, as cifras foram, respectivamente, 96,62% e 3,38%. Em Planaltina, ocorreu, entre 1970 e 2010, uma inversão entre populações rural e urbana - em 1970, 93,51% da sua população viviam na zona rural, enquanto que, em 2010, 95,06% residiam na zona urbana. Por outro lado, em Padre Bernardo, a maioria da população continua morando na zona rural – os habitantes da zona urbana passaram de 21,13%, em 1970, para 38,98%, em 2010, enquanto a população rural caiu de 78,87%, em 1970, para 61,02%, em 2010.

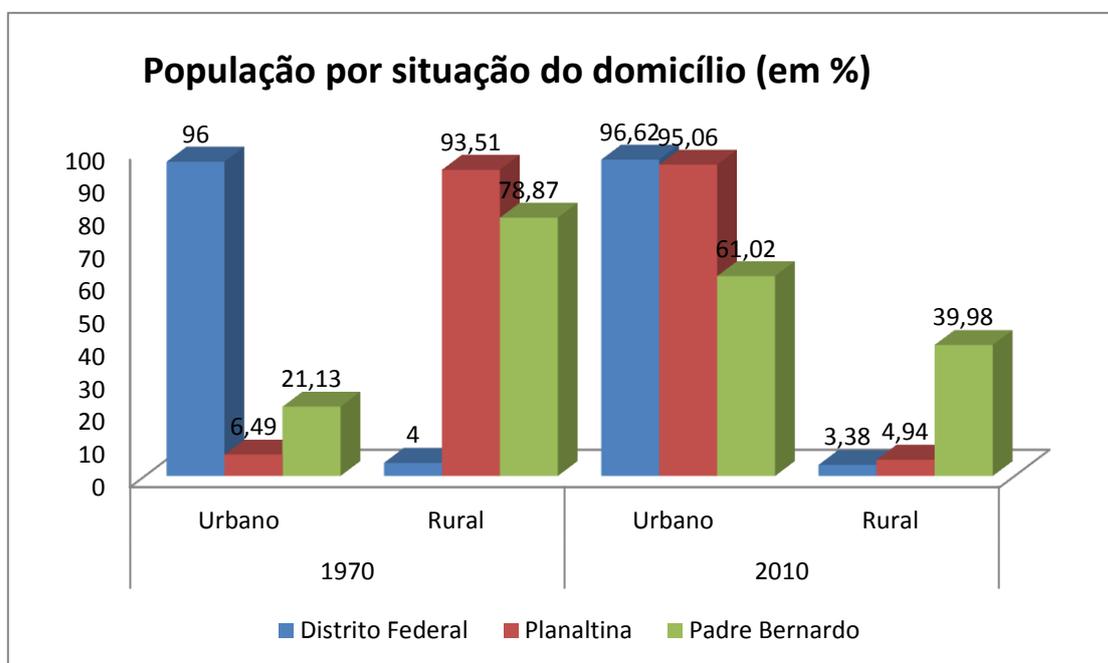


Figura 15 - Distrito Federal, Planaltina e Padre Bernardo - população por situação do domicílio, 1970 – 2010 (%). Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Especificamente na APA do Planalto Central, estima-se que a população total que vive na área da APA do Planalto Central, conforme dados de 2010¹², é de 525.328

¹² Dados referentes aos setores censitários que estão dentro da poligonal da APA do Planalto Central.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

habitantes. Desse total 471.746 (89,8%) pessoas estão em áreas urbanas e 53.582 (10,2%) habitantes residem em áreas rurais. No caso da área da APA que inclui parte do território de Padre Bernardo, todos os domicílios (54) e, conseqüentemente, as pessoas residentes (188), se encontram no espaço rural. Em Planaltina a situação se distingue. Da população total da APA, 28.020 pessoas são desse município. Desses habitantes, 27.387 (97,7%) se encontram em áreas urbanas de Planaltina. Os demais (apenas 633 pessoas, o equivalente a 2,3%) vivem em áreas rurais. No DF são 497.120 habitantes desse território que vivem na área da APA. Isso representa 94,63% da população total residente dentro da APA e 19,4% da população distrital. Além disso, essa população do DF que está na UC está assim distribuída: 89,35% (444.171 habitantes) são de áreas urbanas e 10,65% (52.949 habitantes) estão nas áreas rurais.

O crescimento populacional se expressa, também, no aumento do número de domicílios. O DF passou de 99.148 domicílios, em 1970, para 855.756, em 2010, com um crescimento de 763,11%. Em Planaltina, o crescimento, no mesmo período, foi de 1.569% e, em Padre Bernardo, foi de 623%. Na Tabela 2, estão os números absolutos de domicílios, por década.

Tabela 2 - Distrito Federal, Planaltina e Padre Bernardo - número de domicílios particulares permanentes, 1970-2010.

Local	1970	1980	1991	2000	2010
Distrito Federal	99.148	252.866	377.669	547.465	855.756
Planaltina	1.581	3.015	8.684	18.219	26.394
Padre Bernardo	1.475	3.003	3.693	5.681	10.675

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

Em relação a área da APA do Planalto Central, no Censo Demográfico 2010, o IBGE contabilizou 150.646 domicílios, dos quais 135.389 (89,87%) eram urbanos e 15.257(10,13%) eram rurais. Do total de domicílios identificados dentro da APA 142.714 (94,7%) pertencem ao DF, 7.878 (5,23%) estão em Planaltina e 54 (0,04%) são do município Padre Bernardo. Considerando o total de domicílios de cada território em 2010, a quantidade que está no interior da APA representa 16,68%, 29,85% e 0,51%, respectivamente. Por outro lado, a distribuição dos domicílios que estão dentro da APA, de cada território, entre urbanos e rurais, no total de domicílios existentes na UC apresentava as seguintes proporções. Dos domicílios de Planaltina que estão na

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

área da APA 97,5% (7.679) são urbanos e 2,5% (199) pertencem a áreas rurais. Em Padre Bernardo todos os domicílios são rurais.

Vejamos, agora, a distribuição da população por grupos etários. Considerando somente a população que reside dentro da poligonal da APA do Planalto Central, a pirâmide etária pode ser visualizada na Figura 16. Neste sentido, podemos observar que quatro grupos etários se destacam numericamente: 25 a 29 anos, 30 a 34 anos, 10 a 14 anos e 5 a 9 anos de idade. Nos dois primeiros grupos as mulheres formam a maioria. Já nas duas últimas faixas etárias, entre as quatro destacadas, os homens são em maior número.

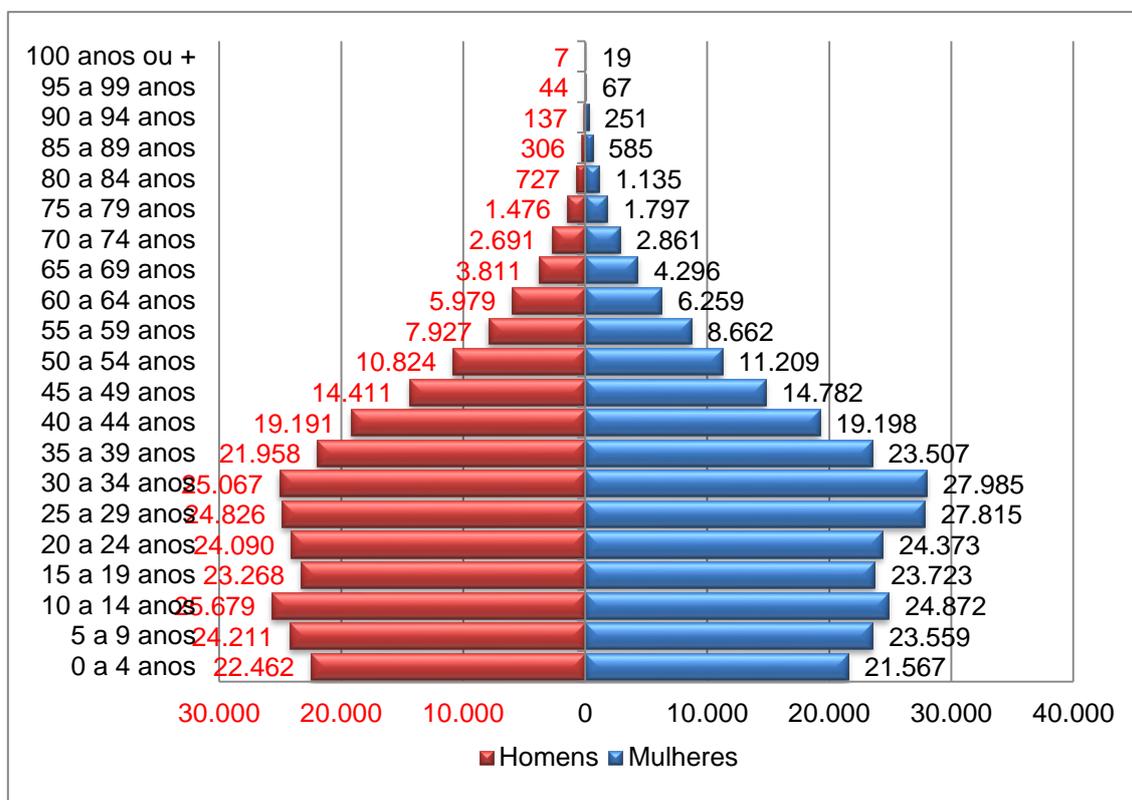


Figura 16 - Pirâmide etária da população da área da APA do Planalto Central em 2010. Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Outro indicador importante a ser analisado no quadro populacional é a População Economicamente Ativa – PEA. Ela é constituída pelas pessoas de 10 a 64 anos que estão trabalhando ou em busca de emprego na semana de referência considerada para o levantamento dos dados. A PEA da APA do Planalto Central é de 415.605 habitantes. Esse número corresponde a 79% da população existente nessa área. O restante (21%) compõe o grupo da População Economicamente Inativa – PEI. Desse

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

total, 90% estão em áreas urbanas e 10% vivem em espaços rurais. A distribuição da PEA por sexo é de 203.220 (48,9%) homens e 212.385 (51,1%) mulheres (Figura 17, Figura 18 e Figura 19).

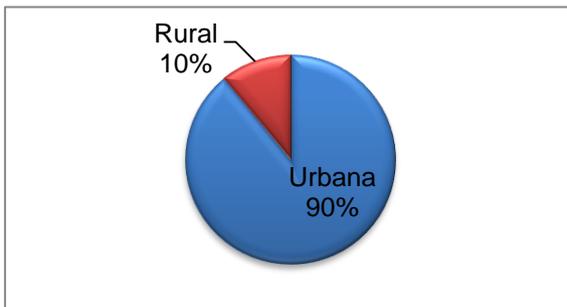


Figura 17 - Distribuição da PEA por situação do domicílio.

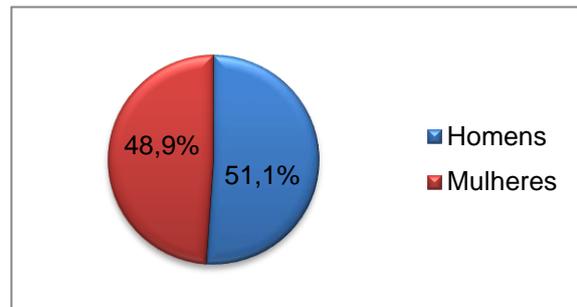


Figura 18 - Distribuição da PEA por sexo.

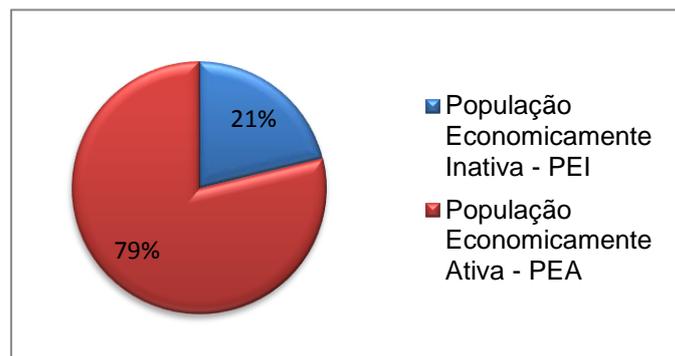


Figura 19 - Distribuição da população da APA do Planalto Central entre Ativa e Inativa (economicamente) – 2010.

A distribuição da população da área da APA por cor ou raça, segundo o IBGE, em 2010, é apresentada na Figura 20. Assim, o maior grupo é formado por pessoas da cor parda, com 52,8% da população. Outros 37,9% são brancos. Apenas 8% das pessoas se autodeclararam pretas. E somente 1,6% e 0,2% se definiram como amarelo e indígena, respectivamente.

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

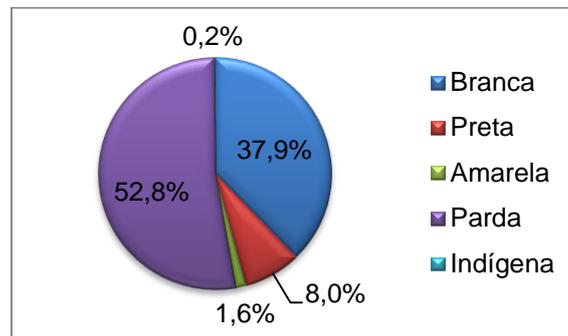


Figura 20 - Composição da população da APA por cor ou raça.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

1.5 DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA

A existência da APA do Planalto Central e seu manejo visando sua manutenção vão ao encontro de orientações para a conservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais estabelecidas por políticas públicas na esfera federal, como também são convergentes com programas específicos adotados por organismos não governamentais internacionais e nacionais. Destaca-se que o Cerrado brasileiro é considerado um dos 34 hotspots mundiais (MITTERMEIER, *et al.*, 2005), tendo em vista a sua alta biodiversidade, que em função do uso e ocupação do solo vigentes aumentam o grau de ameaça deste bioma. Esta situação reforça a importância da existência de uma Unidade de Conservação nos moldes da APA do Planalto Central como um estratégico instrumento para permitir que sejam desenvolvidas políticas públicas conservacionistas para a perpetuação de valiosos recursos naturais brasileiros.

A criação da APA ocorrida na década de 2000 (Decreto Federal s/n, de 10 de janeiro de 2002) foi uma resposta às ameaças à conservação do bioma Cerrado, em função do acelerado crescimento desordenado da região do Distrito Federal. Neste documento legal definiu-se como a finalidade da UC: “proteger os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, de modo a garantir o uso racional dos recursos naturais e proteger o patrimônio ambiental e cultural da região” como o mote para sua criação.

A APA do Planalto Central possui uma área de 504.160 ha, sendo 375.480 ha (74,48%) localizados no Distrito Federal e 128.680 ha (25,52%) no estado de Goiás, especificamente nos municípios goianos de Planaltina e Padre Bernardo. Cerca de 65% do território do Distrito Federal é abrangido pela APA.

A APA do Planalto Central compõe um mosaico de áreas legalmente protegidas, o qual representa a possibilidade de preservação de significativas áreas do bioma Cerrado por meio do manejo biorregional (MILLER, 1997). Esta unidade está inserida em um território de relevante interesse nacional e regional, não só pela questão política, de abrigar a capital federal, mas por proteger importantes nascentes de vários cursos d'água formadores de três grandes bacias hidrográficas do país, a saber: São Francisco, Araguaia/Tocantins e Paraná. Somente no Distrito Federal, milhares de pessoas são beneficiadas diretamente com os serviços ambientais prestados pela APA, notadamente aqueles relacionados ao abastecimento público de água. Sendo



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

que se somente for considerado este serviço ambiental, por si só já justifica a manutenção desta UC, uma vez que os recursos hídricos são de importância vital para a população.

Na região encontram-se remanescentes importantes da área “core” do Cerrado no Brasil, incluindo além das fitofisionomias mais comuns de Cerrado sentido amplo, áreas significativas de matas secas e ripárias, fundamentais para a conservação da biota como um todo.

A APA do Planalto Central, apesar de não integrar formalmente a Reserva da Biosfera do Cerrado (RBC), parte dos seus territórios sobrepõe-se parcialmente sobre as diferentes zonas estabelecidas neste planejamento biorregional. Neste sentido, a APA representa a possibilidade de viabilização de importantes corredores ecológicos entre áreas núcleo da RBC como o Parque Nacional de Brasília e a Estação Ecológica de Águas Emendadas, por meio do manejo sustentável dos recursos naturais.

A APA também está inserida em uma das regiões oficialmente declaradas como prioritárias para conservação da biodiversidade no bioma Cerrado, possuindo elementos biogeográficos com distribuição restrita no Brasil, como espécies endêmicas e ameaçadas do Cerrado brasileiro (MMA, 2007). Como exemplos dessas espécies registradas na região de abrangência da APA vale destacar representantes dos três grandes grupos (mamíferos, aves e répteis): o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), tamanduá bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e o morceguinho-do-cerrado (*Lonchophylla dekeyseri*) para os mamíferos; o soldadinho (*Antilophia galeata*) e o pula-pula de-sombrancelha (*Basileuterus leucophrys*) para as aves e, finalmente para os répteis a perereca *Hypsiboas lundii* e o sapo de verruga (*Odontophrynus salvatori*).

Estima-se que a população humana residente na APA do Planalto Central seja de 525.328 habitantes (IBGE, 2010). Deste total 471.746 (89,8%) pessoas estão em áreas urbanas e 53.582 (10,2%) habitantes residem em áreas rurais.

Neste sentido, a diversidade cultural da população é extremamente rica, sendo que em diferentes regiões da APA ainda podem ser observadas manifestações culturais com tradição rural e também manifestações urbanas de cunho mais contemporâneo. A diversidade também se expressa na forma de ocupação e no perfil socioeconômico da população residente, que abrange, no âmbito rural pequenas até grandes propriedades e ocupações urbanas formais e informais, tornando um desafio o



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

desenvolvimento de ações de manejo e conservação das áreas da APA, mediante seus atributos e zoneamento ambiental.

Assim, a APA do Planalto Central exerce um importante papel socioambiental para a promoção do desenvolvimento sustentável da região, e ao mesmo tempo, de proteger amostras representativas dos diferentes ecossistemas que integram o Cerrado brasileiro, podendo ser uma mola propulsora para o estabelecimento do acesso de todos os cidadãos a um ambiente equilibrado.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

2 PLANEJAMENTO

2.1 ZONEAMENTO

O zoneamento ambiental de áreas protegidas é amplamente empregado como instrumento de gestão territorial, por permitir o estabelecimento de normas de uso, de acordo com a vocação do espaço territorial, sua sensibilidade ambiental, sua relevância ecológica, dentre outros atributos. Desta forma, diversos países, incluindo o Brasil, adotam este instrumento para gerenciar o território de seus parques e reservas naturais (LIU & LI, 2008; GENELETI & DUREN, 2008).

O SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000), que rege as unidades de conservação brasileiras, conceitua o zoneamento como: “definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz” (artigo 2º, inciso XVI).

O zoneamento justifica-se pela necessidade de controle de cada espaço para preservação ou para o uso sustentável de parcelas do território. Vale destacar que a manutenção das funções ecológicas não significa apenas manter o estado prístino, intocado da natureza, mas sim identificar os elementos fundamentais, sem os quais a maior parte da biodiversidade teria dificuldade de regeneração e, por conseguinte, de autoperpetuação.

A APA do Planalto Central é uma unidade de conservação singular quando comparada a outras unidades de uso sustentável no Brasil e no próprio Distrito Federal. Uma primeira singularidade, com relação às outras APA federais, refere-se à sua localização e à sua dimensão, a qual abrange 65% da unidade da federação que abriga a capital federal brasileira e parte de dois municípios goianos: Padre Bernardo e Planaltina. No tocante às demais APA existentes no Distrito Federal, além de ser a maior delas em dimensão territorial, a APA do Planalto Central é delimitada por uma poligonal fragmentada em diversas áreas com tamanhos e características de ocupação distintos. Há inclusive sobreposição de parte de sua poligonal com a APA de Cafuringa e com partes da APA da Bacia do Gama e Cabeça de Veado e da APA do Lago Paranoá.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Neste sentido, o zoneamento ambiental da APA requer a integração com os diversos instrumentos de gestão territorial vigentes e incidentes em sua área de abrangência. Obviamente que esta integração deva ser empregada de forma criteriosa, no sentido de fortalecer diretrizes e estratégias que vão ao encontro dos objetivos de criação e à missão da APA e ao mesmo tempo minimizar aquelas que atuam no sentido contrário. Em uma breve contextualização, podem-se citar alguns instrumentos que regem a APA do Planalto Central. Incidem total ou parcialmente sobre a APA o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, os planos diretores dos municípios de Planaltina e Padre Bernardo, os zoneamentos da APA de Cafuringa, da APA da Bacia do Gama e Cabeça de Veado e da APA do Lago Paranoá, além de dezenas de outras áreas protegidas, geridas pelo Governo do Distrito Federal.

Outro aspecto importante refere-se à diversidade de tipologias de ocupação e dos aspectos demográficos. Conforme o Censo do IBGE, existiam em 2010 aproximadamente 525 mil habitantes na APA, dos quais 90% estão em áreas urbanas e os outros 10%, em áreas rurais. Por outro lado, os mais de 470 mil habitantes residentes em áreas urbanas estão concentrados em menos de 3% do território da APA.

Com relação às tipologias urbanas, existem desde ocupações informais de baixa renda, como os “condomínios” Sol Nascente e Por do Sol, em Ceilândia, até ocupações informais de classe média como Arniqueira e Vicente Pires, por exemplo. Além dessas ocupações irregulares existem ainda ocupações regulares em diferentes estágios de consolidação, como o bairro do Tororó, em fase de implantação, e cidades consolidadas como o centro de Taguatinga e a cidade de Planaltina (GO).

Na área rural, as tipologias de uso do solo também são diversas. Existem desde pequenas propriedades, em geral, destinadas à produção hortifrutigranjeiras e criação de gado, chácaras de recreio, até grandes propriedades que são destinadas à produção intensiva de grãos.

Em meio a esse contexto territorial, estão os remanescentes de vegetação nativa. Apesar de existirem fragmentos remanescentes de cerrado em quase todas as regiões da APA, é na porção norte, incluindo a APA de Cafuringa e os municípios de Padre Bernardo e Planaltina, onde existem os maiores e contínuos territórios cobertos com vegetação natural, ainda não protegidos na forma de unidades de conservação de proteção integral. Cabe salientar que existem 3 importantes áreas protegidas,



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

estabelecidas como áreas núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado, que estão em parte sobrepostas na APA do Planalto Central: o Parna de Brasília, a Estação Ecológica de Águas Emendadas e a Zona de Vida Silvestre da APA das Bacias do Gama e Cabeça de Veado.

Sendo assim, este foi o desafio de construir um zoneamento para uma unidade de conservação com tantas dimensões socioambientais: salvaguardar a biodiversidade de mosaicos de remanescentes de Cerrado com a promoção do uso sustentável dos recursos naturais e da melhoria da qualidade de vida de seus usuários.

Enfim, o zoneamento proposto partiu de algumas premissas que vão ao encontro dos objetivos da categoria definida pelo SNUC (APA), do seu decreto de criação e de sua missão, a saber:

- Na medida do possível, compatibilizar os zoneamentos existentes no território da APA;
- Compor um zoneamento simples, com níveis diferenciados e gradativos de restrição ao uso e com um número reduzido de classes, a fim de otimizar a gestão do território e sua compreensão pela sociedade;
- Salvaguardar áreas com relevância regional para a preservação e a conservação da biodiversidade;
- Conservar regiões de mananciais hídricos e promover a melhoria dos indicadores de sustentabilidade dos processos produtivos das atividades econômicas existentes na APA.

Para a construção do zoneamento, além dos critérios técnicos, foram realizados diversos eventos que contaram com a participação da sociedade civil e de representantes de outros órgãos. Nesses eventos foi possível captar e registrar os principais anseios de diferentes comunidades que habitam e vivenciam a APA.

Com isto, foram propostas sete tipos de zonas, a saber:

ZPVS – Zona de Preservação da Vida Silvestre.

ZCVS – Zona de Conservação da Vida Silvestre.

ZPM – Zona de Proteção de Mananciais.

ZPPR - Zona de Proteção do Parna de Brasília e Rebio da Contagem.

ZPACT – Zona de Proteção da Arie Capetinga-Taquara.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

ZUS – Zona de Uso Sustentável.

ZU - Zona Urbana.

2.2 ZONEAMENTO

O Mapa da Figura 21 ilustra o zoneamento ambiental da APA do Planalto Central. A Tabela 3 e a Figura 22 apresentam as áreas das zonas de manejo estabelecidas para a APA.

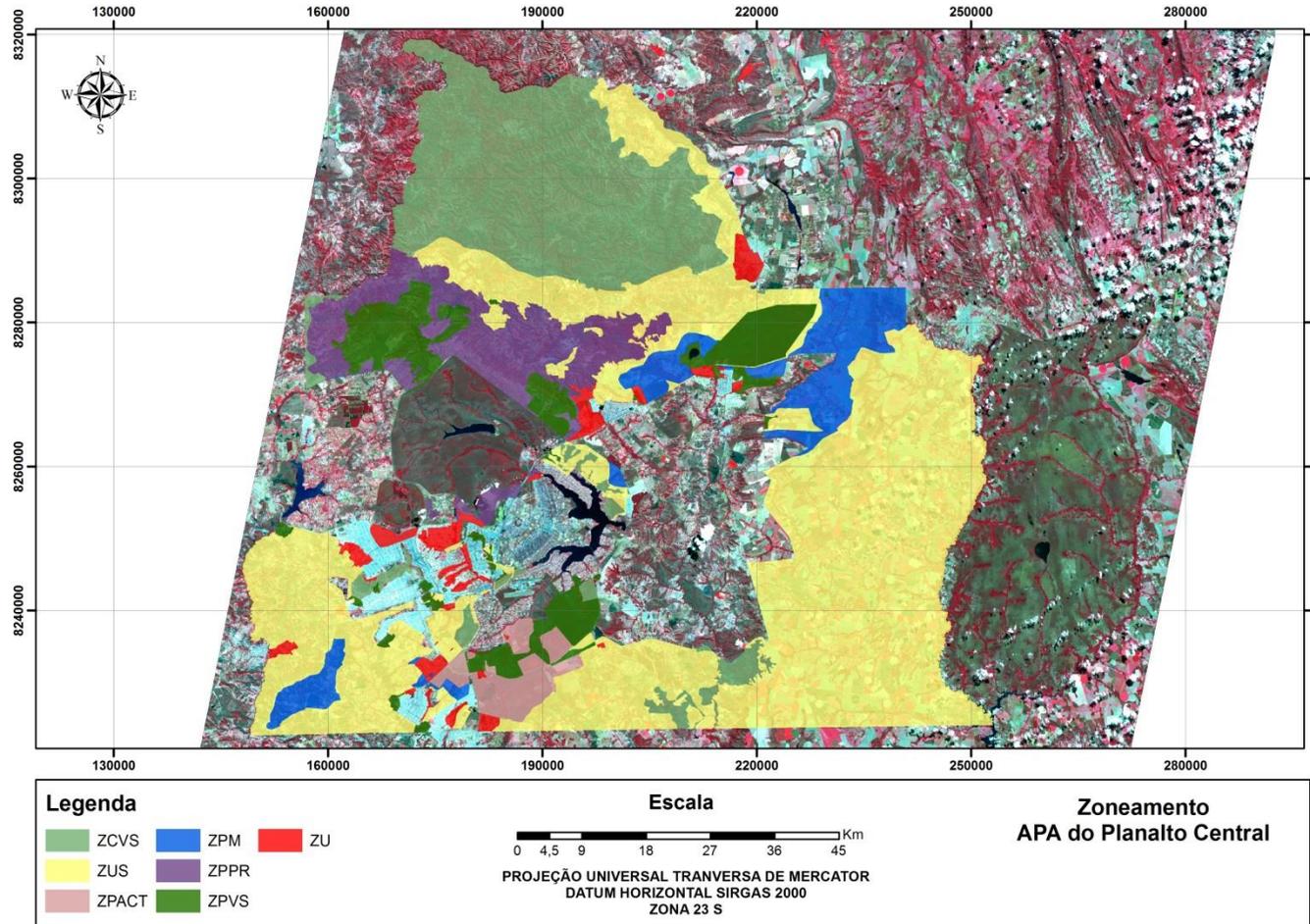


Figura 21 – Mapa do Zoneamento da APA do Planalto Central.

Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

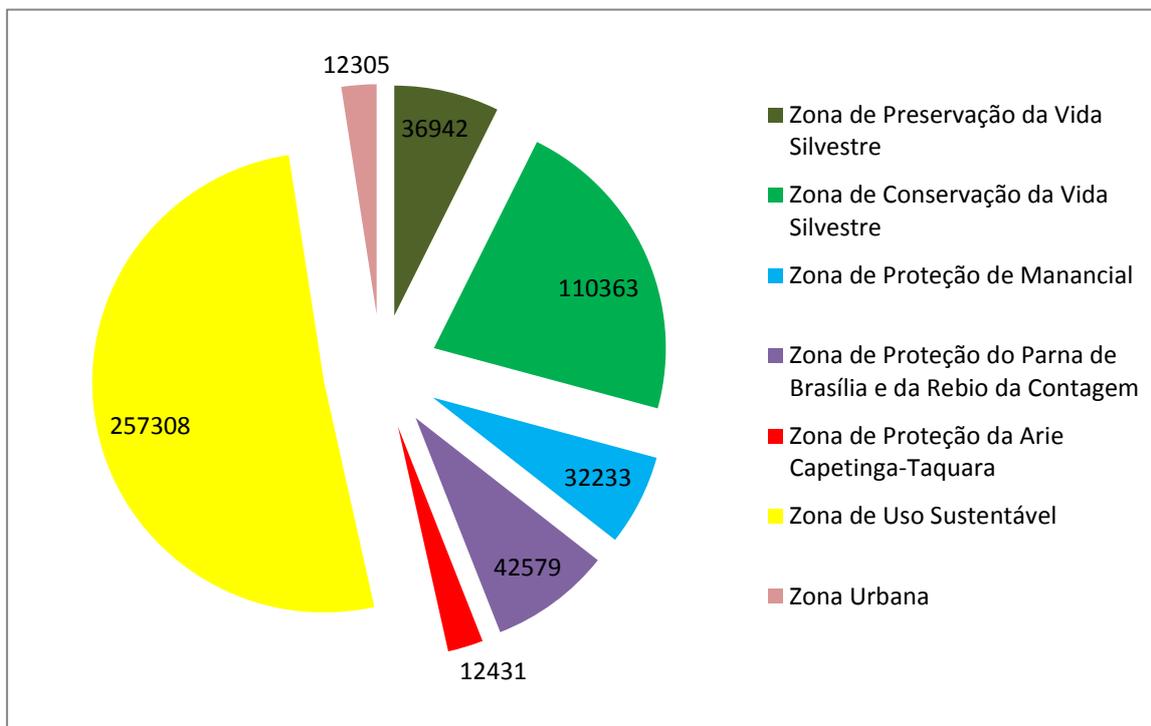


Figura 22 – Gráfico de percentuais de área do zoneamento da APA do Planalto Central.

Tabela 3 – Áreas e percentuais das zonas de manejo da APA do Planalto Central.

Sigla	Categoria	Hectares	(%)
ZPVS	Zona de Preservação da Vida Silvestre	36.942	7,33
ZCVS	Zona de Conservação da Vida Silvestre	110.363	21,89
ZPM	Zona de Proteção de Manancial	32.233	6,39
ZPPR	Zona de Proteção do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem	42.579	8,45
ZPACT	Zona de Proteção da Arie Capetinga-Taquara	12.431	2,47
ZUS	Zona de Uso Sustentável	257.308	51,04
ZU	Zona Urbana	12.305	2,44
Total		504.160	100



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

2.2.1 ZPVS – Zona de Preservação da Vida Silvestre

Definição: Zona de Manejo que contempla as unidades de conservação de proteção integral e os parques criados pelo Governo do Distrito Federal, constantes no Mapa Ambiental do Distrito Federal (SEMARH, 2006).

Objetivos: Preservação dos recursos ecológicos, genéticos e da integridade dos ecossistemas.

Justificativa: fortalecer a proteção das unidades de conservação e integrar as políticas preservacionistas de gestão do território.

Descrição: As UC de proteção integral e os parques que estão em parte ou integralmente na APA do Planalto Central.

Normas:

- Nesta zona serão seguidas as normas das Unidades de Conservação sobrepostas.
- Nas áreas onde não houver normas estabelecidas, ou não for Unidade de Conservação, seguem-se as normas da ZCVS.

2.2.2 ZCVS – Zona de Conservação da Vida Silvestre

Definição: Zona de manejo que protege grandes remanescentes de vegetação nativa e outras áreas relevantes para a conservação da biodiversidade.

Objetivos: conservar os recursos naturais e restaurar a integridade dos ecossistemas naturais.

Descrição: Abrange uma área contínua de 97.054 hectares nos municípios de Padre Bernardo e Planaltina, uma área isolada no limite noroeste do Distrito Federal, uma área ao longo do vale do rio São Bartolomeu, em seu trecho de jusante, em continuidade à zona de conservação da vida silvestre da APA da Bacia do Rio São Bartolomeu, entorno da Lagoa Bom Sucesso, o Jardim Botânico de Brasília, a Arie do Torto, a Arie Granja do Ipê, Arie Parque JK, Arie Santuário da Vida Silvestre do Riacho Fundo e parte das Zonas de Vida Silvestre da APA do Lago Paranoá.

Normas:

- As atividades existentes na data de publicação do Plano de Manejo, nesta zona, poderão ser mantidas, desde que cumpridas as exigências legais;



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- Os projetos de expansão, duplicação ou construção de novas rodovias devem prever a instalação de dispositivos de passagem de fauna, inclusive para grandes mamíferos;

Ficam proibidos na ZCVS:

- a) Depositar resíduos poluentes;
- b) Suprimir vegetação nativa, em qualquer estágio de regeneração, sem autorização do órgão gestor da unidade de conservação.
- c) Praticar esportes motorizados que possam causar danos à vegetação nativa e criar processos erosivos.

Parágrafo: A administração da APA do Planalto Central poderá autorizar locais específicos para a prática do esporte ou eventos esportivos, após avaliação técnica da proposta.

- d) Instalar novas indústrias de produtos alimentares do tipo matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e de derivados de origem animal.
- e) Realizar o parcelamento de solo urbano.
- f) Realizar mineração.
- g) Fica proibida a instalação de indústrias poluentes e postos de combustíveis, sendo que os postos de combustíveis já instalados e devidamente licenciados devem adotar tecnologias para controle de poluição.

2.2.3 ZPM – Zona de Proteção de Mananciais

Definição: Zona de Manejo que protege áreas que contém cabeceiras formadoras das principais bacias hidrográficas da APA do Planalto Central.

Objetivos: Proteger os recursos hídricos, recuperando e mantendo os processos ecológicos e melhorando os processos produtivos existentes.

Descrição: Abrange em parte ou integralmente, as Áreas de Proteção de Mananciais (APM) estabelecidas pelo PDOT (Lei Complementar 803/2009), que não integram a ZPVS, a ZCVS, a ZPPR e ZPACT e as cabeceiras do ribeirão Santa Rita, afluente da margem direita do rio Preto. As APM que integram esta zona estão apresentadas no Quadro 1:



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Quadro 1 – APM interferentes com a ZPM.

APM - Alagado
APM - Barroção
APM - Brejinho
APM - Cachoeirinha
APM - Corguinho
APM - Crispim
APM - Engenho das Lages
APM - Fumal
APM - Mestre D´Armas
APM - Olho D`Água
APM - Pipiripau
APM - Ponte de Terra
APM - Quinze
APM - Taquari

Normas:

- a) Manter preservadas as áreas com remanescentes de vegetação nativa, admitida a supressão mediante estudo prévio a ser avaliado pelo órgão gestor da APA do Planalto Central.
- b) As Áreas de Preservação Permanente e reservas legais devem ser priorizadas para a recuperação.
- c) Sistemas agroflorestais e a ampliação da área de vegetação nativa deverão ser incentivados, para que o manejo favoreça a conservação do solo e a proteção dos corpos hídricos.
- d) Fica proibido o parcelamento do solo urbano.
- e) Fica proibido o lançamento de efluentes urbanos ou industriais, mesmo que tratados.
- f) Fica proibida a instalação de indústrias poluentes e postos de combustíveis, sendo que os postos de combustíveis já instalados e devidamente licenciados devem adotar tecnologias para controle de poluição.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- g) Ficam proibidos os novos empreendimentos de abatedouro, suinocultura de grande porte e mineração. Considera-se suinocultura de grande porte a definição dada pelo Decreto Distrital nº 17.805/96.

2.2.4 ZPPR – Zona de Proteção do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem

Definição: Zona de manejo destinada ao controle do uso do solo para a proteção do entorno do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem.

Objetivos: Minimizar os impactos ambientais gerados na região do entorno do Parque Nacional – PARNA - de Brasília e da Reserva Biológica – REBIO - da Contagem que possam afetá-los negativamente.

Descrição: Esta zona é composta por parte da APA de Cafuringa, incluindo a região rural da Fercal, Lago Oeste, Chapadinha, uma área que abrange aproximadamente os 5km de raio no entorno da expansão do Parna de Brasília, Área de Restrição Físico-Ambiental do Parna de Brasília (PDOT 1997), incluindo as microbacias dos córregos do Valo e Cana do Reino, parte do Parque Urbano da Vila Estrutural, Arie Estrutural, Arie Cabeceira do Valo, área do Exército (a oeste da antiga rodoferroviária) e SOF Norte.

Normas:

- Gerais
 - a) Na publicidade de produtos e serviços realizados nesta zona, os proprietários poderão mencionar nos rótulos dos seus produtos a procedência dos mesmos (Zona de Proteção do Parque Nacional (Parna) de Brasília e da Reserva Biológica (Rebio) da Contagem), caso a produção se adeque aos critérios estabelecidos. O ICMBio editará uma instrução normativa para regulamentar a certificação de produtos.
 - b) Na DF 001 deverão ser tomadas medidas para consolidação de corredores de fauna, tais como a redução e a fiscalização da velocidade permitida para veículos automotores e roçagem das faixas de domínio. Qualquer intervenção na rodovia que aumente o grau de ameaça à efetividade dos corredores de fauna deverá ser proibida.
 - c) Fica proibido o uso de espécies exóticas invasoras, exceto nos casos em que não impactem o Parque Nacional de Brasília e Reserva Biológica da Contagem.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- d) Ficará proibido o plantio e o armazenamento de produtos primários transgênicos.
- e) Quaisquer incidentes ou acidentes ambientais deverão ser informados imediatamente à gestão da APA do Planalto Central.
- Licenciamento de Empreendimentos
 - a) Toda atividade passível de licenciamento ambiental, na forma da Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981 e das Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e nº 237, de 19 de dezembro de 1997, apresentadas nos Anexos 8 a 10, deverá ser licenciada pelo órgão ambiental competente, mediante autorização do órgão responsável pela administração da APA do Planalto Central, conforme disposições da Resolução Conama 428/ 2010, ou conforme a legislação vigente.
 - b) No processo de licenciamento de empreendimentos novos, os estudos deverão avaliar o grau de comprometimento da conectividade dos fragmentos de vegetação nativa e da existência de corredores ecológicos.
 - c) Empreendimentos implantados que não estejam de acordo com o estabelecido para a ZPPR terão um prazo de dois anos após a notificação do ICMBio para efetuar os procedimentos de adequação determinados.
 - d) Não são permitidas atividades de mineração de qualquer natureza em uma faixa de 1km do Parna de Brasília ou da Rebio da Contagem.
 - e) No licenciamento ambiental de rodovias inseridas nesta zona deverá ser apresentado um Plano de Ação Emergencial pelo empreendedor para acidentes ambientais e medidas de contenção de poluentes de veiculação hídrica, bem como mecanismos de facilitação de passagem da fauna silvestre.
 - f) A roçagem das faixas de domínio das rodovias é de responsabilidade do gestor da rodovia. A roçagem não deverá utilizar produtos químicos ou fogo, exceto em casos de aceiros para a proteção do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem.
 - g) Fica proibida a instalação de aterros sanitários, lixões e qualquer outro tipo de depósito de resíduos sólidos.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- Uso Rural da Terra
 - a) O cultivo da terra deverá feito de acordo com as práticas de conservação do solo.
 - b) Fica proibido o armazenamento de produtos e resíduos químicos em quantidade que traga risco significativo de contaminação dos recursos naturais, sem autorização do ICMBio.
- Uso de Agrotóxico
 - a) A diluição de agrotóxicos não poderá ser realizada diretamente nos corpos d'água e nas Áreas de Preservação Permanente.
- Turismo e Cultura
 - a) Todo empreendimento turístico implantado ou a ser implantado deverá ser licenciado pelos órgãos competentes, quando for exigível o licenciamento ambiental, e atender às normas sanitárias, bem como as de proteção dos recursos naturais e considerar os corredores ecológicos em seu projeto.
 - b) As atividades de turismo não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais da região.
- Apicultura;
 - a) Fica proibida a apicultura de espécies exóticas em uma faixa de 1km no entorno do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem.
 - b) Deverá ser estimulada a instalação de apiários que utilizem abelhas nativas (meliponicultura).
- Indústrias
 - a) Não é permitida a instalação de novas indústrias potencialmente poluidoras ou degradadoras na faixa de 1km do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem.
 - b) As indústrias potencialmente poluidoras ou degradadoras já licenciadas e instaladas deverão dispor de sistemas de tratamento e disposição de efluentes e resíduos sólidos, bem como tratamento de poluentes atmosféricos adequados para renovar suas licenças.
- Granjas, curtumes, matadouros, frigoríficos e suinoculturas



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- a) As granjas, curtumes, matadouros, frigoríficos e suinoculturas deverão atender rigorosamente as regras para o controle sanitário vigentes.
 - b) Ficam proibidos novos empreendimentos de granjas, curtumes, matadouros, frigoríficos e suinoculturas em uma faixa de 1km no entorno do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem.
- Reserva Legal
 - a) As reservas legais das propriedades deverão ser homologadas buscando a conectividade entre outras áreas conservadas.
 - Uso Urbano
 - a) O uso urbano será permitido exclusivamente na Macrozona Urbana, assim definida pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, Lei Complementar nº 803 de 25 de abril de 2009.
 - b) Não serão permitidas alterações de densidades de ocupação, tampouco mudanças de gabarito de construções, daquelas diretrizes definidas na Lei Complementar nº 803 de 25 de abril de 2009.
 - c) Não será permitida a implantação de prédios espelhados e de novas edificações maiores do que quatro andares.

2.2.5 ZPACT – Zona de Proteção da Arie Capetinga-Taquara.

Definição: Zona de manejo destinada à proteção e ao controle do uso do solo no entorno da Arie Capetinga-Taquara.

Objetivos: Minimizar os impactos ambientais gerados na região do entorno da Arie Capetinga-Taquara que possam afetá-la negativamente.

Descrição: A ZPACT consiste na Reserva Ecológica do IBGE, em parte da FAL/UnB (Fazenda Água Limpa), Área Alfa da Marinha, APM do catetinho, áreas da Aeronáutica (entre o aeroporto e a EEJBB), as cabeceiras do córrego Pau de Caixeta e uma faixa limítrofe à DF 001, ao sul do Parque Ecológico do Tororó.

Normas:

- Gerais
 - a) Na publicidade de produtos e serviços realizados na ZPACT, os proprietários poderão mencionar nos rótulos dos seus produtos a procedência dos mesmos,



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- caso a produção se adeque aos critérios estabelecidos. O ICMBio editará uma instrução normativa para regulamentar a certificação de produtos;
- b) Quaisquer incidentes ou acidentes ambientais, a coordenação da UC deverá ser informada imediatamente.
- Uso de Agrotóxico
 - a) A diluição de agrotóxicos não poderá ser realizada diretamente nos corpos d'água e Áreas de Preservação Permanente.
 - Licenciamento de Empreendimentos
 - a) Toda atividade passível de licenciamento ambiental, na forma da Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981 e das Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e nº 237, de 19 de dezembro de 1997, apresentadas nos Anexos 8a 10, deverá ser licenciada pelo órgão ambiental competente, mediante autorização do órgão responsável pela administração da Arie, conforme disposições da Resolução Conama 428/ 2010, ou conforme a legislação vigente.
 - b) No processo de licenciamento de empreendimentos novos deverá ser avaliado o grau de comprometimento da conectividade dos fragmentos de vegetação nativa e existência de corredores ecológicos.
 - c) Não são permitidas atividades de mineração de qualquer natureza, em uma faixa de 1km no entorno da Arie Capetinga-Taquara.
 - d) Empreendimentos já implantados que não estejam de acordo com as normas desta zona terão um prazo de dois anos após a notificação do ICMBio para efetuar os procedimentos de adequação determinados.
 - e) As indústrias potencialmente poluidoras ou degradadoras já licenciadas e instaladas deverão dispor de sistemas de tratamento e disposição de efluentes e resíduos sólidos, bem como tratamento de poluentes atmosféricos adequados para renovar suas licenças.
 - f) No licenciamento ambiental de rodovias inseridas na ZPACT deverá ser apresentado um Plano de Ação Emergencial para acidentes ambientais e medidas de contenção de poluentes de veiculação hídrica;



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- g) A ampliação e implantação de rodovias deverão prever mecanismos e alternativas de redução de impactos ambientais em remanescentes de vegetação nativa;
- h) A roçagem das faixas de domínio das rodovias é de responsabilidade do gestor da rodovia. A roçagem não deverá utilizar produtos químicos ou fogo, exceto nos casos de aceiros.
- i) Fica proibida a instalação de aterros sanitários, lixões e qualquer outro tipo de depósito de resíduos sólidos.
- **Uso Rural da Terra**
 - a) O cultivo da terra deverá ser feito de acordo com as práticas de conservação do solo.
 - b) Fica proibido o armazenamento de produtos e resíduos químicos em quantidade que traga risco significativo de contaminação dos recursos naturais, sem autorização do ICMBio.
- **Turismo e Cultura**
 - a) Todo empreendimento turístico implantado ou a ser implantado deverá ser licenciado pelos órgãos competentes, quando for exigível o licenciamento ambiental, e atender às normas sanitárias, bem como as de proteção dos recursos naturais e considerar os corredores ecológicos em seu projeto. Todos os bens de valor artístico, histórico e pré-histórico, bem como as manifestações culturais ou etnológicas deverão ser valorizados.
 - b) As atividades de turismo não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais da região.
- **Apicultura**
 - a) Deverá ser estimulada a instalação de apiários que utilizem abelhas nativas (meliponicultura).
- **Indústrias**
 - a) Não será permitida a instalação de novas indústrias potencialmente poluidoras ou degradadoras;
 - b) As indústrias que não se enquadram no item acima deverão possuir sistemas de tratamento, disposição de efluentes e de resíduos sólidos adequados.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- Reserva Legal
 - a) As reservas legais das propriedades inseridas deverão ser homologadas buscando a conectividade entre áreas conservadas.
- Uso Urbano
 - a) O uso urbano será permitido exclusivamente na Macrozona Urbana, assim definida pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal Lei Complementar nº 803 de 25 de abril de 2009.
 - b) As normas e diretrizes estabelecidas no PDOT (2009) para as Macrozonas urbanas serão respeitadas.
 - c) Não serão permitidas alterações de densidades de ocupação, nem tampouco mudanças de gabarito de construções, daquelas diretrizes definidas na Lei Complementar nº 803 de 25 de abril de 2009.
 - d) Não será permitida a implantação de prédios espelhados. Não serão permitidas edificações com mais de 4 pavimentos.
 - e) Os novos projetos urbanísticos deverão respeitar o limite máximo de 50% de impermeabilização do solo.

2.2.6 ZUS – Zona de Uso Sustentável

Definição: são áreas com matrizes de ocupação do solo com predominância de produção rural, mas que contém importância especial para a conservação dos solos e da água.

Objetivos: Disciplinar o uso do solo, por meio de diretrizes de uso e de ocupação do solo, no que tange aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Esta zona consiste nas áreas onde predominam as atividades produtivas sobre matrizes de paisagens antropizadas. Predomina nas bacias do rio Preto, São Bartolomeu (jusante), Descoberto, ao longo do limite entre o Distrito Federal e os municípios de Padre Bernardo e Planaltina e no extremo nordeste da APA em Goiás. Ocorre ainda em polígonos relativamente isolados, nas microbacias do Riacho Fundo, córrego do Guará e Vicente Pires e nas regiões da Fercal e Taquari.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

ZUS Rural – Para a área rural, seguem-se as normas gerais da APA do Planalto Central

ZUS Urbana - Para as áreas urbanas inseridas nesta zona:

- A impermeabilização máxima do solo fica restrita a 50% da área total da gleba do parcelamento.
- Os parcelamentos urbanos deverão adotar medidas de proteção do solo, de modo a impedir processos erosivos e assoreamento de nascentes e cursos d'água.
- As atividades e empreendimentos urbanos devem favorecer a recarga natural e artificial de aquíferos.
- Fica proibido o corte de espécies arbóreas nativas existentes nas áreas verdes delimitadas pelos projetos de urbanismo de novos empreendimentos imobiliários.

2.2.7 ZU - Zona Urbana

Definição: Zona de manejo que engloba as áreas urbanas consolidadas e em processo de regularização.

Objetivo: Contribuir com a promoção do uso sustentável da cidade, com a melhoria da qualidade ambiental urbana.

Descrição: Esta zona de manejo engloba as áreas urbanas consolidadas compostas por parte de Taguatinga, Planaltina (GO) e diversas áreas em processo de regularização localizadas nas Regiões Administrativas de Planaltina (DF), Taguatinga, Sobradinho, Gama, Brasília, Recanto das Emas, Riacho Fundo e Núcleo Bandeirante.

Normas:

- A Zona Urbana será regida pelas normas definidas pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, Plano Diretor de Planaltina (GO), Padre Bernardo e demais documentos legais de ordem urbanística, ambiental e fundiária, naquilo que couber.

2.2.8 Normas gerais da APA do Planalto Central

- Na APA do Planalto Central, consideram-se também os Campos de Murundu como Áreas de Preservação Permanente, em zonas urbanas ou rurais:



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- As atividades previstas na Resolução CONAMA nº 237/1997, que gerem efluentes, resíduos sólidos ou emissões atmosféricas deverão seguir às seguintes diretrizes gerais:
 - a) Os efluentes lançados nos cursos d'água deverão ter qualidade igual ou superior àquela do corpo receptor, tendo como base de análise, os parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA nº 357/2005.
 - b) As novas estruturas civis destinadas à criação comercial de animais domésticos, tais como currais, granjas, frigoríficos e outras formas de atividades rurais potencialmente poluidoras da água e do solo somente poderão ser instaladas a uma distância mínima de 70 metros, em projeção horizontal da borda do leito regular de qualquer curso d'água ou nascente, perene ou intermitente, respeitadas as Áreas de Preservação Permanente que porventura forem maior do que 70 metros.
 - c) Os efluentes decorrentes das atividades econômicas agropecuárias com concentração máxima de até 80mg/l de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) deverão ser, preferencialmente, utilizados como fertirrigação.
 - d) No âmbito do licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras, deverá ser exigida a elaboração e execução de programas de monitoramento com avaliação periódica de qualidade de água, de contaminação do solo e da qualidade do ar, durante as fases de instalação e operação do empreendimento, às expensas do empreendedor, demonstrando o cumprimento às alíneas a, b e c.
 - e) Ficam estabelecidos os seguintes coeficientes máximos de impermeabilização do solo para as propriedades rurais, conforme suas dimensões:
 - Propriedades com dimensões entre 2 e 20ha: 15 % da área para impermeabilizações perenes e 65% total, incluindo as temporárias;
 - Propriedades com dimensões de 21 até 50ha: 10% da área para impermeabilizações perenes e 30% total, incluindo as temporárias;
 - Propriedades com dimensões de 51 até 150ha: 10% da área para impermeabilizações perenes e 15% total, incluindo as temporárias;
 - Propriedades maiores que 150ha: 10% total, incluindo perenes e temporárias.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- E.1) Consideram-se impermeabilizações temporárias os viveiros, vias não pavimentadas e tanques de piscicultura.
- E.2) Em projetos de Turismo Rural de 2 a 20ha o percentual de área de impermeabilização perene passa a ser de 30%, sendo mantido o máximo de 65%, incluindo as temporárias.
- f) As propriedades que tiveram cobertura vegetal do tipo Mata Seca na APA do Planalto Central deverão manter o mínimo de 50% delas conservadas. A Reserva Legal das propriedades poderá ser alocada sobreposta ao percentual preservado de Mata Seca.
- g) Nas Unidades de Conservação inseridas na poligonal da APA Planalto Central, os respectivos zoneamentos e normas serão respeitados.
- h) No caso de novos projetos urbanos e rurais em que será utilizado o sistema de tratamento individual de esgotos sanitários deverão ser adotados os procedimentos da ABNT previstos na NBR 7.229, relativa à padronização de fossas sépticas e NBR 13.969, referente à disposição dos efluentes.
- i) Sistemas alternativos de tratamento de efluentes poderão ser utilizados desde que homologados pelos órgãos de meio ambiente do Distrito Federal ou de Goiás.
- j) O licenciamento ambiental e a pesquisa de qualquer atividade mineral deverão ser autorizados pela administração da APA do Planalto Central.
- Ficam Proibidas em toda a APA:
 - a) a caça;
 - b) a queima de materiais de qualquer natureza, exceto quando da realização de aceiros devidamente autorizados pela administração da UC, ou contrafogo;
 - c) a supressão da vegetação nativa, exceto mediante autorização do órgão competente;
 - d) a utilização de fossas negras ou equivalentes e outros dispositivos de lançamento ou disposição de esgotos sanitários, sem tratamento;
 - e) a utilização de aeronaves para pulverização de agrotóxicos, seus componentes e afins;
 - f) fracionamentos de propriedades rurais em glebas menores que 2 hectares.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- Sempre que o licenciamento ambiental for de competência do IBAMA deverá ser seguido o disposto no artigo 9º da Portaria MMA nº 55, de 17 de fevereiro de 2014, que indica que todos os licenciamentos ambientais federais inseridos em unidade de conservação federal deverão ser submetidos à prévia autorização do ICMBio.
- Excetuando-se os casos dispostos neste plano de manejo, a APA do Planalto Central só necessitará autorizar atividades, obras e empreendimentos em casos expressamente dispostos na legislação.
- A unidade de conservação deverá contar com plano de proteção determinando as prioridades de fiscalização conforme seus objetivos. Os casos não dispostos nas prioridades deverão ser encaminhados para a atuação dos órgãos distrital, estadual e municipais, considerando a ação supletiva do órgão federal para a fiscalização ambiental.

2.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA APA DO PLANALTO CENTRAL

O planejamento estratégico é uma forma de inserção dos objetivos e DA missão de uma organização (ou espaços territoriais), elaborado com base em análise do contexto em que a mesma está inserida, avaliando as forças restritivas e impulsoras para atingir os resultados esperados.

O processo de formulação do planejamento é dinâmico e deve ser considerado como um instrumento de gestão desenvolvido mediante uma análise do diagnóstico da situação atual, bem como uma visão de futuro e de valores institucionais, que indicam a escolha da estratégia de atuação e do alcance dos objetivos específicos do planejamento. Durante o planejamento devem ser estabelecidos os referenciais que constituem a base de atuação. Tais referenciais são: a missão, a visão e os objetivos estratégicos (OLIVEIRA, 2013).

A finalidade de estabelecer estratégias é indicar quais caminhos e planos de ação devem ser seguidos para alcançar os objetivos, desafios e metas previstas num planejamento. A estratégia ainda auxilia na maneira de utilizar adequadamente os recursos físicos, tecnológicos, financeiros e humanos de uma organização, tendo em vista a minimização dos problemas e maximização das oportunidades.

Para uma Unidade de Conservação com o grau de complexidade como a APA do Planalto Central, o planejamento estratégico é uma ferramenta imprescindível para o



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

sucesso de sua gestão, cujo foco respalda-se no caminho da gestão para resultados (NEXUCS, 2012).

A gestão para resultados baseia-se na definição das metas a serem alcançadas com o planejamento, a partir da análise estratégica para solucionar os problemas e as limitações encontradas. (ARAUJO *et al.*, 2012) indicam o ciclo denominado de PDCA como um método básico de gestão que pode contribuir efetivamente para melhoria da gestão das unidades de conservação. O ciclo PDCA é formado por quatro pilares que significam: P: planejamento; D: desenvolvimento, C: checagem e A: ação corretiva. Desta forma, com a implantação do planejamento da APA, o ciclo do PDCA deve ocorrer com checagem contínua de que as ações implantadas estão sendo executadas e caso negativo, tomar medidas corretivas para ajustes de percurso.

Na etapa de planejamento é preciso refletir para indicar quais os principais objetivos a serem alcançados, mediante prioridades da instituição e urgências de proteção dos recursos naturais da UC.

2.4 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA APA

A elaboração do planejamento e de todo o plano de manejo considerou os instrumentos legais vigentes que tratam do uso e a ocupação do solo na APA do Planalto Central e, notadamente, seu Decreto de Criação, considerando a finalidade para qual essa UC foi criada. A APA foi formalmente criada pelo Decreto Federal s/n, de 10 de janeiro de 2002, como resposta ao acelerado crescimento desordenado da região do Distrito Federal. Cita-se no Decreto de Criação a finalidade da APA: “proteger os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, de modo a garantir o uso racional dos recursos naturais e proteger o patrimônio ambiental e cultural da região”.

O Conselho Consultivo da APA, elemento chave para a eficácia do planejamento, foi criado em 2002. Atualmente é composto por 33 membros, com representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada.

Como uma Unidade de Conservação Federal, a APA do Planalto Central é administrada e supervisionada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, que é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), cuja gestão se realiza em articulação com os órgãos e entidades da Administração do



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Distrito Federal, Estadual e Municipal, a teor do Art. 7º do seu ato de criação (Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007).

Assim, a análise estratégica foi feita considerando o contexto em que a APA do Planalto Central está inserida, fundamentada na missão e na visão de futuro com vistas a implantar as ações do planejamento de forma contínua e organizada.

Desta forma, considerando as discussões das oficinas e o diagnóstico foi elaborada a matriz de avaliação estratégica da APA do Planalto Central. Nesta foram identificadas as forças restritivas e forças propulsoras da APA, cuja ferramenta permite analisar a condição atual da UC, contextualizando a sua situação inicial para definir uma estratégia de atuação.

A análise das forças propulsoras (aspectos fortes) e forças restritivas (aspectos fracos) pode dar indicação que condicionarão o manejo da APA, influenciando no cumprimento dos objetivos da UC. Da matriz estratégica, que resulta numa análise dos cenários atuais, combinada com a missão da organização, pressupõem-se as estratégias a serem adotadas no planejamento da Unidade.

Como forças propulsoras entendem-se as condições favoráveis em um determinado momento e que podem ser aproveitadas e potencializadas no âmbito das ações de manejo da APA. Já as forças restritivas podem ser conceituadas como toda e qualquer influência desfavorável ao desempenho da implantação do planejamento da APA e, conseqüentemente, alcance dos objetivos estratégicos.

Assim, foram analisadas variáveis que consideraram as relações da APA e as condições de governança direta sobre estas. Também foi considerada a melhor maneira de atuar corrigindo as forças restritivas ao manejo e proteção da UC e as forças propulsoras que deverão ser aproveitadas e potencializadas.

Na análise matricial do planejamento, considerando todos os cenários e as forças vigentes sobre a APA, devem ser estabelecidas estratégias para a eliminação das forças restritivas identificadas em áreas nas quais há ameaças graves e tendências desfavoráveis.

A análise estratégica aponta desafios críticos de sucesso, os quais podem ser entendidos como gargalos e entraves a serem superados. Os fatores críticos de sucesso expressam os principais desafios, obstáculos e restrições ao alcance dos objetivos estratégicos e que merecem foco privilegiado pela gestão da APA.

Assim, destacam-se os principais desafios críticos de sucesso:



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- Executar as ações necessárias para atingir a missão e a visão de futuro da APA do Planalto Central;
- Monitoria das atividades executadas e revisão periódica do planejamento para correções de rumo;
- Ter orçamento suficiente para a execução das atividades necessárias à gestão da Unidade de Conservação;
- Ter recurso humano suficiente e condições logísticas adequadas;
- Construir um processo de gestão integrada com outros órgãos;
- Fortalecer e ampliar parcerias;
- Aplicar as normas e mecanismos legais vigentes do Plano de Manejo.
- Conselho consultivo atuante;
- Análise dos processos de licenciamento ambiental da APA dentro do período instituído legalmente;
- Envolvimento e capacitação dos demais atores da APA;
- Ampliação das parcerias formais;
- Aplicação e aprimoramento da normatização;
- Equipe capacitada.

No quinquênio 2014 – 2019 os fatores críticos acima apresentados merecerão atenção privilegiada, por seus aspectos diretos no desempenho da estratégia deste planejamento.

Para construção da matriz de planejamento foram considerados os resultados das discussões das quatro oficinas de planejamento, o diagnóstico socioambiental da APA e as reuniões técnicas junto à equipe de coordenação da elaboração deste Plano. A partir desta, serão definidas, no contexto do planejamento, estratégias para auxiliar a reverter forças negativas existentes e potencializar as forças positivas detectadas a favor dos objetivos e da missão da APA.

O Quadro 2 e o Quadro 3 apresentam, respectivamente, a análise estratégica da APA, com a descrição das forças restritivas e das forças propulsoras, considerando sua relação de causa e efeito.

Quadro 2 - Análise estratégica das forças restritivas à gestão da APA, com sua relação causa e efeito, bem como apontamento de ações estratégicas para neutralizá-las.

Forças Restritivas à Gestão da APA	Relação Causa e Efeito	Ações Estratégicas para neutralizar as forças restritivas
Perda da Biodiversidade	<p>A perda de biodiversidade é a consequência da substituição de habitats silvestres em áreas urbanas, rurais produtivas ou outros usos indevidos (como por exemplo, extensas monoculturas e ocupação de áreas com baixo poder de resiliência*). Isto provoca a fragmentação de habitats, desaparecimento local das espécies mais sensíveis às mudanças ambientais e, conseqüente, perda de diversidade biológica. Ainda, a perda de indivíduo por atropelamento da fauna, a ocorrência de desmatamento e a invasão de espécies exóticas (fauna e flora) também provocam a perda de diversidade biológica. Outras causas que levam ao desaparecimento de espécies são a expansão urbana em área de sensibilidade ambiental, a ocupação desordenada e ordenada do solo e desmatamentos irregulares. Incêndios também prejudicam a manutenção e conservação da fauna e flora.</p> <p>(*) entende-se como 'áreas com baixo poder de resiliência' as APPs, e áreas mais sensíveis, que uma vez degradada, sua recuperação demanda soluções tecnológicas com custo e esforço de recomposição da paisagem original mais elevado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Indicar normas mais restritivas e de uso do solo para proteção da fauna e flora; - Adequar e divulgar guias e manuais com práticas de controle e manejo de espécies exóticas invasoras; - Orientar e promover ações de educação ambiental para proteção de fauna e flora; - Indicar medidas de ecologia de estradas, pensando em passagens de fauna, evitando perdas de indivíduos por atropelamentos; - Obter informações sobre estudos de ecologia das populações para orientar o manejo das espécies ameaçadas de fauna e de flora; - Elaborar e implementar programa de controle de incêndios florestais ou articular com o DF e estado de Goiás no âmbito do programa distrital de controle de queimadas; - Elaborar programas para conservação da biodiversidade; - Contribuir para a recuperação de áreas degradadas e reservas legais; - Buscar incentivos para os reflorestamentos.
Ocupação Desordenada e Degradação das Áreas de Preservação Permanente	<p>A ocupação desordenada vem da alta demanda por áreas de uso e para moradia, com a criação de grandes centros urbanos superpostos à área da APA do Planalto Central.</p> <p>Com isso vislumbra-se o avanço das ocupações urbanas e industriais sobre as rurais, inviabilizando suas atividades e ocupando áreas frágeis e sensíveis do território. Áreas sensíveis são utilizadas de forma incompatível com sua aptidão,</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar ações para recuperação das APPs; - Mapear os problemas mais críticos de ocupação e degradação das bacias hidrográficas, com vistas a estabelecer prioridades de ação de recuperação e proteção; - Articular para promover a implantação de áreas verdes e



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Forças Restritivas à Gestão da APA	Relação Causa e Efeito	Ações Estratégicas para neutralizar as forças restritivas
	<p>ampliando a ocorrência de áreas degradadas na região.</p> <p>A pressão imobiliária e a expansão urbana desordenada são problemas vigentes e difíceis de ser combatidos em função de uma fiscalização ineficiente que não consegue coibir o uso e ocupação irregulares do solo.</p> <p>Ainda há baixa oferta de loteamentos regulares, situação fundiária irregular e que permite fraudes e descontrole.</p> <p>Ineficácia das políticas públicas e do PDOT em orientar o crescimento urbano.</p> <p>Outro item negativo para a gestão da APA do Planalto Central é a inclusão de áreas com pouco interesse ambiental na poligonal da Unidade de Conservação, tal como algumas áreas urbanas, cuja demanda de ação de gestão exaure a força de trabalho do efetivo da APA.</p>	<p>propiciar a ampliação de espaços públicos de lazer na natureza;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar a possibilidade de realizar a revisão da poligonal da APA. - Restringir o uso de áreas sensíveis, notadamente APPs; - Propor ações de compensação ambiental e criação de áreas de proteção, além de APP e Reservas Legais; - Disseminar as diretrizes para o uso e ocupação do solo adequados e condizentes com o objetivo da APA; - Fiscalizar invasões de terra; - Avaliar autorizações para o licenciamento ambiental; - Articular com o GDF e governo de Goiás para ajudar na seleção das melhores áreas para parcelamento de solo.
Contaminação da Água e do Solo	<p>A destinação de esgoto sem tratamento nos cursos d'água causa sua contaminação. Há ainda a presença de conexões clandestinas nas redes de esgoto e águas pluviais, o uso abusivo de defensivos agrícolas e pesticidas, a prática de queimar o lixo, ocorrência de incêndios florestais em áreas agrícolas e periurbanas, a destinação inadequada de efluentes líquidos (domésticos e industriais). Em áreas que não são atendidas por rede coletiva de captação de esgoto, há ainda grande número de fossas negras.</p> <p>A deficiência na infraestrutura de saneamento básico, notadamente, das redes de drenagem pluvial subdimensionadas, também pode contribuir com a contaminação do solo e da água.</p> <p>Despejos de resíduos oriundos de empreendimentos diversos, tais como, usinas e postos de gasolina, entre outros, podem</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer gestão para fiscalizar o uso de defensivos agrícolas; - Colaborar com o GDF na orientação de proprietários rurais para a conservação do solo e proteção das APPs; - Implementar o CAR – Cadastro Ambiental Rural; - Articular a criação e expansão de outros pontos de recolhimento de embalagens de agrotóxicos; - Realizar campanhas educativas que tratam do tema (poluição/contaminação dos corpos hídricos e do solo); - Articular junto às instituições para substituição paulatina das fossas negras por sépticas, em áreas de expansão urbana e/ou ocupação irregular; - Participar da autorização de licenciamento ambiental de empreendimentos;



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Forças Restritivas à Gestão da APA	Relação Causa e Efeito	Ações Estratégicas para neutralizar as forças restritivas
	<p>levar à contaminação das águas e solos. O mesmo pode ocorrer com resíduos sólidos domésticos e industriais.</p> <p>O acondicionado incorreto de embalagens de defensivos agrícolas podem contaminar o solo e corpos hídricos.</p> <p>Vale mencionar a não implantação da política pública de resíduos sólidos e a existência de poucos pontos de recolhimento de embalagens de agrotóxicos e da construção civil. Associado a este cenário, contribuem a deficiente organização de coleta seletiva de lixo, o desconhecimento ou desinteresse da população quanto às formas mais adequadas de tratamento dos efluentes e a falta de preocupação quanto à aptidão do uso do solo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver ações para proteção e recuperação dos mananciais. - Articular para propiciar a implantação de aterros sanitários e pontos de coletas; - Orientar para a implantação e respeito à lei de Resíduos Sólidos; - Articular para a realização da fiscalização do lançamento de efluentes; - Cobrar o licenciamento corretivo de empreendimentos potencialmente poluidores pré-existentes. - Monitorar as condicionantes e o funcionamento de empreendimentos potencialmente poluidores. - Articular para a aprovação e regulamentação da Lei Distrital sobre agrotóxicos e pulverização aérea.
<p>Redução da Disponibilidade Hídrica</p>	<p>Há na área da APA e, especialmente no DF, alta e crescente demanda de recursos hídricos. A redução da disponibilidade hídrica é provocada também por causa da ocupação das nascentes, contaminação das mesmas, do aterramento de nascentes e áreas úmidas, ocupação das APPs e, impermeabilização do solo, de áreas de recarga de aquíferos. Há grande desperdício da água, tanto por parte dos fornecedores, quanto por parte dos usuários. Produtores rurais também realizam práticas de conservação do solo inadequadas, que impossibilitam usar este recurso com parcimônia.</p> <p>Vale citar ainda o uso destes recursos de forma indiscriminada, sem outorga e gestão desconectada dos recursos hídricos.</p> <p>A ocupação das margens dos cursos d'água, notadamente das APP e o uso do solo sem as práticas de conservação e manejo provocam o assoreamento, com conseqüente comprometimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar ações junto às instituições competentes para ampliação dos sistemas de tratamento e distribuição de água; - Estabelecer parcerias com instituições públicas e produtores rurais para fiscalização dos recursos hídricos; - Pleitear assento no Conselho de Recursos Hídricos; - Informar à ADASA e a SANEAGO as áreas da APA de maior sensibilidade ambiental e os resultados do zoneamento do PM; - Educar produtores sobre o uso da água; - Cadastrar e qualificar os pontos de uso d'água; - Promover a integração dos órgãos afins por meios do Comitê de Bacia Hidrográfica (notadamente do rio Preto).



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Forças Restritivas à Gestão da APA	Relação Causa e Efeito	Ações Estratégicas para neutralizar as forças restritivas
	dos recursos hídricos.	
Parcelamento Irregular do Solo	<p>Na APA do Planalto Central tem havido nos últimos anos grande pressão pela ocupação dos espaços, o que resulta em parcelamentos irregulares em áreas inadequadas. Desta forma, muitos loteamentos, formados de forma irregular, localizam-se em áreas com restrições ambientais.</p> <p>Aliado a este quadro, há ainda forte especulação imobiliária e fiscalização pouco efetiva das diferentes modalidades de ocupação. A desarticulação entre as instituições competentes e a não observância aos princípios urbanísticos e ambientais, incorrendo em graves danos à qualidade de vida dos habitantes da região são fatos corriqueiramente observados. Há carência de áreas urbanizadas, organizadas e com espaços verdes com estrutura para que a população desfrute de um ambiente equilibrado.</p> <p>Parcelamentos irregulares contribuem para a degradação das áreas e também podem provocar perda do solo por erosão, assorear corpos hídricos e ampliar a ocorrência de áreas degradadas pelo uso inadequado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Articular com as instituições de comando e controle com vistas a criar um sistema de alerta das ocorrências de ocupação de espaços de forma irregular e clandestina; - Fazer gestão para efetiva fiscalização e identificação dos locais com parcelamento irregular; - Divulgar as normas de ocupação e uso das diferentes zonas da APA; - Planejar ações de comando e controle; - Solicitar a intensificação de ações de fiscalização em áreas que estão sendo ocupadas de forma intensa, especificamente, as áreas rurais que estão sofrendo parcelamento e em lotes urbanos; - Fortalecer a integração dos órgãos que tratam da questão de ocupação do solo e parcelamento; - Fazer gestão para esclarecer a população a respeito da importância e aplicação do PDOT e dos Planos Diretores de Planaltina e Padre Bernardo, sobretudo em relação aos limites das áreas rurais e urbanas.
Existência de áreas degradadas na região da APA	Este aspecto pode ser considerado como um dos resultados de várias práticas inadequadas de uso do solo, e em certa medida, decorrente de vários outros problemas internos que foram apontados nesta matriz: parcelamento irregular, destinação inadequada de efluentes e resíduos sólidos, práticas inadequadas de ocupação, ocupação de áreas com baixa resiliência ambiental, ocorrência de incêndios frequentes, entre outros. Há ainda o uso indevido de áreas de APP e o uso não sustentável das áreas de Reserva Legal das propriedades rurais	<ul style="list-style-type: none"> - Articular junto às prefeituras de Goiás para orientar e auxiliar na implantação do sistema de drenagem pluvial, de modo a proteger áreas ambientalmente mais sensíveis. - Fazer gestão para orientar e propiciar a recuperação de áreas degradadas; - Desenvolver ações de parceria para propiciar a recuperação das áreas degradadas da APA.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Forças Restritivas à Gestão da APA	Relação Causa e Efeito	Ações Estratégicas para neutralizar as forças restritivas
<p>Gestão administrativa insuficiente do Território e dos Recursos Naturais</p>	<p>da APA.</p> <p>O tamanho da APA, sua poligonal muito recortada e a presença de áreas com pouca relevância ambiental (adensamentos urbanos), dificultam a gestão da UC, pois sobrecarregam a diminuta equipe da APA na tratativa de questões não prioritárias sob o ponto de vista de uma Unidade de Conservação. Com isso, outras questões afetas ao manejo e proteção dos recursos naturais ficam relegadas ao segundo plano, Além disso, a não definição de normas específicas da APA e de um zoneamento é outro motivo para uma gestão fragilizada.</p> <p>Carências de servidores do ICMBio, de capacitação continuada, de recursos e de infraestrutura fazem com que haja uma gestão administrativa insuficiente em função do tamanho da UC e grau de complexidade das ações necessárias para sua efetiva proteção e manejo. Ocorre ainda a desarticulação dos órgãos gestores do território na APA, potencializada pela deficiência de recursos humanos e financeiros.</p> <p>Vale citar que há pouca clareza legal quanto aos diversos instrumentos de gestão do território e questões políticas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer gestões para ampliar o quadro de servidores, bem como obter mais recursos e melhoria da infraestrutura. - Fazer gestões para capacitação dos servidores da APA; - Publicar o Plano de Manejo; - Desenvolver programa de educação ambiental; - Organizar informações ambientais de modo a implantar um banco de dados atual sobre o uso e ocupação do solo na APA; - Manter uma rotina de comunicação entre os atores da APA, de modo a estabelecer um canal de repasse de informações ambientais importantes como financiamento de projetos ambientais, práticas de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade ambiental; - Fortalecer a atuação do Conselho Consultivo; - Fazer gestão para aumento de servidores e estabelecimento de parcerias. - Propor a modificação da poligonal da APA do Planalto Central - Realizar atividades de fiscalização das ações de exploração dos recursos naturais, como por exemplo, mineração: cascalheiras, exploração de areia, solo, etc.
<p>Falta de atualização de informações sobre a APA do Planalto Central</p>	<p>A dinâmica do uso e ocupação do solo e a deficiente atualização das informações sobre o uso dos recursos naturais da APA produzem uma gestão do território da APA do Planalto Central deficiente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar informações atualizadas sobre a APA do Planalto Central; - Manter banco de dados atualizado sobre a APA do Planalto Central; - Produzir ou compilar as informações necessárias; - Consolidar um sistema de informações sobre a gestão da



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Forças Restritivas à Gestão da APA	Relação Causa e Efeito	Ações Estratégicas para neutralizar as forças restritivas
<p>Desarticulação entre as instituições que atuam na APA</p>	<p>A desarticulação entre as instituições que atuam na APA ocorre em parte pela comunicação deficiente entre as instituições, pela logística da região e pela distância física entre os órgãos, especialmente aqueles localizados em Goiás. O quadro de funcionários deficiente para executar várias ações prioritárias, impossibilita o desenvolvimento de uma gestão mais integrada, uma vez que a reduzida equipe fica envolvida no atendimento das urgências em detrimento às demandas de manejo da UC.</p> <p>A comunicação ineficiente citada antes ocorre notadamente entre os órgãos competentes que tratam das políticas públicas ambientais (ICMBio, IBAMA, SEMARH-GO, IBRAM-DF e Prefeituras).</p> <p>A desarticulação também impede que programas e políticas federais, estaduais e distritais que ajudam a mitigar os danos já existentes sejam implementadas. A diversidade e quantidade de Instrumentos e Dispositivos Legais de Uso e Ocupação do Solo auxiliam na desarticulação e dificuldade de entendimento das esferas e abrangência de atuação dos órgãos de governo.</p> <p>Além disso, há políticas públicas na região da APA que estão em desacordo com princípios de sustentabilidade.</p>	<p>APA do Planalto Central e torná-lo disponível.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Buscar compatibilizar a nova infraestrutura viária, urbana e rural com os objetivos da APA, notadamente para os cuidados no uso dos recursos naturais e boas práticas ambientais. - Firmar termo de cooperação institucional entre instituições das esferas federal, distrital, estadual e municipal; - Buscar ações conjuntas com outros órgãos. - Compartilhar a gestão com outros órgãos afins e instituições locais; - Normatizar e controlar a destinação dos passivos ambientais; - Melhorar a articulação com outros órgãos governamentais para a melhoria da aplicação de políticas públicas com princípios sustentáveis e afetas às questões ambientais.
<p>Pouco comprometimento da sociedade com as questões ambientais na APA</p>	<p>O desrespeito à legislação ambiental, aliado ao seu desconhecimento foram apontados como causas de todos os pontos fracos e problemas indicados para a APA, afetos às questões de consciência ambiental. Nota-se que a população não está sensibilizada para as questões ambientais e isso promove a falta de comprometimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar estratégias de comunicação social de forma a divulgar as ações ambientais adequadas; - Desenvolver ações de educação ambiental, Promover ações preventivas mediante divulgação e estreitamento do relacionamento com a sociedade; - Propor projetos de educação ambiental nas escolas da APA; - Desenvolver e viabilizar programas de rádio e TV sobre a



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Forças Restritivas à Gestão da APA	Relação Causa e Efeito	Ações Estratégicas para neutralizar as forças restritivas
Desconhecimento da sociedade quanto às práticas sustentáveis e programas governamentais	População e comunidades não têm acesso à informação para projetos florestais, de recuperação das Áreas Degradadas e de APPs, enriquecimento e uso da Reserva Legal. Assistência técnica rural deficiente nos municípios de Goiás, principalmente.	APA. <ul style="list-style-type: none">- Incentivar a preparação dos técnicos para o desenvolvimento de um extensionismo ambiental;- Elaborar proposta de comunicação social da APA;- Intensificar práticas de extensão rural com ensino específico de técnicas de controle de pragas (manejo integrado);- Incentivar a produção orgânica de produtos oriundos da APA;- Verificar a possibilidade de desenvolver um selo verde para estes produtos (da APA do Planalto Central) que usam técnicas orgânicas;- Estabelecer parcerias para programas de educação e extensão ambiental em áreas rurais e urbanas.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Quadro 3 – Descrição das forças propulsoras à gestão da APA e aspectos que as permeiam, bem como ações potencializadoras destas forças.

Forças Propulsoras à Gestão da APA	Aspectos que os permeiam	Ações Potencializadoras
<p>A própria existência da APA, já é um ponto forte.</p>	<p>A APA, especialmente para o DF, tem papel estratégico como instrumento disciplinador do uso e ocupação do solo, tendo em vista a crescente expansão urbana e uso agrícola do solo no interior de sua poligonal.</p> <p>A APA do Planalto Central também exerce, naturalmente, o papel de corredor ecológico ao abranger três Zonas Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado e outras diversas categorias de unidades de conservação previstas no SNUC voltadas, em especial, à preservação do Cerrado.</p> <p>A categoria de manejo permite o desenvolvimento de práticas de conservação da natureza aliada a presença humana, com um papel disciplinador fundamental para uso e ocupação do solo da região.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o desenho da poligonal da APA para ter mais eficiência. - Articular para inserir a APA do Planalto Central no planejamento econômico e rural do governo.
<p>Atributos naturais presentes na APA, como mananciais hídricos superficiais e subterrâneos no DF e GO.</p>	<p>A APA do Planalto Central contempla diversos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos do DF e diferentes fitofisionomias do bioma Cerrado, abrangendo as bacias hidrográficas do Paranoá, Maranhão, Descoberto, São Bartolomeu, Rio Preto e São Marcos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Manter a qualidade e quantidade dos recursos hídricos para garantir no futuro as nascentes e disponibilidade de água. - Melhorar a atuação da APA do Planalto Central na proteção dos recursos. - Buscar a promoção de atividades econômicas sustentáveis.
<p>A UC abriga remanescentes importantes da área <i>core</i> do Cerrado no Planalto Central</p>	<p>Além dos aspectos da vegetação mais comuns de Cerrado <i>strictu sensu</i> observados na APA, há também áreas significativas de matas secas, veredas, campos, campos de murundu e matas de galeria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a permanência de corredores ecológicos existentes e propiciar a recuperação de corredores degradados; - Contribuir efetivamente para a conservação das espécies do cerrado. - Restaurar áreas de Cerrado, priorizando as



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

		estratégicas para a conservação da diversidade de espécies e genética.
Existência de um Conselho Consultivo organizado e atuando	O conselho já tem mais de 10 anos de existência e um histórico de ação no meio ambiente do DF. É um conselho plural, com entidades governamentais e da sociedade civil com atuação importante no DF.	<ul style="list-style-type: none">- Estreitar as relações com os representantes do conselho consultivo mediante a realização de reuniões e eventos participativos;- Reestruturar o Conselho Consultivo, verificando a possibilidade de ampliar a representação de outros setores econômicos da região;- Capacitar o conselho para amplificar suas ações.
Estar inserida em áreas prioritárias para conservação e fazer parte de um Mosaico de UCs	Em consonância com as indicações de áreas prioritárias para conservação do DF e entorno, a APA representa importante papel como corredor ecológico entre as macro-unidades de conservação (a exemplo das demais APAs e as Zonas Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado) e as “micro” unidades, representadas pelas demais categorias de UC nelas inseridas.	<ul style="list-style-type: none">- Criar mosaico de UC por meio de instrumentos legais;- Ser um corredor ecológico para Ucs de proteção integral.
Fornecimento de serviços ambientais	Assim, tanto no DF, quanto em Goiás, a APA do Planalto Central poderá favorecer a socioeconomia local por meio da prática de serviços ambientais sustentáveis. Ao mesmo tempo em que poderá ser demonstrada a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, a gestão dos recursos naturais da APA representa a compatibilização da conservação dos recursos naturais com o seu uso sustentável, mediante a permanência das populações humanas no campo e nas cidades.	<ul style="list-style-type: none">- Fazer parcerias com instituições públicas e privadas para ampliar a atuação no fornecimento de serviços ambientais;- Articular junto às outras instituições para que seja possível que o produtor rural tenha uma compensação financeira pela prestação de serviços ambientais.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

<p>Servir de zona tampão para ações externas de outras unidades de conservação existentes na região da APA</p>	<p>O fato de ser uma APA dá abertura às formas alternativas e complementares de proteção da natureza, podendo amortecer as ações externas que ocorrem em volta das UCs mais restritivas como Parque Nacional de Brasília, da FLONA de Brasília, da REBIO da Contagem e ESEC-AE, compondo um mosaico com as demais unidades da região.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Propiciar programas e ações que reduzam impactos ambientais nas UCs de proteção Integral.
<p>Existência de iniciativas e programas ambientais que estimulam e fomentam o uso sustentável dos Recursos Naturais</p>	<p>Como exemplo de política pública exitosa e que pode ser propalada na área da APA tem-se o Programa de Produtores de água, que foca ações de proteção hídrica e tem especial rebatimento no manejo e proteção das bacias hidrográficas da APA.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Apresentar projetos para instituições de fomento e outras fontes de recursos.
<p>Existência de Instituições Públicas e privadas atuantes</p>	<p>No DF e entorno há instituições atuantes e alertas quanto às questões ambientais, neste aspecto se destacam a atuação do Ministério Público, de organizações não governamentais, do Ministério de Meio Ambiente e suas autarquias, do IBRAM, além das Secretarias Estadual e Municipais inseridas na região da APA em Goiás.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver processos de integração e gestão da APA;- Integrar ações de fiscalização entre os órgãos (SEAGRI, IBRAM, Administrações Regionais, ADASA, IBAMA, DEMA e BPMA).
<p>Localização estratégica da APA.</p>	<p>Como ponto forte vale destacar que a APA está inserida numa das regiões mais desenvolvidas do país, próxima ao centro de decisão do Brasil e das sedes das principais instituições que aplicam e desenvolvem as políticas públicas de conservação da natureza.</p> <p>Desta forma, teoricamente é mais fácil a implantação de políticas efetivas de sensibilização, conscientização e educação ambiental, para despertar o entendimento e respeito à legislação e atributos ambientais da região, como também buscar subsídios financeiros para o desenvolvimento de ações de conservação da natureza.</p> <p>Vale citar também a proximidade com instituições de ensino e</p>	<ul style="list-style-type: none">- Fazer gestão para obter recursos de compensação ambiental oriundos de empreendimentos co-localizados;- Fazer gestão para inserir a APA do Planalto Central no desenvolvimento de projetos para a conservação do Cerrado.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

	pesquisa que geram informações importantes e úteis sobre os atributos socioambientais da região.	
Participação da APA do Planalto Central em Fóruns ambientais, tais como Comitês de Bacias		- Ampliar a participação dos gestores da APA nos fóruns ambientais que envolvem a área de abrangência da UC.
Legislação que exige autorização para empreendimentos poluidores		- Aumentar eficiência na emissão das autorizações; - Melhorar monitoramento destas autorizações, visando averiguar o cumprimento das condicionantes socioambientais.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

2.5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA APA DO PLANALTO CENTRAL:

O estabelecimento dos objetivos estratégicos da APA considerou o que preconiza: o SNUC, o Decreto de Criação da APA, a missão, a visão e avaliação estratégica da UC, bem como o alinhamento com as prioridades e linhas de atuação do ICMBio.

Assim sendo, a elaboração do Plano de Manejo da APA do Planalto Central deverá abordar a problemática da área de maneira holística, dentro das premissas do desenvolvimento sustentável, respeitando a capacidade de suporte ambiental das bacias hidrográficas onde se localiza a APA, identificando as vocações e as fragilidades do território:

- Conservar, em articulação com demais atores, as fisionomias e paisagens naturais do Bioma Cerrado;
- Possibilitar que ocorra a preservação e a recuperação das áreas de preservação permanente – APP, em conjunto com demais instituições específicas;
- Conservar os recursos hídricos em qualidade e quantidade adequada ao abastecimento público e a preservação dos ecossistemas;
- Incentivar e fomentar o desenvolvimento das atividades sustentáveis no meio rural, para que ocorram ações harmônicas com os objetivos de manejo de uma APA;
- Desenvolver ações de gestão pública de modo a propiciar meios para o ordenamento e ocupações do solo que atendam critérios socioambientais no que se refere a infraestrutura, logística, saneamento, drenagem, transporte e planejamento;
- Propiciar o fornecimento dos serviços ambientais para a população humana da região da APA;
- Desenvolver ações de gestão, articulação institucional e de relacionamento com a sociedade local para disseminação dos resultados de implantação do planejamento da APA;
- Promover o desenvolvimento socioambiental da região, com vistas a cumprir com os objetivos de criação da APA do Planalto Central; fomentando o uso do cerrado para atividades econômicas sustentáveis;
- Buscar meios para ampliar os recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento da proposta de gestão da APA do Planalto Central;



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- Criar base de dados georreferenciados para subsidiar decisões, mediante de sua utilização eficiente;
- Buscar recursos financeiros para o desenvolvimento das ações estratégicas da APA do Planalto Central;
- Fortalecer as ações de comando e controle, com vistas a propiciar a proteção dos recursos naturais da APA;
- Desenvolver estrutura para a promoção de educação ambiental na APA do Planalto Central;
- Fortalecer a participação da sociedade da APA de modo a sensibilizá-la para a importância da conservação da natureza, alcançando uma comunicação eficiente com os cidadãos;
- Propiciar a consolidação e disponibilização de informações sobre a gestão da APA do Planalto Central para a equipe.

A elaboração da Matriz de Análise Estratégica do plano de manejo foi feita tanto a partir dos estudos técnicos quanto dos resultados das oficinas. A análise da situação interna da APA e do contexto externo em que a Unidade está inserida consistiu na reflexão sobre os aspectos e focos a seguir descritos:

O mapa estratégico é a representação gráfica da estrutura lógica do sistema de gestão escolhido para a obtenção de mudanças em uma dada realidade. Este mapa é formado por objetivos estratégicos organizados em diferentes perspectivas. Assim foi feita uma análise das forças restritivas e propulsoras ligando cada uma delas a um objetivo estratégico, conforme exposto no Quadro 4.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Quadro 4 - Objetivos estratégicos do planejamento e seu reatamento em cada uma das forças restritivas e das forças propulsoras.

Objetivos estratégicos	Forças Restritivas	Forças Propulsoras
- Conservar, em articulação com demais atores, as fisionomias e paisagens naturais do Bioma Cerrado.	Perda da Biodiversidade. Existência de áreas degradadas na região da APA. Parcelamento Irregular do Solo. Desconhecimento da sociedade quanto às práticas sustentáveis e programas governamentais.	A própria existência da APA, já é um ponto forte. A UC abriga remanescentes importantes da área core do Cerrado no Planalto Central. Estar inserida em áreas prioritárias para conservação e fazer parte de um Mosaico de UCs. Servir de zona tampão para ações externas de outras unidades de conservação existentes na região da APA.
- Possibilitar que ocorra a preservação e a recuperação das áreas de preservação permanente – APP, em conjunto com demais instituições específicas.	Existência de áreas degradadas na região da APA. Ocupação Desordenada e Degradação das Áreas de Preservação Permanente.	Participação da APA do Planalto Central em Fóruns ambientais, tais como Comitês de Bacias. Legislação que exige autorização para empreendimentos poluidores
- Conservar os recursos hídricos em qualidade e quantidade adequada ao abastecimento público e a preservação dos ecossistemas.	Contaminação da Água e do Solo. Redução da Disponibilidade Hídrica.	Atributos naturais presentes na APA, como mananciais hídricos superficiais e subterrâneos no DF e GO. A UC abriga remanescentes importantes da área core do Cerrado no Planalto Central.
- Incentivar e fomentar o desenvolvimento das atividades sustentáveis no meio rural, para que ocorram ações harmônicas com os objetivos de manejo de uma APA.	Existência de áreas degradadas na região da APA. Desconhecimento da sociedade quanto às práticas sustentáveis e programas governamentais. Pouco comprometimento da sociedade com as questões ambientais na APA.	Localização estratégica da APA.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

<p>- Desenvolver ações de gestão pública de modo a propiciar meios para o ordenamento e ocupações do solo que atendam critérios socioambientais no que se refere a infraestrutura, logística, saneamento, drenagem, transporte e planejamento.</p>	<p>Parcelamento Irregular do Solo. Contaminação da Água e do Solo.</p>	<p>Participação da APA do Planalto Central em Fóruns ambientais, tais como Comitês de Bacias Legislação que exige autorização para empreendimentos poluidores.</p>
<p>- Propiciar o fornecimento dos serviços ambientais para a população humana da região da APA.</p>	<p>Contaminação da Água e do Solo. Redução da Disponibilidade Hídrica. Ocupação Desordenada e Degradação das Áreas de Preservação Permanente.</p>	<p>A própria existência da APA, já é um ponto forte. A UC abriga remanescentes importantes da área core do Cerrado no Planalto Central. Fornecimento de serviços ambientais.</p>
<p>- Desenvolver ações de gestão, articulação institucional e de relacionamento com a sociedade local para disseminação dos resultados de implantação do planejamento da APA.</p>	<p>Desconhecimento da sociedade quanto às práticas sustentáveis e programas governamentais. Pouco comprometimento da sociedade com as questões ambientais na APA. Desarticulação entre as instituições que atuam na APA.</p>	<p>Fornecimento de serviços ambientais.</p>
<p>- Promover o desenvolvimento socioambiental da região, com vistas a cumprir com os objetivos de criação da APA do Planalto Central; fomentando o uso do cerrado para atividades econômicas sustentáveis.</p>	<p>Desconhecimento da sociedade quanto às práticas sustentáveis e programas governamentais. Desarticulação entre as instituições que atuam na APA.</p>	<p>Existência de um Conselho Consultivo organizado e atuando. Existência de iniciativas e programas ambientais que estimulam e fomentam o uso sustentável dos Recursos Naturais. Participação da APA do Planalto Central em Fóruns ambientais, tais como Comitês de Bacias. Fornecimento de serviços ambientais</p>
<p>- Buscar meios para ampliar os recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento da proposta de gestão da APA do Planalto Central.</p>	<p>Gestão administrativa insuficiente do Território e dos Recursos Naturais.</p>	<p>A UC abriga remanescentes importantes da área core do Cerrado no Planalto Central. Estar inserida em áreas prioritárias para conservação e fazer parte de um Mosaico de UCs.</p>



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

<p>- Criar base de dados georreferenciados para subsidiar decisões, mediante de sua utilização eficiente.</p>	<p>Gestão administrativa insuficiente do Território e dos Recursos Naturais.</p>	<p>Participação da APA do Planalto Central em Fóruns ambientais, tais como Comitês de Bacias. Legislação que exige autorização para empreendimentos poluidores.</p>
<p>- Buscar recursos financeiros para o desenvolvimento das ações estratégicas da APA do Planalto Central;</p>	<p>Gestão administrativa insuficiente do Território e dos Recursos Naturais.</p>	<p>Estar inserida em áreas prioritárias para conservação e fazer parte de um Mosaico de UCs.</p>
<p>- Fortalecer as ações de comando e controle, com vistas a propiciar a proteção dos recursos naturais da APA.</p>	<p>Gestão administrativa insuficiente do Território e dos Recursos Naturais. Contaminação da Água e do Solo. Redução da Disponibilidade Hídrica. Ocupação Desordenada e Degradação das Áreas de Preservação Permanente.</p>	<p>Participação da APA do Planalto Central em Fóruns ambientais, tais como Comitês de Bacias. Legislação que exige autorização para empreendimentos poluidores.</p>
<p>- Desenvolver estrutura para a promoção de educação ambiental na APA do Planalto Central</p>	<p>Desconhecimento da sociedade quanto às práticas sustentáveis e programas governamentais. Pouco comprometimento da sociedade com as questões ambientais na APA.</p>	
<p>- Fortalecer a participação da sociedade da APA de modo a sensibilizá-la para a importância da conservação da natureza, alcançando uma comunicação eficiente com os cidadãos.</p>	<p>Desconhecimento da sociedade quanto às práticas sustentáveis e programas governamentais. Pouco comprometimento da sociedade com as questões ambientais na APA. Gestão administrativa insuficiente do Território e dos Recursos Naturais.</p>	<p>Participação da APA do Planalto Central em Fóruns ambientais, tais como Comitês de Bacias</p>
<p>- Propiciar a consolidação e disponibilização de informações sobre a gestão da APA do Planalto Central para a equipe.</p>	<p>Falta de atualização de informações sobre a APA do Planalto Central. Ocupação Desordenada e Degradação das Áreas de Preservação Permanente. Contaminação da Água e do Solo. Redução da Disponibilidade Hídrica.</p>	<p>Legislação que exige autorização para empreendimentos poluidores.</p>



Figura 23 - Mapa estratégico

2.6 ESTABELECIMENTO DE METAS E INDICADORES DE RESULTADOS

As Metas dentro de um planejamento são alvos a serem atingidos em um determinado período de tempo. Quando se prevê uma meta a ser alcançada devem-se especificar os resultados a serem obtidos e em que quantidade. Sua definição compreende o estabelecimento de um resultado e um prazo para sua realização, sendo geralmente mensurado por meio de indicadores. A meta é o detalhamento e a quantificação dos objetivos estratégicos estabelecidos.

O estabelecimento de indicadores de resultado é uma etapa muito importante do planejamento que auxilia no monitoramento do desempenho da gestão da UC, mediante os objetivos estratégicos elencados.

Para a construção dos indicadores recomenda-se a realização de um seminário técnico de discussão, que deverá contar com a participação dos gestores da APA e de convidados externos. No evento deverão ser discutidos e analisados inicialmente os objetivos específicos do Plano de Manejo da APA do Planalto Central. Os participantes devem refletir cuidadosamente sobre o propósito e a abrangência de cada enunciado, verificando sua abrangência, abordagem e grau de representação junto à missão e visão da APA. Os passos indicados neste capítulo sugerem dinâmicas e técnicas baseadas em metodologias de discussões participativas visando a tirar o máximo proveito do tempo e do esforço investido de cada participante convidado, considerando sua expertise e envolvimento na gestão da APA do Planalto Central.

Os princípios básicos do trabalho realizado são: o respeito às pessoas; a soberania do grupo; a busca de participação e igualdade e a transparência do processo.

A metodologia de trabalho será baseada em conceitos de monitoramento e avaliação amplamente utilizados em planos do setor público e na abordagem de trabalho que tem sido adotada pelo ICMBio, na gestão das Unidades de Conservação.

Todo o processo de construção das metas e indicadores deverá ser acompanhado e coordenado pelos técnicos da APA do Planalto Central.

Após analisar os objetivos, deve-se refletir se as ações propostas refletem no alcance dos objetivos, avaliando o conjunto da Matriz Estratégica constante no Plano de Manejo. Nesta etapa ajustes e validação junto ao grupo de discussão devem ser realizados. A Matriz de Indicadores é construída a partir dos objetivos e das principais ações de manejo indicadas, sendo uma ferramenta de planejamento das referências de monitoramento do alcance dos objetivos do Plano de Manejo.

Assim, têm-se as orientações mais detalhadas quanto ao procedimento de se estabelecer resultados e indicadores:

- Para cada período adotado neste planejamento deverão ser definidas as ações prioritárias relacionadas aos objetivos estratégicos. Sugere-se que as atividades prioritárias sejam baseadas nas ações estratégicas da tabela de forças impulsoras e restritivas. No entanto outras atividades poderão surgir de acordo com a necessidade de gestão da APA do Planalto Central.
- As ações elencadas como prioritárias devem ser representadas por indicadores com metas para acompanhamento.
- Recomenda-se o mínimo de cinco e o máximo de 20 indicadores, sendo ao menos uma atividade para cada subprograma;
- O acompanhamento dos indicadores deve ser mensal. A cada mês, deve ser preenchida a tabela numérica indicando o que foi feito para atingir cada uma das metas.
- A tabela preenchida deve ser levada ao conhecimento de todos os servidores da APA do Planalto Central para que acompanhem a execução das mesmas. Sugere-se que a divulgação seja feita pelo Painel de Gestão à vista; com impressão de gráfico indicando o desenvolvimento mensal de cada indicador, colocado em local visível a todos.
- Semestralmente deve-se fazer uma análise do andamento dos indicadores e metas. A análise deve contemplar os seguintes aspectos:
 - Caso as metas forem ou estejam a caminho de ser atingidas, avaliar as razões: se o contexto colaborou, se foi fruto de esforço adicional ou regular, se a meta foi subestimada e/ou ocorreram outros elementos relacionados;
 - Caso as metas não forem ou não estejam a caminho de serem atingidas avaliar as razões; as quais podem estar relacionadas ao contexto, problemas de execução, problema da definição da meta ou outras razões.
- Após um ano deve ser feita uma Análise com objetivo de revisão periódica;
- Na revisão periódica deve-se adequar os indicadores e metas de acordo com as necessidades de gestão do período. Qualquer mudança nos indicadores e metas deve ser justificada pela avaliação e relação com os objetivos estratégicos da APA do Planalto Central.
- Os resultados anuais e novo planejamento anual devem ser apresentados e discutidos com o conselho da APA do Planalto Central. As sugestões do Conselho poderão provocar modificações na versão final do planejamento anual;



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- A análise e revisão do planejamento deverão ser feitas preferencialmente em junho de cada ano, cujo período de revisão e análise poderá ser alterado com justificativa.

Desta forma, mediante uma discussão e análise criteriosa de cada objetivo, constrói-se a matriz de indicadores e metas apresentada no Quadro 5.

Quadro 5 - Matriz de indicadores e metas

Objetivos estratégicos	Indicador	Linha de base	Meta	Meio de verificação	Data da monitoria	Responsável pela verificação
<p>São o que se quer atingir com o planejamento, ou seja, a prioridade de atuação da gestão da APA.</p> <p>O conjunto dos resultados dos planos de ação deve representar a realização das estratégias e a consecução dos objetivos propostos.</p>	<p>Indicadores: como o próprio nome diz indicam se o resultado foi obtido ou não.</p> <p>Requisitos de indicadores:</p> <p>Disponibilidade: facilidade de acesso para coleta, estando disponível a tempo.</p> <p>Simplicidade: facilidade de ser compreendido.</p> <p>Baixo custo de obtenção.</p> <p>Adaptabilidade: capacidade de respostas às mudanças.</p> <p>Estabilidade: permanência no tempo, permitindo a formação de séries históricas.</p> <p>Rastreabilidade: facilidade de identificação da origem dos dados, seu registro e manutenção, registro do pessoal envolvido na coleta dos dados.</p> <p>Representatividade: atender às etapas críticas dos processos, serem importantes e abrangentes.</p>	<p>Situação de partida para a ação, ou seja, condição atual em que o assunto se encontra.</p>	<p>Metas são alvos a serem atingidos para que o desempenho seja alcançado num determinado período de tempo. A meta deve ser específica para resultados a serem obtidos e em que quantidade. Então a meta sempre é mensurável.</p>	<p>Os meios permitem analisar as causas presumidas do efeito, de forma proativa. Pode ser mediante um registro formal mediante reuniões ou algum instrumento que indique a execução ou não da ação.</p>	<p>Definir a periodicidade em que será feita a monitoria, levando em consideração os ciclos gerenciais da instituição.</p>	<p>Indicar o responsável pela verificação e pelo acompanhamento da monitoria de implantar o planejamento.</p>



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

O conjunto formado pelos indicadores e metas de desempenho, organizados de acordo com a lógica do planejamento, constitui um eficiente sistema de medição de como está sendo conduzida a implantação do planejamento. O que auxilia sobremaneira no conhecimento do avanço da gestão da UC em direção à sua visão de futuro e à sua missão, permitindo as correções de rota necessárias e a retroalimentação mediante o conhecimento agregado.

2.7 PROGRAMAS DE MANEJO – APA DO PLANALTO CENTRAL

Os programas de manejo têm a premissa de agrupar atividades afins que visam atingir os objetivos de criação da APA do Planalto Central e os objetivos estratégicos obtidos durante o processo de planejamento da UC.

A estruturação das ações em programas permite adotar um sistema de gestão organizado e lógico auxiliando a implantação do planejamento. Cada programa, dependendo dos objetivos específicos apresentados poderá ser dividido em subprogramas de manejo, nos quais serão apresentados seus respectivos objetivos, resultados esperados e ações prioritárias propostas.

A proposição destes programas baseou-se nos objetivos estratégicos, nos cenários da APA, nas oficinas de planejamento, nos estudos específicos e diagnóstico socioambiental. Também foi considerada a disponibilidade real de recursos financeiros para os próximos cinco anos.

Fundamentados na análise situacional realizada e na complexidade da UC em questão, há que se considerar a atuação de instituições parceiras e o desenvolvimento de ações estratégicas adotadas pelo ICMBio, de modo a ampliar os raios de atuação da gestão da APA, frente aos desafios de seu gerenciamento e implantação.

Enfim, é proposto neste planejamento o desenvolvimento de quatro programas estratégicos: Programa de Gestão Administrativa, Programa de Relacionamento com a Sociedade, Programa de Controle e Qualidade Ambiental e Programa de Conservação. Entende-se que com o desenvolvimento destes programas de forma integrada e participativa, focados nas prioridades de atuação elencadas na matriz estratégica do planejamento, resultados exitosos poderão ser obtidos.

Ainda como pré-requisito para a execução deste Plano tem-se que considerar:



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- A estrutura logística alocada na APA;
- O contingente da UC;
- A gestão conciliada e participativa, com a concretização de parcerias.

2.7.1 Programa de Gestão e Administração

O presente programa está relacionado com a execução de todas as ações de gestão da APA. Sendo responsável pela indicação e tomada de decisão no âmbito do gerenciamento da UC, de modo que a mesma cumpra com seus objetivos de criação, refletindo seus benefícios a toda sociedade.

Para uma melhor estruturação e compreensão, está dividido em três subprogramas: o Subprograma de Gestão Organizacional, o Subprograma de Logística e o Subprograma de Proteção.

2.7.1.1 Subprograma de Gestão Organizacional

O Subprograma de Gestão Organizacional está diretamente relacionado com a gestão administrativa e operacional da Unidade de Conservação, responsável pela organização de todo o processo de gestão.

Resultados Esperados

Gestão da Unidade de Conservação qualificada e eficiente, com fluxos estabelecidos e pessoal qualificado.

Ações Prioritárias a serem desenvolvidas:

- Avaliar a estrutura Administrativa da APA;
- Desenvolver ações de Capacitação e treinamento para a equipe da APA do Planalto Central, abordando os seguintes temas:
 - Relações públicas, comunicação e marketing;
 - Relacionamento com a comunidade;
 - Ecologia da paisagem;
 - Legislação ambiental;
 - Identificação das alterações e/ou evolução da paisagem;
 - Orientação ao público sobre legislação;



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- Educação ambiental;
 - Gestão socioambiental;
 - Cartografia e Geoprocessamento;
 - Ecologia e conservação dos recursos naturais;
 - Planejamento e elaboração de projetos.
-
- Estabelecer rotinas de atuação técnica conforme as demandas do planejamento;
 - Controlar o fluxo de processos e documentos, garantindo o prosseguimento dos mesmos dentro dos prazos;
 - Gerenciar a equipe da APA do Planalto Central;
 - Manter o controle e a avaliação do planejamento da APA do Planalto Central;
 - Promover ações para a revisão da poligonal da APA, com vistas a ter mais eficiência em seu manejo;
 - Fazer gestões para ampliar o quadro de servidores, bem como obter mais recursos e melhoria da infraestrutura;
 - Fazer gestões para capacitação dos servidores da APA;
 - Publicar o Plano de Manejo;
 - Compartilhar a gestão com outros órgãos afins e instituições locais;
 - Consolidar um sistema de informações sobre a gestão da APA do Planalto Central e torná-lo disponível;
 - Fazer parcerias com instituições públicas e privadas para ampliar a atuação no fornecimento de serviços ambientais;
 - Desenhar e implementar os processos necessários para a gestão da APA;
 - Fazer gestão para inserir a APA do Planalto Central no desenvolvimento de projetos para a conservação do Cerrado.

2.7.1.2 Subprograma de Logística

Este Subprograma trabalha com os seguintes aspectos: pessoal, infraestrutura, equipamentos, recursos financeiros. Objetiva assim, dar condições para a gestão da APA, por meio do fortalecimento da equipe técnica e administrativa, da infraestrutura e



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

de equipamentos, além da indicação de possíveis parcerias para apoiar em diversas frentes.

Ainda que atualmente a APA do Planalto Central não disponha de benefícios significativos em função da sua inserção na Reserva da Biosfera do Cerrado, a titulação internacional poderá, futuramente, representar uma fonte de apoio à sua gestão. Neste sentido, a articulação política dos gestores da APA, com a finalidade de mobilizar os atores envolvidos é importante para o fortalecimento institucional da APA. Outrossim, neste subprograma, deverão ser indicados outros meios de levantar recursos e insumos para o desenvolvimento das ações estratégicas.

Resultados Esperados

Capacidade de atuação ampliada, com a melhoria da logística da UC.

Ações Prioritárias a serem desenvolvidas:

- Definir estrutura logística necessária e mínima para atuar na APA;
- Definir estrutura funcional para atender à demanda de gestão da UC;
- Buscar meios para suprir as demandas logísticas da UC;
- Controlar equipamentos e insumos;
- Realizar rotinas de demandas por equipamentos e insumos;
- Apresentar projetos para instituições de fomento e outras fontes para obtenção de recursos.

2.7.2 Programa de Relacionamento com a Sociedade

Consiste no desenvolvimento de ações e atitudes que visam divulgar a APA, de modo a ampliar a conscientização da população com relação aos aspectos ambientais. Ações de divulgação, educação ambiental e de articulação com as outras instituições que desenvolvem as políticas públicas são realizadas no âmbito deste programa. A proteção à Unidade de Conservação mediante o envolvimento da sociedade local civil e organizada é possibilitada com a implantação deste programa. Finalizando, este programa tem importância estratégica para a proteção e desenvolvimento da APA.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

2.7.2.1 Subprograma de Relações Institucionais

Mediante a implantação de ações de relações institucionais é possível levar ao público o conhecimento e a valorização dos recursos naturais existentes na APA, destacando o patrimônio cultural da região, bem como o patrimônio natural do Bioma Cerrado.

Com o desenvolvimento de ações do subprograma será possível esclarecer a importância do uso parcimonioso dos recursos hídricos e edáficos, como também divulgar benefícios e serviços ambientais existentes. O subprograma de relações institucionais busca ainda promover o envolvimento das comunidades rurais, urbanas e instituições locais, incluindo o terceiro setor e empresas.

Outro foco do subprograma é promover uma maior aproximação da APA com os meios de comunicação e a sua integração com as ações de conservação do Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipais.

Resultados Esperados

APA e seus objetivos de manejo e prioridades de ações conhecidos e divulgados.

Mídia informada sobre a APA.

Instituições parceiras e sociedade local envolvidos na gestão socioambiental e busca de novos paradigmas em se relacionar com os recursos naturais e com a natureza.

Ações Prioritárias a serem desenvolvidas:

- Fortalecer a atuação do Conselho Consultivo;
- Estreitar as relações com os representantes do conselho consultivo mediante a realização de reuniões e eventos participativos;
- Reestruturar o Conselho Consultivo, verificando a possibilidade de ampliar a representação de outros setores econômicos da região;
- Capacitar o conselho para amplificar suas ações;
- Promover a integração dos órgãos afins por meios dos Comitês de Bacia Hidrográfica (notadamente do rio Preto);
- Fortalecer a integração dos órgãos que tratam da questão de ocupação do solo e parcelamento;
- Articular com o GDF e governo de Goiás para ajudar na seleção das melhores áreas para parcelamento de solo;



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- Articular junto às prefeituras de Goiás para orientar e auxiliar na implantação do sistema de drenagem pluvial, de modo a proteger áreas ambientalmente mais sensíveis;
- Firmar termo de cooperação institucional entre instituições das esferas federal, distrital, estadual e municipal;
- Normatizar e controlar a destinação dos passivos ambientais;
- Melhorar a articulação com outros órgãos governamentais para a melhoria da aplicação de políticas públicas com princípios sustentáveis e afetas às questões ambientais;
- Articular para inserir a APA do Planalto Central no planejamento dos governos distrital, estadual e federal.
- Criar mosaico de UC por meio de instrumentos legais;
- Propiciar programas e ações que reduzam impactos ambientais nas UCs de proteção Integral;
- Articular junto às outras instituições para que seja possível que o produtor rural tenha uma compensação financeira pela prestação de serviços ambientais;
- Fazer gestão para obter recursos de compensação ambiental oriundos de empreendimentos;
- Ampliar a participação dos gestores da APA nos fóruns ambientais que envolvem a área de abrangência da UC.
- Elaborar proposta de comunicação social da APA;
- Criar estratégias de comunicação social de forma a divulgar as ações ambientais adequadas;
- Manter uma rotina de comunicação entre os atores da APA, de modo a estabelecer um canal de repasse de informações ambientais importantes como financiamento de projetos ambientais, práticas de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade ambiental;
- Fomentar ações junto às instituições competentes para ampliação dos sistemas de tratamento e distribuição de água;
- Intensificar práticas de extensão rural com ensino específico de técnicas de controle de pragas (manejo integrado);



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- Incentivar a produção orgânica na APA;
- Incentivar a preparação dos técnicos para o desenvolvimento de um extensionismo ambiental;
- Colaborar com o GDF na orientação de proprietários rurais para a conservação do solo e proteção das APPs;
- Articular com as instituições de comando e controle com vistas a criar um sistema de alerta das ocorrências de ocupação de espaços de forma irregular e clandestina;
- Indicar normas mais restritivas e de uso do solo para proteção da fauna e flora;
- Divulgar as normas de ocupação e uso das diferentes zonas da APA;
- Articular para propiciar a implantação de aterros sanitários e pontos de coletas;
- Articular para a aprovação e regulamentação da Lei Distrital sobre agrotóxicos e pulverização aérea;
- Pleitear assento no Conselho de Recursos Hídricos;
- Orientar para a implantação e respeito à lei de Resíduos Sólidos.

2.7.2.2 Subprograma de Educação Ambiental

Esse subprograma tem como objetivo a integração da unidade no contexto educacional da região, através do desenvolvimento de ações que visem à conscientização da população local, utilizando-se técnicas pedagógicas que tratam do desenvolvimento da consciência crítica sobre a problemática ambiental. Buscam-se ainda atitudes que auxiliem na conservação de recursos naturais, transmitindo aos usuários da APA os conhecimentos e valores do patrimônio natural e cultural da área, através de ações educativas e informativas, com participação efetiva na mudança de postura comunitária, frente aos impactos do uso inadequado do solo, da água e de suas relações com o meio ambiente.

A educação ambiental será utilizada de forma a despertar e desenvolver a consciência dos valores ali protegidos, utilizando-se de processos educativos ligados à valorização do espaço e da natureza.

Resultados Esperados

Sociedade conscientizada sobre a conservação dos recursos naturais.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Atitude da população para com os recursos ambientais da APA permeada por valores ambientais.

Aspectos culturais e tradicionais da região: vivos, valorizados e divulgados.

Ações Prioritárias a serem desenvolvidas:

- Desenvolver programa de educação ambiental;
- Propor projetos de educação ambiental nas escolas da APA;
- Desenvolver e viabilizar matérias para o rádio e a TV sobre a APA;
- Orientar e promover ações de educação ambiental para proteção de fauna e flora;
- Adequar e divulgar guias e manuais com práticas de controle e manejo de espécies exóticas invasoras;
- Disseminar as diretrizes para o uso e ocupação do solo adequados e condizentes com o objetivo da APA;
- Realizar campanhas educativas que tratam do tema (poluição/contaminação dos corpos hídricos e do solo);
- Orientar produtores rurais sobre o uso da água;
- Fazer gestão para esclarecer a população a respeito da importância e aplicação do PDOT e dos Planos Diretores de Planaltina e Padre Bernardo, sobretudo em relação aos limites das áreas rurais e urbanas;
- Verificar a possibilidade de desenvolver um selo verde para estes produtos (da APA do Planalto Central) que usam técnicas orgânicas;
- Desenvolver ações de educação ambiental,
- Promover ações preventivas mediante divulgação e estreitamento do relacionamento com a sociedade;
- Estabelecer parcerias para programas de educação e extensão ambiental em áreas rurais e urbanas.

2.7.3 Programa de Conservação

Este programa visa promover ações finalísticas necessárias para a conservação da biodiversidade no território da APA do Planalto Central. O Programa está estruturado em três Subprogramas: de Pesquisa, de Monitoramento e Qualidade Ambiental e Proteção.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

2.7.3.1 Subprograma de Pesquisa

O subprograma de pesquisa apresenta ações que viabilizam o aumento do conhecimento sobre a Unidade, mediante envolvimento de instituições de pesquisa e ensino. A tônica deste subprograma não é no desenvolvimento de pesquisas, mas na obtenção de dados sobre o meio ambiente os quais estão sendo gerados por pesquisadores da região e tratam de assuntos permeáveis às linhas prioritárias e estratégicas para conservação e manejo dos recursos naturais da APA.

Resultados Esperados

Banco de dados ambientais consolidado que trate de assuntos relevantes e informações estratégicas para orientar na decisão quanto ao manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais da APA.

Ações Prioritárias a serem desenvolvidas:

- Obter informações sobre estudos de ecologia das populações para orientar o manejo das espécies ameaçadas de fauna e de flora;
- Elaborar programas para conservação da biodiversidade, com base em informações obtidas de pesquisa que estão sendo conduzidas na APA;
- Buscar informações atualizadas sobre a APA do Planalto Central para alimentar o banco de dados;
- Organizar informações ambientais de modo a implantar um banco de dados atual sobre o uso e ocupação do solo na APA;
- Manter banco de dados atualizado sobre a APA do Planalto Central;
- Produzir ou compilar as informações necessárias para as atividades de manejo, em mapas a serem atualizados periodicamente;
- Implementar ações relacionadas aos Planos de Ação Nacionais para a Conservação Espécies Ameaçadas (PAN) no escopo da APA do Planalto Central, tais como o Morceguinho do Cerrado e Lepidópteros.

2.7.3.2 Subprograma de Monitoramento e Qualidade Ambiental

O subprograma de Monitoramento e Qualidade Ambiental abrangerá a articulação com outras instituições que realizam o controle do uso dos recursos naturais, visando obter conhecimento e alimentar um banco de dados georreferenciados que trate do uso e



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

ocupação do solo da APA, ocupação de APPs, presença de áreas degradadas, expansão da ocupação irregular e desordenada, desrespeito às normas e orientações do zoneamento ambiental da APA e ocorrência de outros ilícitos ambientais. Também fazem parte deste subprograma as atividades visando a recuperação e reabilitação de áreas degradadas da APA.

Atenção também deverá ser dada para o uso dos recursos hídricos, buscando acompanhar as modificações que ocorrem nos ecossistemas da APA, de modo a indicar medidas de controle, medir sua intensidade e orientar ações mitigadoras.

Outro objetivo deste subprograma é de obter informações integradas e organizá-las, e possibilitar a orientação de proprietários e usuários da APA quanto às restrições do uso da terra, alternativas de uso e desenvolvimento sustentável, além de controlar ações que possam trazer impactos negativos sobre os ecossistemas da região.

Resultados Esperados:

Informações ambientais disponibilizadas e maior conhecimento sobre a utilização dos recursos naturais da APA, de modo a promover o desenvolvimento de ações de proteção e manejo dos recursos naturais, minimizando os impactos ambientais, seguindo o que é estabelecido pela legislação ambiental vigente.

Insumos orientadores para as ações de relacionamento com a sociedade local produzidos, no tocante a estimular o desenvolvimento de práticas sustentáveis, recuperação de áreas degradadas, tratamento de água, resíduos sólidos e respeito às normas e legislação ambiental.

Ações Prioritárias a serem desenvolvidas:

- Desenvolver ações de parceria para propiciar a recuperação das áreas degradadas da APA.
- Contribuir para a recuperação de áreas degradadas e reservas legais;
- Buscar incentivos para reflorestamentos;
- Realizar ações para recuperação das APPs;
- Articular a criação e expansão de outros pontos de recolhimento de embalagens de agrotóxicos;
- Articular junto às instituições para substituição paulatina das fossas negras por sépticas, em áreas rurais;



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

- Desenvolver ações para proteção e recuperação dos mananciais;
- Cadastrar e qualificar os pontos de uso d'água;
- Analisar as solicitações de autorizações para o licenciamento ambiental;
- Cobrar o licenciamento corretivo de empreendimentos potencialmente poluidores pré-existentes.
- Monitorar as condicionantes e o funcionamento de empreendimentos potencialmente poluidores;
- Melhorar monitoramento das autorizações e do licenciamento ambiental, visando averiguar o cumprimento das condicionantes socioambientais;
- Manter a qualidade e quantidade dos recursos hídricos para garantir no futuro as nascentes e disponibilidade de água;
- Buscar compatibilizar a nova infraestrutura viária, urbana e rural com os objetivos da APA, notadamente para os cuidados no uso dos recursos naturais e boas práticas ambientais.
- Melhorar a atuação da APA do Planalto Central na proteção dos recursos naturais.
- Indicar medidas de ecologia de estradas, pensando em passagens de fauna, evitando perdas de indivíduos por atropelamentos;
- Mapear os problemas mais críticos de ocupação e degradação das bacias hidrográficas, com vistas a estabelecer prioridades de ação de recuperação e proteção;
- Informar à ADASA e SANEAGO as áreas da APA de maior sensibilidade ambiental e os resultados do zoneamento do PM;
- Propor ações de compensação ambiental e criação de áreas de proteção, além de APP e Reservas Legais;

2.7.3.3 Subprograma de Proteção

O presente subprograma está relacionado com a execução de todas as ações da APA afetas à proteção dos recursos naturais na UC, notadamente, as ações de comando e controle.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Resultados Esperados

Ações de comando e controle funcionando eficientemente, de modo a coibir os ilícitos ambientais e obter a proteção dos recursos naturais.

Ações Prioritárias a serem desenvolvidas:

- Planejar ações de comando e controle;
- Fiscalizar invasões de terra;
- Fazer gestão para fiscalizar o uso de defensivos agrícolas;
- Articular para a realização da fiscalização do lançamento de efluentes;
- Fazer gestão para efetiva fiscalização e identificação dos locais com parcelamento irregular, intensificando ações de fiscalização em áreas que estão sendo ocupadas de forma intensa, especificamente, as áreas rurais que estão sofrendo parcelamento e em lotes urbanos;
- Realizar atividades de fiscalização das ações de exploração dos recursos naturais, como por exemplo, mineração: cascalheiras, exploração de areia, solo, etc.
- Integrar ações de fiscalização entre os órgãos (SEAGRI, IBRAM, Administrações Regionais, ADASA, IBAMA, DEMA e BPMA);
- Elaborar e implementar programa de controle de incêndios florestais ou articular com o DF e Estado de Goiás no âmbito do programa distrital de controle de queimadas;
- Estabelecer parcerias com instituições públicas e produtores rurais para fiscalização dos recursos hídricos;
- Fiscalizar o uso de áreas sensíveis, notadamente APPs.

Por fim, o Quadro 6 apresenta a inter-relação entre os objetivos estratégicos deste planejamento e o programa que representa o maior rebatimento nas ações operacionais para cumprir com o respectivo objetivo.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Quadro 6 - Integração entre os objetivos estratégicos e os Programas de Manejo relacionados.

Objetivo estratégico	Programa de Gestão e Administração	Programa de Relacionamento com a Sociedade	Programa de Conservação
- Conservar, em articulação com demais atores, as fisionomias e paisagens naturais do Bioma Cerrado;			
- Possibilitar que ocorra a preservação e a recuperação das áreas de preservação permanente – APP, em conjunto com demais instituições específicas;			
- Conservar os recursos hídricos em qualidade e quantidade adequada ao abastecimento público e a preservação dos ecossistemas;			
- Incentivar e fomentar o desenvolvimento das atividades sustentáveis no meio rural, para que ocorram ações harmônicas com os objetivos de manejo de uma APA;			
- Desenvolver ações de gestão pública de modo a propiciar meios para o ordenamento e ocupações do solo que atendam critérios socioambientais no que se refere a infraestrutura, logística, saneamento, drenagem, transporte e planejamento;			
- Propiciar o fornecimento dos serviços ambientais para a população humana da região da APA;			
- Desenvolver ações de gestão, articulação institucional e de relacionamento com a sociedade local para disseminação dos resultados de implantação do planejamento da APA;			
- Promover o desenvolvimento socioambiental da região, com vistas a cumprir com os objetivos de criação da APA do Planalto Central; fomentando o uso do cerrado para atividades econômicas sustentáveis;			
- Buscar meios para ampliar os recursos humanos para o			



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

Objetivo estratégico	Programa de Gestão e Administração	Programa de Relacionamento com a Sociedade	Programa de Conservação
desenvolvimento da proposta de gestão da APA do Planalto Central;			
- Criar base de dados georeferenciados para subsidiar decisões, mediante de sua utilização eficiente;			
- Buscar recursos financeiros para o desenvolvimento das ações estratégicas da APA do Planalto Central;			
- Fortalecer as ações de comando e controle, com vistas a propiciar a proteção dos recursos naturais da APA;			
- Desenvolver estrutura para a promoção de educação ambiental na APA do Planalto Central;			
- Fortalecer a participação da sociedade da APA de modo a sensibilizá-la para a importância da conservação da natureza, alcançando uma comunicação eficiente com os cidadãos;			
- Propiciar a consolidação e disponibilização de informações sobre a gestão da APA do Planalto Central para a equipe.			

Observando o Quadro acima percebe-se a importância estratégica do Programa de Relacionamento com a Sociedade para atingir a maior parte dos objetivos estratégicos, uma vez que também a maior parte das ações inseridas em ambos subprogramas do Programa de Relacionamento com a Sociedade visam atender tais objetivos. Este destaque é explicado pela complexidade desta UC, pelo tamanho em área, pela demanda de se realizar gestão compartilhada, pela governança da APA, pela grande necessidade de articulação das ações de manejo junto às outras instituições a atores da sociedade local para obter sucesso na implantação da UC e na aplicação deste Plano de Manejo.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

3 REFERÊNCIAS

BERTRAN, P. História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal. Brasília. Solo Editores, 1994.

BRASIL. Senado Federal. Estudos e debates. Brasília: Senado Federal/Comissão do Distrito Federal, 1974. (1º Seminário de Estudos dos problemas Urbanos de Brasília).

DISTRITO FEDERAL. Brasília: Lúcio Costa. Rio de Janeiro/Brasília: Edições Alumbamento, 1986.

FELFILI, J.M. Distribuição de diâmetros de quatro áreas de cerrado sensu stricto na Chapada do Espigão Mestre do São Francisco. In: FELFILI, J. M.; SILVA JÚNIOR, M. C. (orgs.) Biogeografia do Bioma Cerrado: estudo fitofisionômico da Chapada do Espigão Mestre do São Francisco. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Florestal, p.57-60. 2001.

GANEM, R. S.; DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A. Reserva da Biosfera do Cerrado Fase I (DF): Implantação de Corredores Ecológicos entre suas Áreas-Núcleo. In: Simpósio de Áreas Protegidas, 4, 2008, Canela. Anais... Canela, 2008.

GENELETTI, D; DUREN, I. V. 2008. Protected area zoning for conservation and use: A combination of spatial multicriteria and multiobjective evaluation. Science Direct; Landscape and Urban Planning. 85: 97–110.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico: 2010. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

LIU, X; LI, J. 2008. Scientific solutions for the functional zoning of nature reserves in China. Science Direct: ecological modelling. 215: 237–246.

MARGOLIS, R.; SALAFSKY, N. 1998. Measures of Success: Designing, Managing, and Monitoring Conservation and Development Projects. Washington, DC: Island Press.

MILLER, K. Planejamento bioregional: em busca do equilíbrio. Brasília: Ibama, 1997.

MITTERMEIER, R. A.; GIL, R. P.; HOFFMAN, M., PILGRIM, J., BROOKS, T., MITTERMEIER, C. G.; LAMOREUX, J.; FONSECA, G. A. B. Hotspots revisited: earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. 2. ed. Boston: University of Chicago Press, 2005.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação. Brasília: MMA, 2007. 540 p. (Série Biodiversidade 17).

NEXUCS. 2012. Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da Gestão para Resultados. Org. Nexus. São Carlos. RiMa Editora. 536 p.



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

OLIVEIRA, D. P. R. 2013. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 31 ed. São Paulo, Atlas, 2013. 343 p.

PINTO, M. Festa do Divino de Planaltina. Reinvenção de uma tradição. Disponível em <<http://www.uc.cl/historia/iaspm/pdf/Pinto.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

RIBEIRO, M. C. L. B. Biodiversidade Aquática: Parte I. A Ictiofauna do Distrito Federal. 2005. Disponível em: <<ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/levantamentoIctiofauna.pdf>>. Acesso em: jun. 2011.

SILLS, E. O.; PATTANAYAK, S. K.; FERRARO, P. J. & ALGER, K. 2006. Abordagens analíticas na avaliação de impactos reais de programas de conservação. Megadiversidade, Volume 2, nº 1 – 2. 39 – 49.

SILVEIRA, D. P. F. Gestão territorial do Distrito Federal: trajetórias e tendências. In: PAVIANI, A. (Org). Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania. Brasília: Editora UnB, p.145-166. 1999.

VILLAS BÔAS, O.; VILLAS BÔAS, C. A marcha para o oeste. A epopéia da expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Editora Globo, 1994. 615 p.



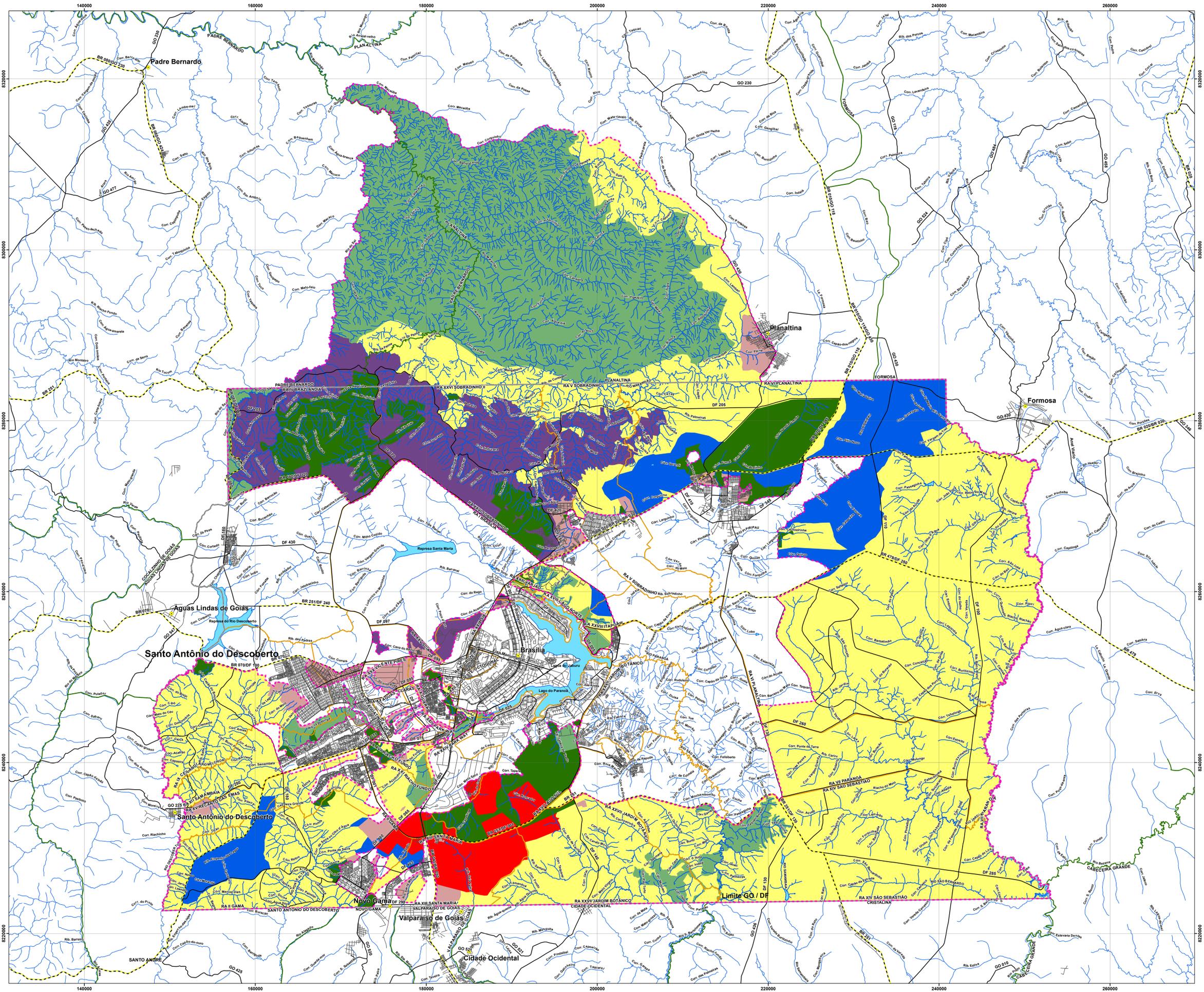
Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

4 ANEXOS



Plano de Manejo APA do Planalto Central. Resumo Executivo

4.1 MAPA DO ZONEAMENTO AMBIENTAL – APA DO PLANALTO CENTRAL



LEGENDA

- APA do Planalto Central
- Núcleo Urbano
- Limite GO / DF
- Rodovia Federal
- Rodovia Estadual / Distrital / Municipal
- Malha Urbana
- Metrô
- Regiões administrativas
- Limite municipal
- Hidrografia
- Lagos

Zoneamento Ambiental

- Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVM)
- Zona de Uso Sustentável (ZUS)
- Zona de Proteção da Arie Capetinga-Taquara (ZPACT)
- Zona de Proteção de Mananciais (ZPM)
- Zona de Proteção do Parna de Brasília e da Rebio da Contagem (ZPPR)
- Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS)
- Zona Urbana (ZU)

ARTICULAÇÃO DA FOLHA

LOCALIZAÇÃO - GOIÁS E DISTRITO FEDERAL

NOTA

ESCALA: 1:150.000

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000

ZONA 23 SUL

FONTE

BASE CARTOGRÁFICA: SICAD - 1:10.000 - CODEPLAN/1992

SISTEMA ESTADUAL DE ESTATÍSTICA E DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DE GOIÁS

ICMbio **DER DF** **GEOLOGICA**

PROJETO

PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PLANALTO CENTRAL

DATA: Fevereiro/2015

ESCALA: 1:150.000

FOLHA: ÚNICA

TÍTULO: ZONEAMENTO AMBIENTAL

